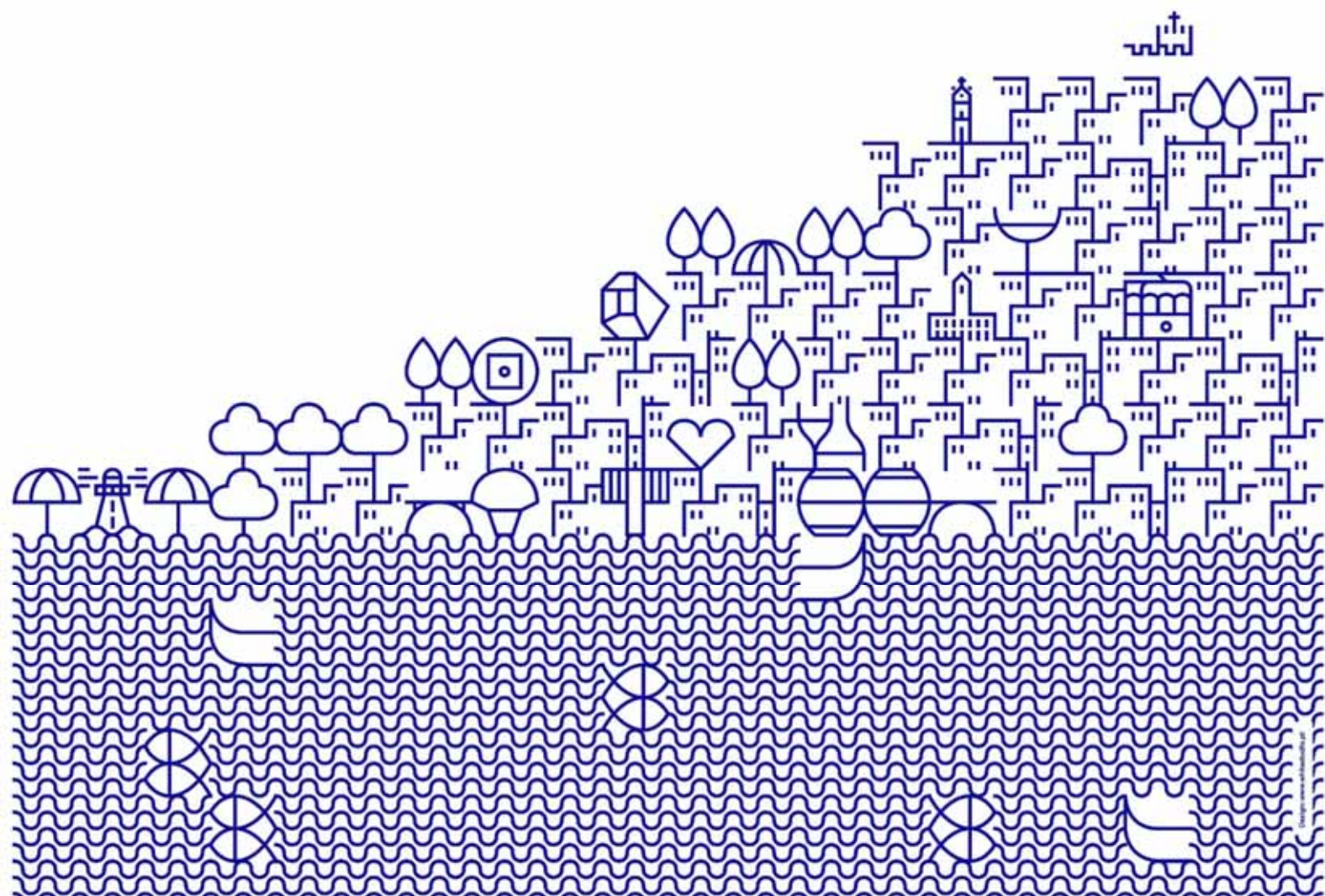
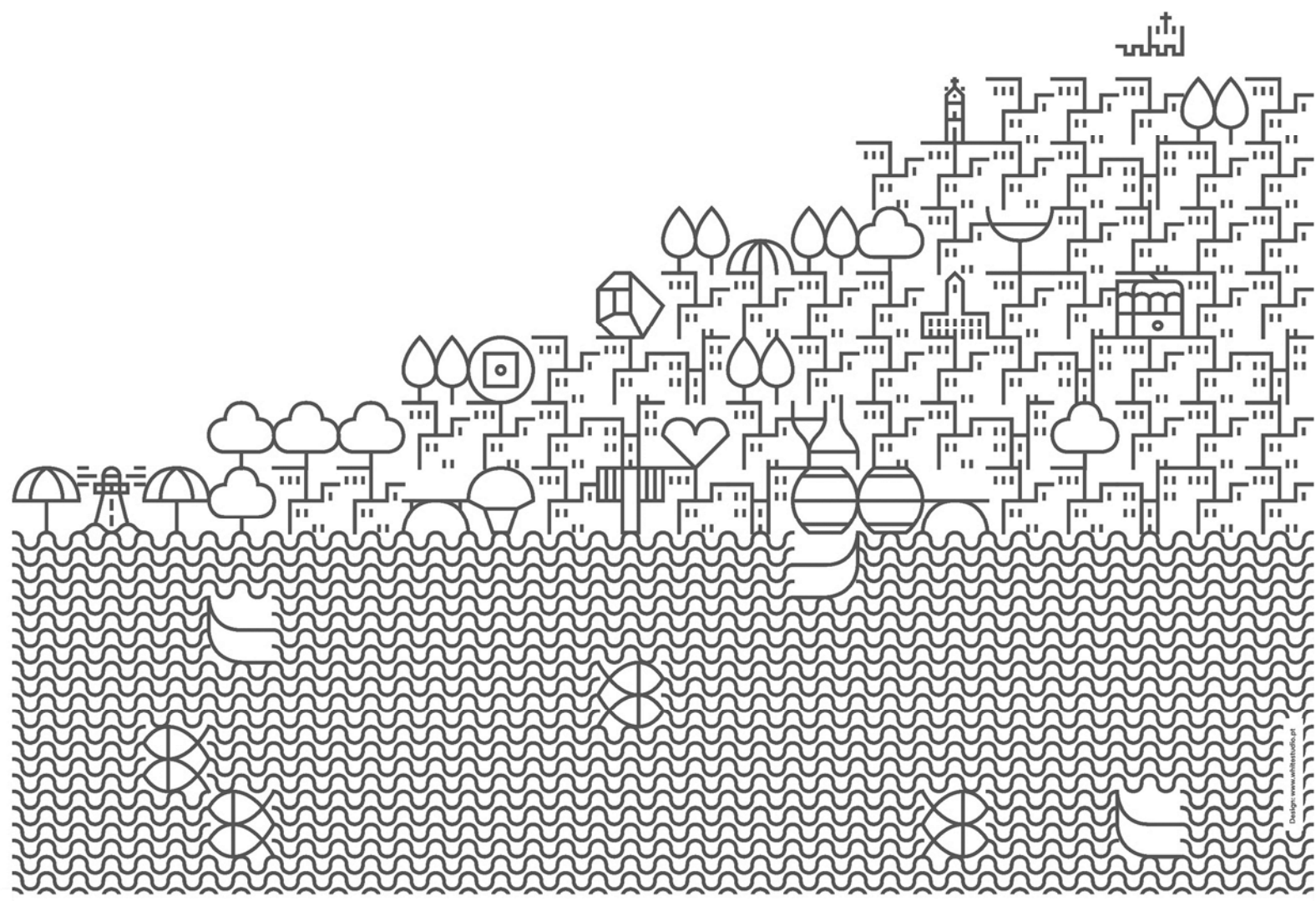


RELATÓRIO E CONTAS 2016



RELATÓRIO E CONTAS 2016



CMPEA – EMPRESA DE ÁGUAS DO MUNICÍPIO DO PORTO, EM

Pessoa Coletiva: 507 718 666

Capital Social: 80.000.000 Euros

Matriculada na 1.^a Conservatória do Registo Comercial do Porto

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285

4300-367 Porto

Tel.: 22 519 08 00

Fax: 22 519 08 50

geral@aguasdoporto.pt

www.aguasdoporto.pt

ÍNDICE

CAPÍTULO I – EMPRESA	PÁG.7
1 Principais Indicadores	PÁG.9
2 Mensagem do Conselho de Administração	PÁG.12
3 Sumário do Exercício	PÁG.14
4 Principais Acontecimentos	PÁG.15
4.1. Gestão Operacional	Pág.19
4.2. Gestão de Clientes	Pág.27
5 Investimentos	PÁG.30
5.1. Execução do Plano de Investimentos	Pág.30
5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Externo	Pág.31
5.3. Obras e Projetos	Pág.35
6 Perspetivas Futuras	PÁG.45
 CAPÍTULO II – GOVERNANÇA	 PÁG.47
1 Governança	PÁG.49
1.1. Objeto Social	Pág.49
1.2. Orientações Estratégicas	Pág.51
1.3. Estrutura de Capital	Pág.53
1.4. Órgãos Sociais	Pág.53
1.5. Estrutura Organizacional	Pág.54
1.6. Remunerações e Outros Encargos	Pág.59
1.7. Instrumentos de Gestão	Pág.59
1.8. Informação sobre Transações Relevantes	Pág.60
1.9. Conduta e Prevenção da Corrupção	Pág.61
1.10. Gestão de Conflitos de Interesse	Pág.62
1.11. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo	Pág.63

CAPÍTULO III – ENQUADRAMENTO	PÁG.65
1 Enquadramento Macroeconómico	PÁG.67
1.1. Economia Mundial	Pág.67
1.2. Economia Europeia	Pág.68
1.3. Economia Portuguesa	Pág.69
2 Enquadramento do Setor	PÁG.71
2.1. Introdução	Pág.71
2.2. Enquadramento Estratégico	Pág.72
2.3. Entidade Reguladora	Pág.73
2.4. Caracterização do Setor	Pág.74
CAPÍTULO IV – DESEMPENHO	PÁG.77
1 Análise Económica e Financeira	PÁG.79
2 Viabilidade Económica e Financeira	PÁG.84
3 Proposta de Aplicação de Resultados	PÁG.88
CAPÍTULO V – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	PÁG.89
CAPÍTULO VI – EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	PÁG.117
CAPÍTULO VII – RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS	PÁG.123

A stylized illustration of a city skyline rising from a wavy sea. The city features various buildings, trees, and landmarks like a lighthouse and a heart. The sea is filled with a repeating wavy pattern and several buoys.

1 | Principais Indicadores

ÁREAS	Unidade	2016	2015
Operacional			
Clientes	N.º	153.821	152.542
Abastecimento de Água			
Acessibilidade física ao serviço	%	100	100
Adesão ao serviço	%	100	100
Água segura	%	99,70	99,77
Água entrada no sistema	m³	20.820.536	20.814.248
Água faturada	m³	16.947.151	16.603.906
Água não faturada	m³	3.873.385	4.210.342
Taxa de água não faturada	%	18,6	20,2
Saneamento de Águas Residuais			
Acessibilidade física ao serviço	%	99,40	99,18
Adesão ao serviço	%	99,00	98,09
Águas residuais tratadas	m³	21.154.117	17.615.566
Cumprimento dos parâmetros de descarga	%	100	100
Recursos Humanos			
Colaboradores	N.º	458	460
Taxa de absentismo	%	6,17	7,4
Índice de frequência de acidentes de trabalho	‰	45,2	48,9
Índice de gravidade de acidentes de trabalho	‰	1.275,7	1.608,3
Índice de incidência de acidentes de trabalho	‰	69,87	82,6
Índice de participação em formação	%	71,6	78,5
Investimento			
Investimento realizado no período	Euros	7.283.391	8.919.396
Economia e Finanças			
Volume de negócios	Euros	40.290.246,03	38.156.450,26
EBITDA	Euros	14.989.497,83	15.204.714,37
Resultado operacional (EBIT)	Euros	8.619.317,02	7.928.637,80
Resultado líquido	Euros	6.575.538,35	6.296.992,51
Cash-Flow (Fluxo das Atividades Operacionais)	Euros	10.551.174,47	8.532.131,52
Margem EBITDA (1)	%	37,20	39,85
Autonomia financeira (2)	%	78	73,30
ROE (Rentabilidade dos capitais próprios) (3)	%	5,23	5,30
Prazo médio de pagamento	N.º de dias	49	46
Prazo médio de recebimento	N.º de dias	29	22

(1) EBITDA / Volume de Negócios

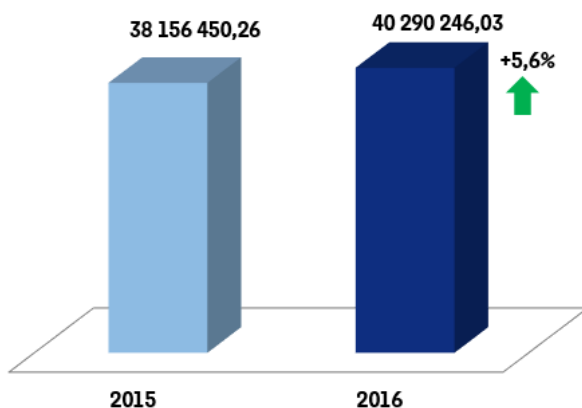
(2) Capital Próprio / Ativo Total Líquido

(3) Resultado Líquido / Capitais Próprios

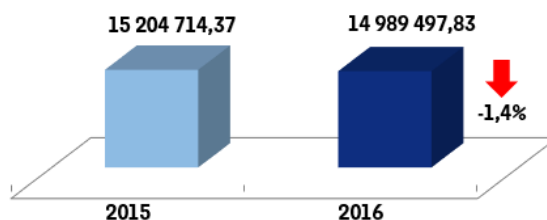
Visão Geral do Negócio

DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

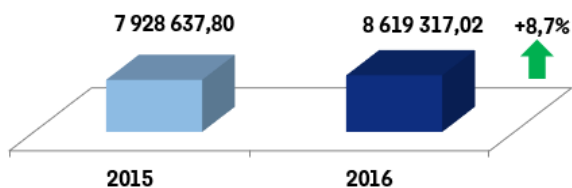
**Volume de Negócios
(Euros)**



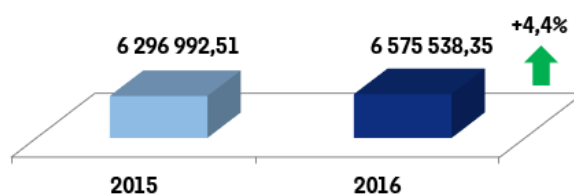
**EBITDA
(Euros)**



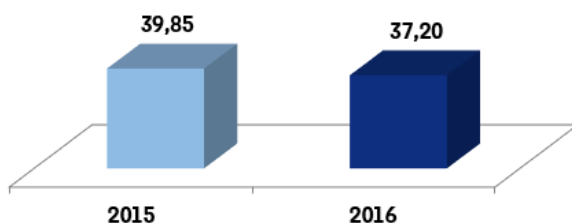
**Resultado Operacional
(Euros)**



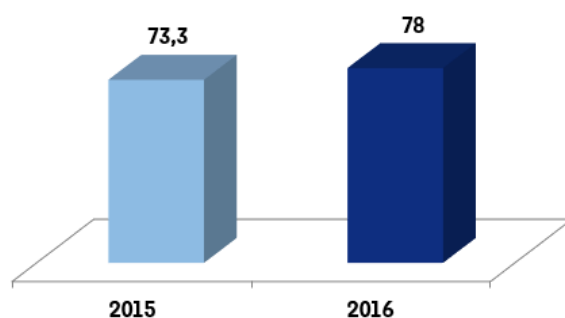
**Resultado Líquido
(Euros)**



**Margem EBITDA
(%)**

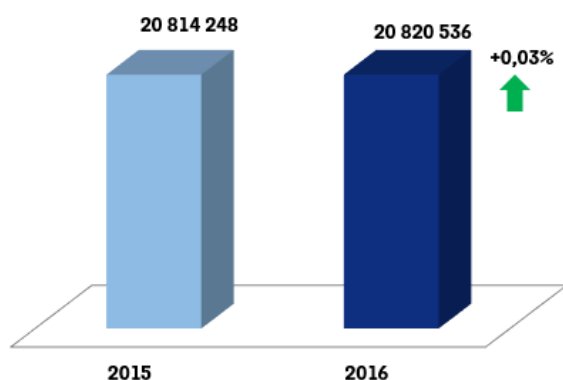


**Autonomia Financeira
(%)**

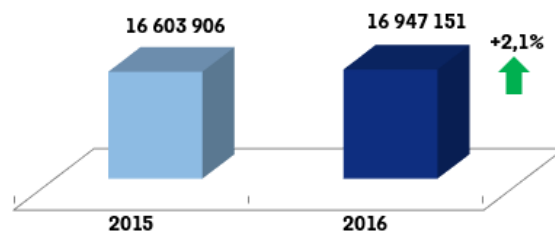


DESEMPENHO OPERACIONAL

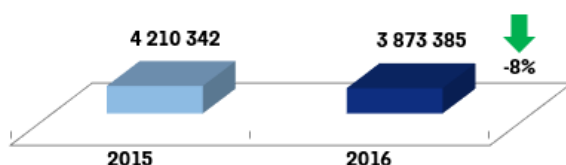
**Água Entrada no Sistema
(m³)**



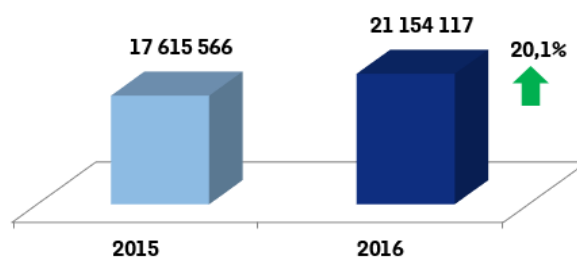
**Água Faturada
(m³)**



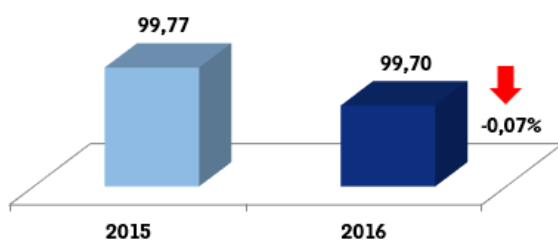
**Água Não Faturada
(m³)**



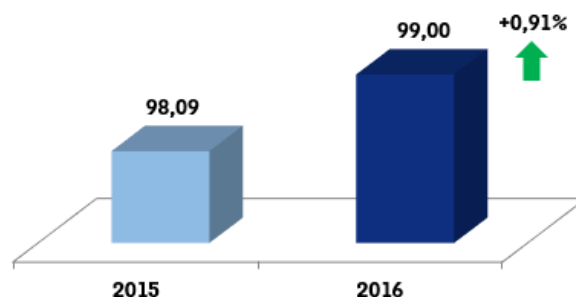
**Águas Residuais Tratadas
(m³)**



**Água Segura
(%)**



**Adesão ao Serviço de Águas Residuais
(%)**



2 | Mensagem do Conselho de Administração

O ano de 2016 foi marcado pela política de continuidade que a **Águas do Porto, EM**, tem vindo a assumir no exercício das suas funções enquanto prestador de um serviço essencial para toda a população do Porto, sem descurar a sua influência na gestão urbana da cidade. Na perspetiva deste Conselho de Administração, foi um ano que encerrou com um balanço positivo, quer pelo desempenho global e pelos resultados registados, quer pelos projetos e marcos alcançados.

Desde logo, na vertente económico-financeira, o ano de 2016 encerra com o melhor resultado líquido de sempre. Estando bem presente a noção que a gestão de um serviço essencial como o da água deve ser feita com especial cuidado, e não deve ter nos seus resultados o seu maior propósito, não podemos deixar de referir que este resultado ocorre num ano atípico, fruto de uma alteração profunda da conjuntura no setor em alta, em que se registou um aumento brutal do preço de água pelo nosso fornecedor, e consequentemente, uma repercussão no tarifário dos nossos clientes.

Convém ainda salientar dois aspetos inerentes a este resultado invulgar. O primeiro, de que ele se enquadrou dentro dos intervalos de cobertura de custos do abastecimento de águas e do saneamento determinados pela Entidade Reguladora, e o segundo, de que foi com base neste resultado que **Águas do Porto, EM**, em conjunto com a Câmara Municipal do Porto, determinaram a redução das tarifas dos nossos clientes para o ano de 2017.

Para este resultado muito contribuíram dois aspetos de naturezas distintas. Um fator externo de maior procura e aumento do volume de vendas, motivado pela dinâmica crescente que a cidade do Porto tem vindo a sentir, e um fator de eficiência interna da empresa, com natural destaque para a política de redução de perdas de água, cujo valor final de 18,6% representa a entrada, pela primeira vez, no intervalo definido como “excelente” pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Impacto igualmente relevante teve o desfecho do concurso público para a exploração e manutenção das estações de tratamento de águas residuais do Freixo e de Sobreiras, que potenciou economias na exploração destes equipamentos a partir do segundo semestre, que se prolongarão nos próximos sete anos.

No domínio dos nossos investimentos, a sua baixa execução constituiu um primeiro aspeto que merece uma reflexão cuidada, quanto às razões que estiveram na sua origem e às medidas de mitigação futuras. Ainda assim, há que salientar a continuidade da política de investimento, com natural relevo para a remodelação das nossas condutas, coletores e reservatórios, bem como para as intervenções mais direcionadas para a cidade. Neste último lote, destaque para o desvio do curso de água que atravessa o Mercado do Bolhão e que marca o início da reabilitação deste ícone da cidade, a reabilitação do antigo reservatório da Pasteleira, a renovação do Pavilhão da Água, a requalificação dos Jardins e Mata de Nova Sintra ou o projeto de musealização do Rio de Vila, que em breve estarão ao serviço dos portuenses e de quem nos visita.

Ao nível dos processos internos, e numa filosofia de melhoria contínua, foi dada continuidade à reformulação do sistema de contabilidade analítica, foi despoletado o projeto de avaliação da responsabilidade civil da empresa e foi instituído o sistema de qualificação das empreitadas de condutas, com o claro propósito de assegurar a qualidade dos concorrentes neste tipo de concursos públicos.

O ano fica ainda marcado por um conjunto de acontecimentos e transformações na nossa atividade. A abertura do novo Espaço de Atendimento na sede da **Águas do Porto, EM**, a nova forma de abordagem das afluências indevidas, a adjudicação da Plataforma Tecnológica, a renovação das Bandeiras Azuis nas praias do Porto e a distinção das atividades de Educação Ambiental pela Associação Bandeira Azul, foram apenas alguns destes exemplos.

Externamente, o destaque natural vai para a criação do sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, que representou um retrocesso da fusão da anterior empresa multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água, a Águas do Douro e Paiva, S.A., com as empresas homólogas da região Norte. Para o Porto, os benefícios desta reconstituição foram inequívocos, quer no impedimento de um novo aumento das tarifas de abastecimento de água em alta, quer pelo regresso a um sistema sustentável e com uma escala adequada ao conjunto dos vinte municípios envolvidos.

No âmbito da nossa afirmação no setor, realce para a escolha, pela Comissão Europeia, da candidatura liderada pela Câmara Municipal do Porto e pela **Águas do Porto, EM**, para a realização da quarta edição da EIP Water Conference, que irá decorrer este ano, e que prevê reunir alguns dos principais agentes do setor da água a nível europeu.

É com este balanço favorável, que gostaríamos de dirigir os seguintes agradecimentos.

Em primeiro lugar, à Câmara Municipal do Porto, pela confiança atribuída, pela gestão inclusiva que tem vindo a promover, e pela dinâmica instituída que alastrou a diversos setores de atividade da cidade.

Em segundo, aos nossos clientes, por constituírem a motivação para diariamente fazermos mais e melhor.

Em terceiro, a todos os nossos parceiros, fornecedores, empreiteiros e consultores, que nos permitem continuar a crescer, com um natural destaque para o profissionalismo e rigor do nosso Revisor de Contas.

Por último, aos nossos colaboradores, cuja dedicação e resiliência constituem o segredo dos nossos resultados, e a base da superação dos obstáculos do dia-a-dia.

Porto, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração

(Frederico Vieira Martins Fernandes) (Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto)

(Joaquim Sérgio Hora Lopes)

3 | Sumário do Exercício

No cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 1 do Artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais, o Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, apresenta o Relatório e Contas do exercício de 2016 e a proposta de aplicação de resultados, aprovados em reunião de 31 de março de 2016. O presente Relatório e Contas é acompanhado pela Certificação Legal das Contas e pelo Parecer do Fiscal Único, conforme estipula a alínea k) do Artigo 19.º dos Estatutos da empresa.

Os documentos de prestação de contas, que agora se apresentam à Assembleia Geral, foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, custo histórico, da prudência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios, segundo o qual os rendimentos e os gastos são reconhecidos quando obtidos ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento.

A **Águas do Porto, EM**, apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, traduzida no melhor resultado líquido de sempre, de € 6.575.538,35 em 2016, que representa um aumento de 4,4% relativamente ao ano precedente. A margem EBITDA situou-se em 37,2% e a autonomia financeira cifrou-se em 78%.

No presente exercício, o investimento global da empresa ascendeu a 7,3 milhões de euros, representando 44% do valor total orçamentado para o Plano de Investimentos, de acordo com aquilo que se encontra previsto nos IGP 2016-2018. Em comparação com 2015, em que o investimento ascendeu a 8,9 milhões de euros, verifica-se uma diminuição de 19% no volume global de investimento.

De assinalar que, no período em análise, a maioria do investimento concretizado (30%) respeita à drenagem e tratamento de águas residuais, perfazendo € 2.210.814,15. Seguem-se as rubricas correspondentes ao abastecimento de água e à drenagem de águas pluviais, cujos volumes de investimento atingiram € 2.066.146,70 (28%) e € 1.487.725,62 (20%), respetivamente.

No final de 2016, a **Águas do Porto, EM**, contava com cinco candidaturas com financiamento comunitário, das quais duas candidaturas transitaram de anos anteriores e três foram aprovadas no período em análise.

A despesa elegível total inscrita nas candidaturas aprovadas perfaz 4,9 milhões de euros, o que representa um valor de comparticipação na ordem dos 4,3 milhões de euros. A comparticipação total recebida ascende a 2,1 milhões em 2016. No último quadriénio, para uma comparticipação total aprovada de € 18 286 800,91, a empresa recebeu € 6 081 459,69 de fundos comunitários.

4 | Principais Acontecimentos

No primeiro trimestre de 2016, a **Águas do Porto, EM**, inaugurou o novo edifício de atendimento comercial, situado na rua Barão de Nova Sintra, num investimento de 500 mil euros. Projetado pelo arquiteto Pedro Guimarães, o novo edifício contempla a instalação de mais postos de atendimento presencial, com características distintas consoante os diferentes tipos de atendimento, a humanização da zona de espera e a otimização da funcionalidade dos espaços de forma a favorecer a supervisão do ambiente de atendimento.

A área de receção e atendimento funciona a partir de uma zona de triagem. A zona de espera, com capacidade para 40 lugares sentados, dispõe de nove postos de atendimento, três vocacionados para assuntos correntes de resolução rápida em que o cliente é recebido em pé e seis postos de atendimento normal, nos quais o cliente é recebido sentado, para tratamento de assuntos mais morosos, com conforto e privacidade assegurados.



Figura 1 | Inauguração do novo edifício comercial na Sede

Orientada para a satisfação dos seus clientes, a empresa lançou, no Dia Mundial da Água (22 de março), uma aplicação móvel que permite o acompanhamento dos consumos de água e a receção de alertas de eventuais fugas, bem como o conhecimento da qualidade da água da torneira e das águas balneares do Porto. Numa fase inicial, a nova aplicação abrange 500 clientes da zona piloto de Damião de Góis.

No domínio infraestrutural, a **Águas do Porto, EM**, deu continuidade às principais obras iniciadas no ano de 2015. É de assinalar o andamento dos trabalhos na empreitada de Santos Pousada/Campo 24 de Agosto, cuja adjudicação corresponde a três milhões de euros, destinada a solucionar o principal problema de drenagem de águas pluviais na cidade do Porto, que provoca inundações frequentes, em dias de maior pluviosidade.

Do mesmo modo, e tendo em vista assegurar o cumprimento do objetivo estratégico de gestão eficiente dos ativos, decorreram a bom ritmo dois dos cinco grupos de empreitadas definidas como prioritárias no âmbito da remodelação da rede de abastecimento de água. Os contratos consignados referem-se aos Grupos 1 e 4 e englobam a substituição de 25 km de condutas, 2.763 ramais e 216 hidrantes, correspondendo a um investimento total aproximado de 3,4 milhões de euros.

No terceiro trimestre de 2016, a **Águas do Porto, EM**, iniciou as obras de desvio de infraestruturas de águas residuais pluviais na zona do Mercado do Bolhão, integradas no projeto de restauro e modernização do emblemático mercado da cidade do Porto, o que representa um investimento de 718 mil euros. Os trabalhos implicam a intervenção de uma tuneladora para desviar a linha de água, que atravessa toda a zona do terraço do mercado, para as ruas Sá da Bandeira e Fernandes Tomás, tornando, assim, possível o posterior avanço seguro das obras que estabilizarão o edifício e que permitirão a construção de uma cave logística no subsolo para cargas/descargas e áreas técnicas.



Figura 2 | Desvio de infraestruturas de águas residuais pluviais no Mercado do Bolhão

O presente exercício fica também marcado pela adjudicação do maior contrato em termos de volume de investimento desde a constituição da empresa (outubro de 2006). No valor de 23 milhões de euros, o contrato de prestação de serviços de operação e manutenção das ETAR de Sobreiras e do Freixo, com uma duração de sete anos, foi assinado com o consórcio Ambiporto – Tratamento de Efluentes, ACE, constituído pelas empresas AGS e Sisáqua. Perspetiva-se que esta solução permita uma poupança de 4,5 milhões de euros durante a duração do contrato.

No âmbito da remodelação das redes de água, saneamento e águas pluviais, a empresa adjudicou, no período em análise, uma importante obra no Bairro do Regado, com um valor contratual de 1,1 milhões de euros. Esta intervenção abarca também a infraestruturização da Rua Particular de Monsanto pelo facto de a mesma ainda não possuir coletor de águas residuais, contribuindo para a concretização do projeto “Porto Saneamento 100%”, assim como a requalificação do espaço público do lado nascente do Bairro do Regado.

Tendo em vista a concretização do objetivo estratégico “Fazer da água em fator de afirmação da cidade”, a **Águas do Porto, EM**, prosseguiu com os projetos relacionados com a reabilitação do seu património. Para o efeito, foi adjudicado, por 633 mil euros, o concurso público para a requalificação do antigo reservatório da Pasteleira, tendo em vista promover a sua reconversão num espaço polivalente para atividades de carácter cultural. De salientar, igualmente, a adjudicação ao Atelier 15 da conceção e desenvolvimento do projeto de musealização do Rio de Vila, entre a estação de S. Bento e o Largo de S. Domingos.

No período em análise, o projeto de remodelação do Pavilhão da Água, cujo investimento ultrapassa um milhão de euros, registou avanços significativos. Os principais objetivos são a atualização das experiências atuais, que contam já com 16 anos de existência, e a requalificação do edifício do ponto de vista arquitetónico. Neste sentido, a empresa FCo.Fullservice Company

in Multimédia, Lda, foi escolhida no concurso público internacional para reformulação e implementação de experiências, tendo sido celebrado um contrato de 260 mil euros.

Posteriormente, a **Águas do Porto, EM**, adjudicou as obras de remodelação do Pavilhão da Água, pelo valor de 745 mil euros. Esta empreitada assenta em vários aspetos, nomeadamente a otimização das infraestruturas, o reenquadramento de espaços, a criação de uma área para loja e a introdução de novas experiências interativas. O encerramento do Pavilhão da Água ocorreu no dia 26 de novembro, prevendo-se que a nova estrutura seja reaberta em outubro de 2017.

Ainda no que concerne à reabilitação do património da empresa, merece destaque a empreitada de recuperação, reconstrução e ampliação do edificado e da área de logradouro envolvente da Quinta de Baixo, contínua à sede da empresa, cujo montante de investimento ascende a 759 mil euros. A recuperação deste edifício, atualmente em ruínas, destina-se a aumentar a oferta de áreas de trabalho para acolher algumas Unidades Orgânicas e colmatar uma falha nas atuais instalações, onde não existe um espaço adequado para a realização de reuniões alargadas ou para o acolhimento de ações de formação dos colaboradores.

Relativamente a novos procedimentos concursais abertos em 2016, o principal destaque prende-se com o concurso público para a instalação do intercetor de Rio Tinto, lançado em conjunto com a Câmara Municipal de Gondomar, que permitirá despoluir este curso de água e promover a reabilitação do seu leito e margens, representando um investimento global de 9,2 milhões de euros. No caso do Município do Porto está em causa uma verba de 3,7 milhões de euros, tendo sido aprovada, no âmbito do PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos, uma comparticipação de fundos comunitários de 85%.

No período em análise, foi também lançado o concurso público internacional para a criação da arquitetura da Plataforma Tecnológica para a Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água, adjudicado já em 2017 pelo valor de € 718.000. O projeto encontra-se, neste momento, em fase de implementação, tendo como finalidade desenvolver um sistema de monitorização, alerta e informação ao público, em tempo real, das diferentes redes que integram o ciclo urbano da água. Esta solução constituirá uma importante ferramenta de apoio às operações e à decisão, materializando um aumento do conhecimento infraestrutural, maior controlo das suas redes, alcançando maiores ganhos de eficiência na gestão e aumentando a fiabilidade da informação produzida.

A **Águas do Porto, EM**, abriu, igualmente, um concurso público para a reabilitação dos reservatórios dos Congregados e do Bonfim e da central elevatória de Nova Sintra, cujo preço base é superior a 1,4 milhões de euros. Enquadrada no Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas, esta obra resulta da degradação dos elementos estruturais dos reservatórios e da inadequação dos circuitos hidráulicos existentes.

De referir, por último, o lançamento do concurso público para a recuperação paisagística dos jardins e mata da Quinta de Nova Sintra, onde se localiza a sede da empresa, no valor de 669 mil euros. A intervenção será realizada ao longo de 2017, tendo por base um projeto de execução da autoria de uma equipa de arquitetos paisagistas da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, com o intuito de devolver à cidade do Porto um espaço emblemático, onde o lazer, a cultura ou a simples curiosidade possam acontecer.

Na gestão operacional, a água não faturada registou o valor mais baixo de sempre, tendo atingido uma taxa de 18,6%. Para este resultado contribuíram as atividades de controlo ativo de perdas e de rápida intervenção na reparação de roturas e avarias, assim como os investimentos realizados na remodelação da rede de abastecimento de água e na renovação do parque de contadores. Quanto à qualidade da água para consumo humano, foram obtidos valores de excelência, com um nível de cumprimento dos parâmetros legais de 99,7%.

A acessibilidade física do serviço de saneamento fixou-se em 99,4%, o que significa que a construção da rede de drenagem de águas residuais se encontra perto da sua conclusão. Complementarmente, a taxa de prédios ligados à rede pública de saneamento aumentou para 99%. Um trabalho decisivo para a melhoria da qualidade da água das ribeiras que atravessam a cidade do Porto, em paralelo com um projeto de eliminação das afluências indevidas e infiltrações.

Quanto à gestão da frente marítima, a **Águas do Porto, EM**, manteve a Bandeira Azul em três zonas balneares, numa faixa litoral contínua que se estende desde a foz do rio Douro até à zona balnear do Homem do Leme, abrangendo oito praias. A este símbolo de qualidade juntou-se o galardão “Praia com Qualidade de Ouro”, atribuído pela Quercus. A zona balnear do Homem do Leme conservou ainda o galardão “Praia Acessível, Praia para Todos!”.

Na área da educação ambiental, nomeadamente nas ações levadas a cabo durante a época balnear nas praias com Bandeira Azul, merece nota o facto de o Porto ter sido distinguido como o “Município Mais Azul” a nível nacional. A Associação Bandeira Azul da Europa reconheceu, ainda, a colaboração da **Águas do Porto, EM**, na implementação do Programa Nacional de Vigilância da Bandeira Azul.



Figura 3 | Hastear da Bandeira Azul nas praias do Porto

Em 2016, e do ponto de vista de melhoria dos processos internos, designadamente na área das Compras, a empresa lançou o Sistema de Qualificação de Empreitadas, uma ferramenta que permite às empresas interessadas na construção e/ou substituição de infraestruturas de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais submeterem uma candidatura e ficarem selecionadas para, posteriormente, estarem habilitadas a apresentar propostas no âmbito dos concursos que a empresa vier a lançar. Este sistema tem por objetivo estabelecer relações de cooperação e parceria, enquadradas por padrões ético-profissionais exigentes, dentro do cumprimento rigoroso da legislação em vigor, alinhadas com políticas de sustentabilidade de médio e longo prazo e melhor desempenho da cadeia de abastecimento.

No que concerne à gestão de recursos humanos, e dando cumprimento ao objetivo estratégico “Adquirir e desenvolver melhores níveis de motivação, competências funcionais e liderança”, foi implementado o Programa MAIS (Motivar, Alinhar, Inovar e Superar). Trata-se de um conjunto de 18 iniciativas destinadas a aumentar os níveis de motivação dos colaboradores, promover o seu comprometimento e alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais da empresa, melhorar os níveis de desempenho individual e coletivo, proporcionar o desenvolvimento profissional e pessoal e, por último, fomentar a cultura da meritocracia.

4.1. Gestão Operacional

4.1.1. Aquisição e Venda de Água

No ano 2016, a **Águas do Porto, EM**, adquiriu um volume total de 20.820.536 m³ de água tratada à Águas do Norte, S. A., o que corresponde a uma média diária de água entrada no sistema (AES) de 56.887 m³ e que representa um ligeiro acréscimo de 0,03% face ao ano transato. Esta variação positiva corresponde a um aumento total de 6.288 m³, isto é, um incremento médio diário face a 2015 de 17 m³.

Nos últimos dez anos, a empresa tem vindo a registar uma tendência evolutiva descendente na aquisição de água à AdNorte. Contudo, analogamente ao que sucedeu no ano transato, em 2016 o volume de AES aumentou, ainda que de forma menos expressiva. A figura seguinte apresenta a evolução da AES desde 2006.

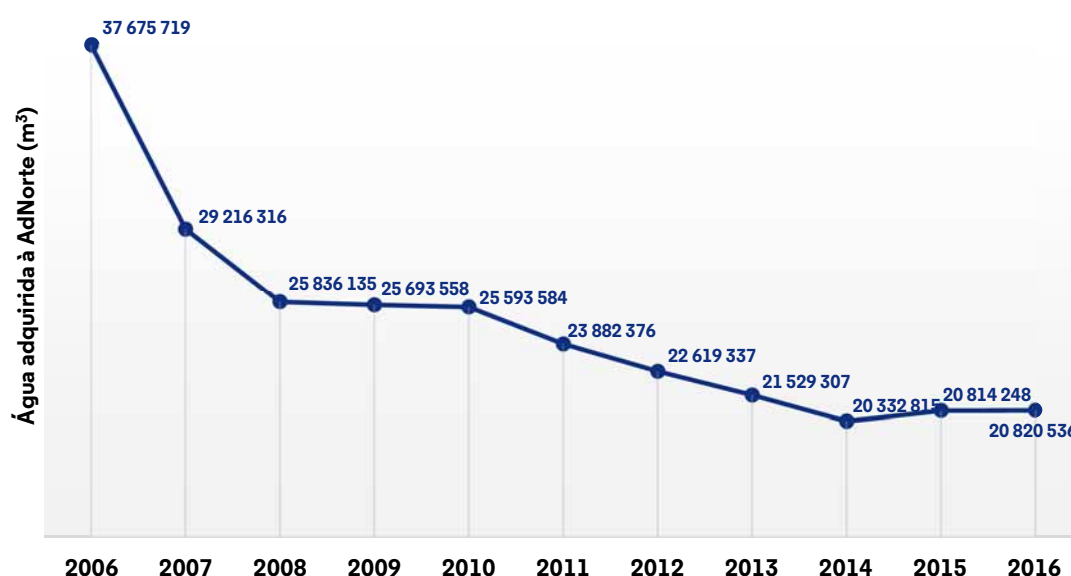


Figura 4 / Evolução da AES entre 2006 e 2016

No que diz respeito à venda de água, a **Águas do Porto, EM**, faturou um volume total de 16.947.151 m³ de água aos seus clientes, o que equivale a uma média diária de água vendida de 46.304 m³ e que representa um aumento de 2,07% relativamente ao ano transato. Esta variação positiva corresponde a um aumento total de 343.200 m³, isto é, um aumento médio diário face a 2015 de 938 m³, tal como demonstrado na Figura 5.

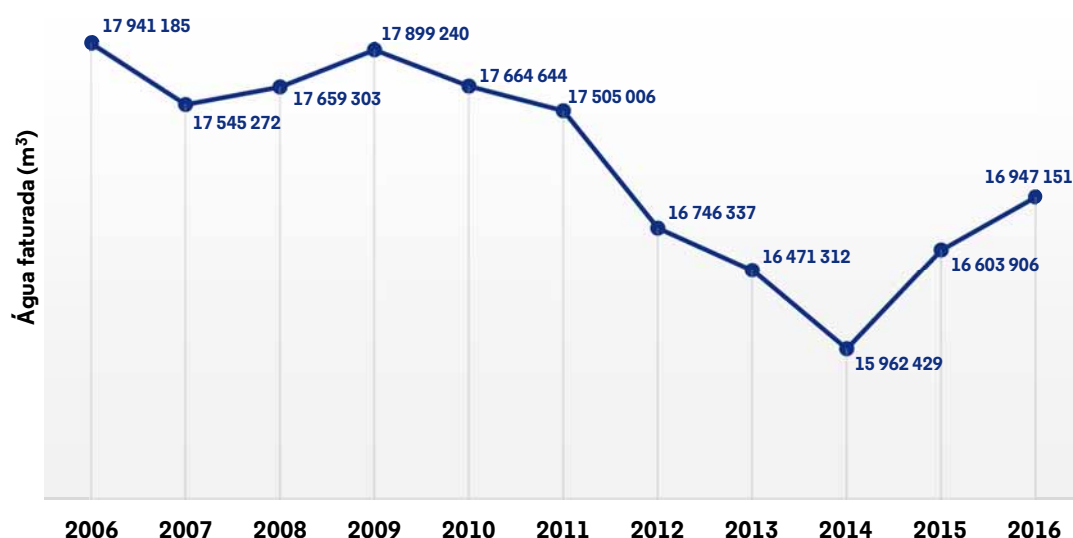


Figura 5 / Evolução da água faturada entre 2006 e 2016

Esta situação deveu-se, em primeira instância, à evolução do consumo doméstico e empresarial, que representam 86% do volume total de água consumida.

Os agregados familiares portuenses consumiram mais 109.309 m³ entre 2015 e 2016, o que corresponde a uma variação positiva de 1,03%. Foi também relevante o papel dos clientes empresariais, que, correspondendo a 23% da água vendida, consumiram mais 326.505 m³ (9,06%).

O comportamento do consumo de água por tipologia de cliente é revelado na tabela seguinte.

Tabela 1 / Evolução da água consumida por tipologia de cliente (m³)

TIPO DE CLIENTE	2016	2015	Δ % 2016-2015
Doméstico	10.695.966	10.586.657	1,03
Social	948.791	956.316	-0,8
Empresarial	3.930.476	3.603.971	9,06
Público	580.273	605.922	-4,23
Autárquico	706.067	779.668	-9,44
Próprios	85.578	71.372	19,90
Total	16.947.151	16.602.178	2,07

No final de 2016, o número total de clientes da **Águas do Porto, EM**, ascendia a 153.821, ou seja, mais 1.279 clientes relativamente ao ano precedente (+0,8%). Os consumidores domésticos representavam 63% do universo total de clientes, seguindo-se os consumidores do setor empresarial com um peso de 23%. As restantes tipologias apresentaram um peso residual na estrutura de clientes da empresa (1,3%).

4.1.2. Água Não Faturada

No presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, registou, novamente, um decréscimo do índice de água não faturada (ANF), cujo valor anual final se cifrou em 18,6%. Este valor percentual corresponde a um volume total anual de 3.873.385 m³ de água, o que equivale a uma média de 10.583 m³ por dia.

Os resultados apresentados podem ser verificados na figura seguinte, que traduz a evolução da AES, da AF e da ANF (em volume e em percentagem) desde 2006 até 2016. O gráfico inclui igualmente a evolução da poupança financeira acumulada pela empresa relativamente à redução do índice de ANF.

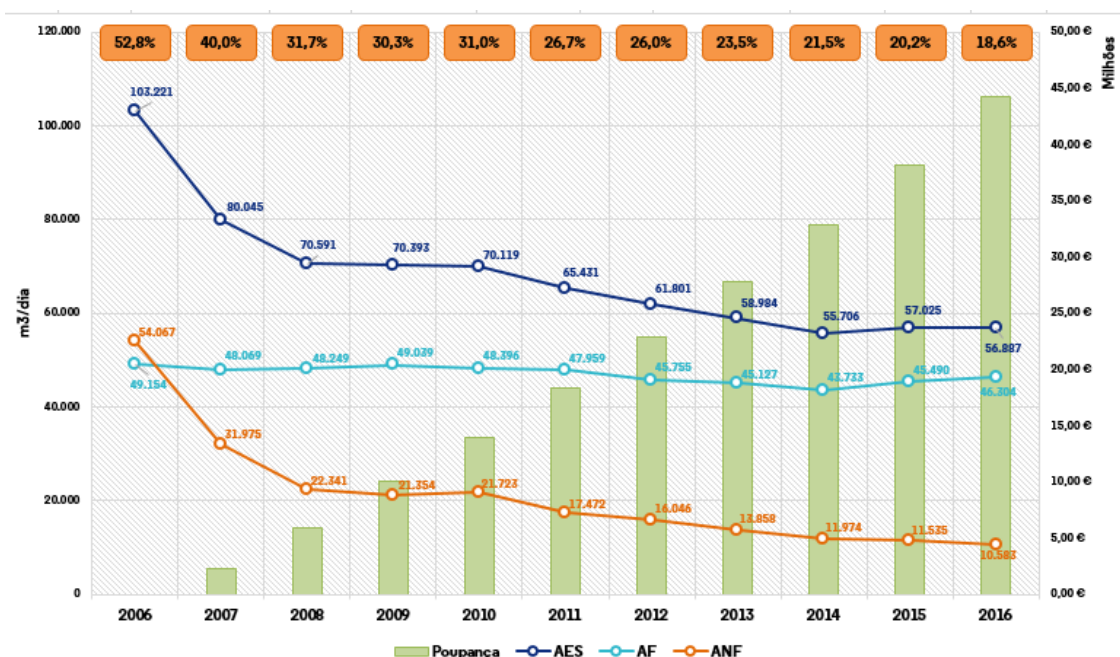


Figura 6 / Evolução da AES, AF, ANF e da poupança acumulada entre 2006 e 2016

Analisando a figura anterior, é perceptível o aumento da água adquirida (AES) e da água vendida (AF), bem como a consequente redução da água perdida (ANF). Relativamente ao resultado alcançado no ano transato (20,2%), a **Águas do Porto, EM**, obteve em 2016 um ganho de 952 m³ por dia, ou seja, um ganho percentual de 8,25%.

Os resultados alcançados são fruto dos investimentos da empresa, quer na renovação da rede de abastecimento de água (condutas problemáticas e com materiais obsoletos), quer na renovação do parque de contadores, designadamente os equipamentos avariados e em submedição. Destaque também para o trabalho de deteção de roturas e avarias na rede, nomeadamente através do trabalho diário das equipas de controlo de perdas e da rápida intervenção na reparação das anomalias detetadas.

4.1.3. Qualidade da Água

O Plano de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) constitui um programa de controlo analítico cujo objetivo é verificar o cumprimento dos valores paramétricos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, relativos à qualidade da água para consumo humano, na torneira do consumidor. Obedecendo a este plano aprovado pela ERSAR, o Laboratório da empresa,

acreditado segundo a Norma NP EN ISO/IEC 17025:2005, desde junho de 2000, realizou 7.073 determinações de parâmetros/substâncias individualizadas correspondentes a 1.200 amostras recolhidas.

Quanto ao cumprimento dos valores paramétricos, os dados apontam para 99,70% de análises realizadas em conformidade com esses valores de referência. A **Águas do Porto, EM**, registou, assim, um desempenho excelente no que respeita ao indicador “Água Segura”.

Salienta-se que empresa realiza, ainda, um Plano de Controlo Operacional (PCO), que reforça o controlo da qualidade da água distribuída. Em 2016, o Laboratório recolheu 3.175 amostras nas condutas adutoras, fontes, fontanários, fins de rede e condutas de ligação dos reservatórios à rede, tendo efetuado um total de 42.992 análises.

4.1.4. Drenagem Urbana

No que concerne ao saneamento, a acessibilidade física ao serviço fixou-se em 99,4% no final de 2016, o que significa que a construção da rede de drenagem de águas residuais se encontra perto da sua conclusão. Em 2016, as empreitadas de saneamento incluíram 4,9 km de coletores (570 m novos e 4,4 km substituídos), 151 novos ramais em zona com coletor e 214 câmaras de ramal de ligação (30 novas e 184 substituídas).

Em 2016, os técnicos da **Águas do Porto, EM**, realizaram 3.903 visitas às instalações dos clientes sem ligação à rede pública de saneamento ou com ligações desadequadas e necessidade de adaptação das redes prediais. Na bacia de Aldoar, foram efetuadas 960 visitas, tendo-se verificado a existência de 130 prédios com as redes de drenagem predial interligadas e 74 prédios com rede predial inundável.

O fruto desse trabalho observou-se na ligação de mais 253 prédios à rede pública de drenagem de águas residuais durante o presente exercício. Na Tabela 2 são evidenciados os resultados relativos às novas ligações prediais à rede pública de drenagem de águas residuais.

Tabela 2 / *Evolução das ligações prediais à rede pública de saneamento (2015-2016)*

	2016	2015
Novas ligações	253	304
N.º de visitas realizadas	3903	4.650
Total de prédios ligados	40.490	40.237

Consequentemente, o nível de cobertura da população com infraestruturas de saneamento atingiu os 99,40% no exercício em análise, prevendo-se que a rede de drenagem de águas residuais fique concluída em 2017.

No período em análise, e tal como detalhado na Tabela 3, o volume de efluentes tratados nas duas ETAR existentes (Sobreiras e Freixo) totalizou 21.154.117 m³, o que equivale a um aumento de 20,1% em comparação com o ano precedente.

Tabela 3 / *Evolução das águas residuais tratadas nas ETAR (m³) – (2015-2016)*

	2016	2015	Δ%
ETAR do Freixo	8.708.157	5.913.486	47,3
ETAR de Sobreiras	12.445.960	11.702.080	6,4
Total	21.154.117	17.615.566	20,1

A ETAR de Sobreiras tratou 12.445.960 m³ de águas residuais, mais 6,4% relativamente a 2015, o que corresponde a 59% dos efluentes recolhidos na cidade do Porto. Por sua vez, o volume de águas residuais tratado na ETAR do Freixo fixou-se em 8.708.157 m³, registando uma variação positiva de 47,3% quando comparada com o ano anterior. Este aumento deveu-se a três fatores: a um aumento do número de ligações à rede de saneamento, a um maior volume de afluências indevidas de águas pluviais e a um aumento do caudal proveniente do Município de Gondomar.

Quanto à qualidade do efluente final, constata-se que o cumprimento dos parâmetros de descarga se manteve nos 100%. Este indicador da ERSAR corresponde à percentagem do equivalente de população que é servido com estações de tratamento que asseguram o cumprimento das licenças de descarga.

Na sequência do concurso público internacional para a prestação de serviços de operação e manutenção das ETAR do Município do Porto, lançado no terceiro trimestre de 2015, foi em julho de 2016 celebrado contrato com o consórcio Ambiporto – Tratamento de Efluentes, ACE. A referida prestação de serviços, cuja duração é de 7 anos, teve início em agosto de 2016.

No que concerne ao sistema público de drenagem de águas pluviais, a prioridade de intervenção manteve-se no levantamento, atualização e informatização cadastral das infraestruturas existentes. Para atingir este desiderato, para além do trabalho de equipas internas, a **Águas do Porto, EM**, abriu um concurso público internacional para o levantamento cadastral, pelo facto do anterior ter sido anulado, prevendo-se um investimento global de 475 mil euros.

Este projeto tem como objetivo concentrar numa base de dados SIG informação gráfica e alfanumérica considerada importante para apoio à exploração e gestão deste sistema público, possibilitando a integração desta informação com outras bases de dados.

O segundo objetivo do tipo operacional prende-se com a renovação dos pontos de recolha de águas pluviais (sarjetas, sumidouros, canais e valetas), na perspetiva de contrariar a formação de lençóis de água e constituir inundações em períodos de intensa precipitação pluviométrica.

4.1.5. Gestão de Ribeiras

Durante o ano transato, teve continuidade o estudo para o desentubamento e reabilitação de um troço da Ribeira de Aldoar, situado na Avenida da Boavista, de modo a restabelecer as funções ecológicas desta linha de água, através da implementação de medidas que atuem sobre a hidrologia, morfologia, qualidade da água e biodiversidade. Com este trabalho, pretende-se estudar uma solução de requalificação do leito e margens da referida ribeira, abrindo-a à população através da melhoria da acessibilidade e da qualificação do ambiente urbano.

Iniciou-se ainda, no último trimestre de 2016, uma parceria com a Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, para a realização de estudos hidráulicos no âmbito da reabilitação de um troço da ribeira da Asprela, junto ao Polo Universitário. Com a reabilitação da ribeira, pretende-se criar uma zona verde constituída por uma zona de desporto e lazer, com equipamentos e serviços de apoio à utilização e manutenção, que incentivem à prática desportiva como fator de promoção da saúde e de estilos de vida ativos.

No âmbito do protocolo assinado, em 2015, com a Câmara Municipal de Gondomar e a Agência Portuguesa do Ambiente, em 2016 foi concluído o projeto de execução e lançado respetivo procedimento concursal para a construção do intercetor de Rio Tinto. A obra, no valor de 7.950.000 €, foi adjudicada pela Câmara de Gondomar e a **Águas do Porto, EM**, no mês de outubro, encontrando-se atualmente em fase de esclarecimento do Tribunal de Contas.

Com uma duração prevista de dois anos, esta obra, financiada pelo PO SEUR, tem por objetivo a execução de um intercetor para o transporte dos efluentes tratados nas ETAR de Rio Tinto e do

Freixo até ao rio Douro, de forma a despoluir o atual meio recetor, o Rio Tinto, e atingir o Bom Estado Ecológico desta massa de água, dando cumprimento à Diretiva Europeia relativa ao Tratamento das Águas Residuais Urbanas.

Ainda durante o ano de 2016, prolongou-se o estudo do primeiro projeto que visa dar a conhecer aos portuenses, visitantes e turistas, alguns cursos de água subterrâneos que correm sob as ruas da cidade do Porto, encontrando-se o mesmo em fase de aprovação do estudo prévio. O Rio de Vila, por se tratar de uma das linhas de água com maior importância histórica na cidade invicta, foi o primeiro a ser escolhido para se dar início à sua musealização.

O troço de 350 metros que a **Águas do Porto, EM**, pretende devolver aos olhos dos visitantes corre entre a Estação de S. Bento e o Largo de S. Domingos, tendo sido encanado por decisão municipal de 1872. Escavações arqueológicas recentes revelaram a presença nesta zona da cidade, nomeadamente no eixo das ruas Mouzinho da Silveira-Flores, de um conjunto apreciável de vestígios arqueológicos datados do período romano até à época contemporânea. Prevê-se que a obra fique concluída no início de 2018.

4.1.6. Gestão da Frente Marítima

A orla costeira do Município do Porto manteve, na época balnear 2016, a Bandeira Azul em três zonas balneares, numa faixa litoral contínua que se estende desde a foz do rio Douro até à zona balnear do Homem do Leme, abrangendo oito praias de banhos.

A atribuição deste galardão pela Associação Bandeira Azul da Europa (ABAE) atesta a qualidade das águas balneares e dos areais, assim como dos equipamentos e serviços de apoio das seguintes praias: Luz, Ingleses, Ourigo, Carneiro e Pastoras (Zona Balnear da Foz); Gondarém e Molhe (Zona Balnear de Gondarém); Homem do Leme (Zona Balnear do Homem do Leme).

Na época balnear de 2016, para além da Bandeira Azul, as zonas balneares da Foz, Gondarém e, pela primeira vez, Homem do Leme, foram premiadas com o galardão “Praia com Qualidade de Ouro”, atribuída pela associação ambientalista Quercus.

A zona balnear do Homem do Leme manteve, pelo nono ano consecutivo, o galardão de “Praia Acessível – Praia para Todos”, cumprindo os requisitos relativos à acessibilidade para pessoas com mobilidade condicionada, como sendo as aplicáveis às instalações sanitárias, às rampas de acesso e às condições de mobilidade na água, através da existência de um veículo próprio (cadeira anfíbia).



Figura 7 | Galardões por zona balnear

A gestão ambiental das zonas balneares do Porto é desenvolvida através da cooperação estabelecida entre as diferentes entidades competentes: APA (ex-ARH do Norte), Unidade de Saúde Pública – ACES Porto Ocidental, Administração dos Portos do Douro e Leixões (APDL), Capitania do Porto do Douro, Capitania do Porto de Leixões e concessionários. Nesta época balnear (2016), a **Águas do Porto, EM**, e a APDL, SA, asseguraram as condições para disponibilização de serviço de assistência a banhistas na praia das Pastoras e na praia do Carneiro.

A qualidade da água balnear do Município do Porto é realizada tendo por base o plano de monitorização anual definido e levado a cabo pela APA. Para além deste controlo, a **Águas do Porto, EM**, desenvolve um programa de monitorização diária da qualidade microbiológica das águas balneares, o que permite adotar medidas de gestão em tempo útil de forma a salvaguardar a saúde pública.

Na época balnear 2016, e à semelhança do ano precedente, 75 % das águas balneares do Porto obtiveram a classificação de «Excelente» (Foz, Gondarém e Homem do Leme), sendo que a zona balnear do Castelo do Queijo manteve, pelo terceiro ano consecutivo, a classificação de «Boa».

4.1.7. Educação Ambiental

À semelhança dos anos anteriores, as atividades de educação ambiental realizadas durante a época balnear de 2016 foram dinamizadas pela Unidade Orgânica Educação Ambiental. Tendo em consideração os critérios exigidos pela Associação Bandeira Azul da Europa, promoveu-se a inclusão e diversidade de faixas etárias, inovação nas atividades desenvolvidas, divididas por ações práticas, expositivas e de efeito multiplicador dedicadas ao tema anual da Bandeira Azul – “Trinta anos, trinta critérios e um objetivo”.

Para um melhor envolvimento de toda a comunidade, foram desenvolvidas 13 atividades de educação ambiental nos areais do Porto, das quais sete nas instalações do Pavilhão da Água (centro azul desde 2012) e seis atividades nas zonas balneares com Bandeira Azul (Homem do Leme, Molhe e Gondarém). Estas atividades foram desenvolvidas em conjunto com sete entidades parceiras (Proteção Civil, Centro Interdisciplinar de Investigação Marinha e Ambiental, Lipor, Projeto Rios, Colégio Barão de Nova Sintra, APPCDM Aldoar).

No âmbito da promoção de atividades de educação ambiental nas praias, a Associação Bandeira Azul da Europa tem vindo a implementar, nos últimos anos, o Programa Nacional de Vigilância da Bandeira Azul. A **Águas do Porto, EM**, foi uma das entidades que, em 2016, participou na implementação deste programa, tendo sido distinguida por esta ação.

Porém, esta não foi a única distinção atribuída à empresa quanto às ações de educação ambiental que se realizaram na frente marítima. No exercício em análise, o Município do Porto foi considerado o “Município mais Azul” da região Norte, por ter obtido a melhor classificação na avaliação das atividades de educação ambiental (4,5 numa escala de 5).

O Pavilhão da Água prosseguiu o seu caminho ascendente no que diz respeito ao número de visitantes do Pavilhão da Água, atingindo os 32.253 visitantes em 2016, o que representa um aumento de 9,5% relativamente a 2015.

O incremento do número de visitantes e a diversificação do público, com consequência no aumento da receita, resultou de uma campanha permanente de divulgação suportada por diversos suportes de comunicação, espalhados pelo Parque da Cidade e por diferentes locais da cidade do Porto. Paralelamente têm vindo a ser estabelecidas novas parcerias com entidades

relevantes no domínio da educação ambiental e da ciência, a par de uma oferta mais ampla do plano de atividades dentro e fora de portas.

Pelo terceiro ano consecutivo, o Pavilhão da Água e o Parque da Cidade do Porto acolheram o Aquaporto, uma iniciativa em que crianças, jovens e adultos foram convidados a participar ativamente em diversas atividades. A organização deste verdadeiro festival da água, nos dias 1 e 2 de outubro, esteve a cargo da **Águas do Porto, EM**, com o apoio da Porto Lazer e da Divisão da Cultura da Câmara Municipal do Porto, contando com 20.000 visitantes, o apoio de um patrocinador (EDP) e de 20 parceiros.

4.1.8. Outros Acontecimentos

Outro facto relevante para a atividade da **Águas do Porto, EM**, respeita à escolha da cidade do Porto, por parte da Comissão Europeia, para ser anfitriã da maior conferência europeia na área da água e inovação, denominada 4th EIP Water Conference, em setembro de 2017. Para além deste evento, o Porto irá acolher também a Conferência Mayors & Water, com o intuito de apresentar a Nova Agenda Urbana para a Água (2030) e de formalizar a adesão de diversos municípios europeus aos compromissos elencados nesse documento ainda em elaboração.

Habitualmente com mais de 600 participantes, este evento anual dinamizado pela Parceria Europeia de Inovação para a Água (EIP Water) reúne decisores políticos, governos nacionais e locais, operadores, cientistas, investigadores, empresas de tecnologia, financeiros, start-ups, PME, serviços públicos, urbanistas, produtores industriais, jornalistas e instituições da União Europeia (UE) a nível europeu, nacional e regional para quebrar as barreiras à inovação no setor.

Depois de Bruxelas (Bélgica), Barcelona (Espanha) e Leeuwarden (Holanda), o Porto superou com sucesso várias candidaturas apresentadas por outras cidades europeias. Guido Schmidt, que dirige o secretariado da EIP Water, considera que “a proposta do Porto revelou-se mais forte devido à clareza da abordagem temática e ao forte compromisso e empenho das organizações do consórcio promotor e da sua rede de apoio”.

O consórcio vencedor, liderado pela Câmara Municipal do Porto e pela **Águas do Porto, EM**, onde se inclui ainda o Grupo Águas de Portugal, o Laboratório Nacional de Engenharia Civil e a Parceria Portuguesa para a Água, contou com o apoio institucional do Governo português através dos Ministérios do Ambiente e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior. De destacar também, o envolvimento de diversos parceiros científicos e tecnológicos nacionais e internacionais (universidades, centros de I&D e empresas) e associações empresariais e profissionais das áreas da água e inovação.

No âmbito do Projeto P3LP – Pontes e Parcerias nos Países de Língua Portuguesa, dinamizado pela Parceria Portuguesa para a Água, realizou-se, entre os dias 17 a 21 de outubro de 2016, uma missão técnica e empresarial a Portugal de um conjunto de dirigentes e altos quadros do sector da água de São Tomé e Príncipe.

A **Águas do Porto, EM**, foi uma das entidades de acolhimento. O programa da missão incluiu visitas técnicas, reuniões bilaterais com entidades públicas e associados da PPA e a realização, no dia 18 de outubro, no Porto, do Seminário Público “2.ª Missão P3LP – São Tomé e Príncipe e o Setor da Água”, que contou com a presença de mais de 90 participantes.

Durante este seminário, foi assinado um protocolo de cooperação entre a **Águas do Porto, EM**, representada pelo seu Presidente, Frederico Fernandes, e a EMAE – Empresa de Água e Eletricidade de São Tomé e Príncipe, representada pelo seu Diretor-Geral, Mário Sousa. Este compromisso irá vigor durante os próximos três anos (2017 a 2019).

As três áreas fundamentais de colaboração e apoio técnico entre as duas entidades são as seguintes: definição e implementação de metodologia para reduzir a água não faturada (perdas reais e perdas aparentes), controlo da qualidade da água para consumo humano e aplicação de sistemas de informação e de novas tecnologias.



Figura 8 | Missão inversa de São Tomé e Príncipe no Porto

Merece, ainda, registo a forte presença da empresa no 17.º Encontro de Engenharia Sanitária e Ambiental, organizado pela APESB, que decorreu, em Guimarães, entre 14 e 16 de setembro. Foram apresentadas oito comunicações e dois posters nas mais diversas temáticas relativas às áreas de atividade da empresa, envolvendo 23 colaboradores.

4.2. Gestão de Clientes

4.2.1. Qualidade do Atendimento

No presente exercício, e tal como demonstra a Tabela 4, foram atendidos 157.145 clientes, por via telefónica (Call Center) e presencial (Sede, Gabinete do Município e Loja do Cidadão). Este valor confirma a tendência de decréscimo verificada nos últimos anos. Em 2016, houve uma descida de 16,22% em comparação com 2015.

Tabela 4 / Evolução do atendimento aos clientes (telefónico e presencial)

TIPO DE ATENDIMENTO	2016	2015	Δ % 2016-2015
Atendimento Telefónico			
Call Center	64.299	66.043	-3
Subtotal	64.299	66.043	-3
Atendimento Presencial			
Sede	50.656	37.953	33
Loja do Cidadão	3.502	28.716	-88
Gabinete do Município	38.688	38.640	0,12
Subtotal	92.846	105.309	-12
Total	157.145	187.566	-16,22

No âmbito do atendimento presencial, assistiu-se a uma situação idêntica: o número de clientes atendidos passou de 105.309 para 92.846. Conclui-se, assim, que houve uma queda de 12% na

afluência dos clientes aos três balcões de atendimento em funcionamento em 2016 (Sede, Gabinete do Município e Loja do Cidadão).

O número de clientes atendidos registou uma maior redução na Loja do Cidadão (-88%) como resultado do encerramento deste espaço comercial a partir de 1 de março de 2016. O encerramento do balcão da Loja do Cidadão e o reforço dos atendedores na Sede, após a inauguração de um espaço renovado e alargado, justificam a subida do n.º de clientes atendidos nos balcões da Sede (33%). No Gabinete do Município, os clientes atendidos registaram um aumento ligeiro (0,12%).

Por sua vez, as chamadas telefónicas no Call Center passaram de 66.043 em 2015 para 64.299 em 2016, o que equivale a uma redução de 3%. No que respeita ao tempo médio de espera, verificou-se um aumento de 29% em comparação com 2015. A mesma tendência constatou-se no tempo médio de atendimento telefónico dos clientes dado que o mesmo subiu 1,2%, tal como ilustrado na Tabela 5.

Tabela 5 / Tempo médio espera e de atendimento no Call Center

TIPO DE ATENDIMENTO	Tempo Médio de Espera			Tempo Médio de Atendimento		
	2016	2015	Δ % 2016-2015	2016	2015	Δ % 2016-2015
Atendimento Telefónico						
Call Center	00:05:15	00:04:05	29%	00:04:05	00:04:02	1,2%

As Tabelas 6 e 7 demonstram os tempos médios de espera e de atendimento nos balcões de atendimento da Sede, do Gabinete do Município e da Loja do Cidadão nos dois anos em análise.

Tabela 6 / Tempo médio espera nos balcões de atendimento

BALCÃO DE ATENDIMENTO	2016	2015	Δ % 2016-2015
Sede	00:15:21	00:12:44	21%
Loja do Cidadão	00:34:23	00:45:53	-25%
Gabinete do Município	00:29:03	00:23:52	22%
	00:26:16	00:27:30	-4,5%

Tabela 7 / Tempo médio atendimento nos balcões de atendimento

LOCAIS DE ATENDIMENTO	2016	2015	Δ % 2016-2015
Sede	00:08:38	00:07:03	22,5%
Loja do Cidadão	00:04:38	00:04:40	-0,7%
Gabinete do Município	00:06:23	00:06:12	3,0%
	00:06:33	00:05:58	9,7%

Os balcões da Loja do Cidadão fecharam no dia 1 de março de 2016, levando ao incremento do número de atendimentos nos restantes balcões de atendimento, explicando a evolução negativa observada nos balcões de atendimento da Sede entre 2015 e 2016: o tempo médio de espera cresceu 21% na Sede e 22% no Gabinete do Município. Globalmente foi benéfica a decisão de encerramento do espaço comercial da Loja do Cidadão já que originou uma melhoria do tempo médio de espera global na ordem dos 4,5%.

Os tempos médios de atendimento tiveram a mesma trajetória, aumentando 22,5% na Sede e 3% no Gabinete do Município. Neste caso, o incremento ficou a dever-se ao recrutamento interno e externo de novos atendedores, cuja formação prática é efetuada nos balcões da Sede, e tem uma duração média de cerca de seis meses.

No cômputo geral, analisando os dados relativos ao funcionamento dos três locais de atendimento no corrente exercício, os clientes tiveram de esperar, em média, 26 minutos e 16 segundos contra 27 minutos e 30 segundos em 2015. No sentido inverso, o tempo médio de atendimento apresentou uma subida de 9,7%, tendo os atendedores despendido, em termos médios, mais 31 segundos com os clientes.

4.2.2. Gestão de Reclamações

Na **Águas do Porto, EM**, as reclamações apresentadas pelos clientes são encaradas como uma oportunidade de melhoria dos serviços prestados, de modo a prevenir as situações que lhes deram origem, e que traduzam as suas expectativas, preocupações e interesses. Nesta perspetiva, a análise de reclamações e a interligação com o cliente para a sua resolução e/ou elucidação é uma constante preocupação dos diferentes intervenientes internos.

Após a análise cuidadosa de cada reclamação, envolvendo, muitas vezes, diferentes Unidades Orgânicas da empresa, é elaborada uma resposta escrita, ajustada ao tipo de questões formuladas, no prazo máximo de 20 dias úteis, não obstante o Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, definir 22 dias úteis.

Neste alinhamento, o tempo médio de resposta às reclamações escritas apresentadas em 2016 foi de 7,19 dias, aproximadamente menos 1,5 dias do que no ano de 2015, o que equivale a uma boa qualidade de serviço (100%), segundo o indicador da ERSAR neste âmbito. Este fator impulsiona a diferenciação positiva da empresa e evidencia a importância dos incidentes críticos na relação com o cliente.

No ano em análise, as reclamações escritas sofreram um decréscimo de 12% comparativamente com o ano precedente. No mesmo período, o recurso ao Livro de Reclamações, para expressar os motivos de não satisfação, também sofreu um decréscimo na ordem dos 11,4%.

Tabela 8 / Evolução das reclamações escritas (2016-2015)

	2016	2015	Δ % 2016-2015
Livro de Reclamações	124	140	-11,4
Reclamações	213	243	-12,3
Total	337	383	-12

5 | Investimentos

5.1. Execução do Plano de Investimentos

Tal como detalhado na Tabela 9, o investimento global da **Águas do Porto, EM**, ascendeu a 7,2 milhões de euros em 2016, representando 44% do valor total orçamentado no Plano de Investimentos a executar no presente ano.

Em 2015, o grau de cumprimento do Plano de Investimentos correspondeu a 65% (8,9 milhões de euros). Assim, no presente exercício, quando comparado com o anterior, assistiu-se a uma diminuição de 19% no volume global de investimento.

Esta redução constitui, porventura, o aspeto menos positivo do ano de 2016. A exposição às contingências dos concursos públicos das nossas empreitadas, ditaram uma excessiva dependência de um grupo pouco diversificado de concorrentes. Não obstante a **Águas do Porto, EM**, ter instituído critérios mais latos na avaliação de propostas, com ponderação de diversos fatores permitidos pelo Código de Contratação Pública, o facto é que nem sempre a proposta economicamente mais vantajosa se traduziu numa prestação do serviço mais eficiente. O maior exemplo desta conjuntura foi o ocorrido com a empresa a quem foi adjudicado o maior volume de concursos públicos das nossas empreitadas, que ao atravessar dificuldades financeiras graves, atrasou severamente a sua execução.

No entanto, existe igualmente a perceção que existem melhorias internas a promover, quer na correta programação dos projetos e dos seus orçamentos, quer no acompanhamento dos desvios que neles existam.

Tabela 9 / Investimentos executados em 2016

ÁREAS DE ATIVIDADE	Valor Orçamentado	Valor Executado
Abastecimento de Água	5.659.599	2.066.146,70
Drenagem e Tratamento de Águas Residuais	4.698.233	2.210.814,15
Drenagem de Águas Pluviais	3.698.364	1.487.725,62
Edifícios e Outras Construções	1.195.000	795.744,64
Sistemas de Informação	698.130	279.144,62
Outros Investimentos	418.383	443.815,13
Total	16.367.709	7.283.391

Numa análise mais detalhada dos números, verifica-se que, no período em análise, a maioria do investimento concretizado (30%) diz respeito à drenagem e tratamento de águas residuais, perfazendo € 2.210.814,15. Seguem-se, em segundo e terceiro lugar, as rubricas correspondentes ao abastecimento de água e à drenagem de águas pluviais, cujos volumes de investimento atingiram € 2.066.146,70 (28%) e € 1.487.725,62 (20%), respetivamente.

Em quarto lugar, posiciona-se a rubrica “Edifícios e Outras Construções”, com um peso relativo de 11%. Por fim, os sistemas de informação e outros Investimentos encerraram as grandes categorias de investimentos, com um peso relativo de 4% e 6%, respetivamente.

5.2. Projetos de Investimento com Financiamento Externo

No final de 2016, a **Águas do Porto, EM**, conta com cinco candidaturas com financiamento externo aprovado (FCOES, FEDER e FPRH), duas transitadas do ano anterior e três aprovadas no ano em análise. A despesa elegível total inscrita nas candidaturas aprovadas perfaz 4,9 milhões de euros, o que representa um valor de comparticipação aprovada na ordem dos 4,3 milhões de euros. Ao longo desse ano foram encerradas oito Operações.

A comparticipação total recebida pela empresa, relativa a Operações aprovadas no âmbito do anterior Quadro Comunitário de Apoio, ascende a 14 milhões de euros, tendo arrecadado de 2,1 milhões de euros em 2016 e 6,1 milhões de euros no último quadriénio.

5.2.1. Operações Encerradas em 2016

A Autoridade de Gestão, após aprovação do Relatório Final das oito Operações ora encerradas, procedeu à transferência do saldo final que ascendeu a 2,1 milhões de euros, sendo 1,9 milhões de euros provenientes de quatro Operações com financiamento do FCOES e o restante, ou seja, 200 mil euros oriundos de quatro operações com financiamento do FEDER. Foram encerradas as seguintes Operações:

1. Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em ‘Baixa’ ao Porto, 1.ª Fase - POVT-12-0154-FCOES-000126;
2. Reforço, Remodelação e ecoeficiência da Rede de Abastecimento de Água em ‘Baixa’ ao Porto, 2.ª Fase - POVT-12-0154-FCOES-000031;
3. Reforço, Remodelação e ecoeficiência da Rede de Abastecimento de Água em ‘Baixa’ ao Porto, 3.ª Fase - POVT-12-0154-FCOES-000074;
4. Instalação/Extensão e Ecoeficiência da Rede de Saneamento no Concelho do Porto - POVT-12-0146-FCOES-000223;
5. Ações de Valorização do Porto, 1ª fase - NORTE-09-0132-FEDER-000043;
6. Requalificação Urbana e Promoção da Mobilidade no Eixo Rua da Estação, Rua do Freixo (parte) e Rua do Heroísmo - NORTE-10-0350-FEDER-000306;
7. Requalificação da Av. da Boavista - Fases I, II, III e IV - NORTE-10-0350-FEDER-000498;
8. Requalificação da Av. da Boavista - Fases V e VI - NORTE-10-0350-FEDER-000497.

5.2.2. Operações Ativas em 2016

1. Reabilitação Estrutural da Galeria da Ribeira da Granja - FPRH/0002/2ª/2014

A intenção de projeto foi aprovada a 22/05/2015, no âmbito do Fundo de Proteção de Recursos Hídricos. No dia 12 de outubro de 2016, foi assinado o contrato de financiamento. No dia 25 novembro de 2016 foi enviado o pedido de pagamento global, no valor de €654.248,56.

2. Beneficiação da rede Viária - 3 – Sinistralidade - NORTE-10-0350-FEDER-000581

Esta operação foi submetida em 2015 e o cofinanciamento FEDER foi aprovado, de forma condicionada, em regime de overbooking, pela Comissão Diretiva do Programa Operacional Regional do Norte (ON.2). No final do ano esta Operação ainda se encontra sob “reserva de intenção de investimento”, uma vez que a comparticipação não está assegurada, mas poderá originar um cofinanciamento efetivo, desde que haja disponibilidade financeira.

A disponibilidade financeira em cada eixo prioritário é apurada, em definitivo, em sede de encerramento do programa e do pagamento do saldo final por parte da Comissão Europeia.

3. Construção do Intercetor do Rio Tinto - POSEUR-03-2012-FC000041

Esta candidatura foi apresentada em agosto de 2015 em parceria com o Município de Gondomar e, no dia 16 de janeiro de 2016, foi assinado o termo de aceitação. O valor global do investimento ascende a € 9.257.584,39, sendo que a parte correspondente à **Águas do Porto, EM**, é de € 3.699.668,75.

A poluição do Rio Tinto é um problema com várias décadas, que tem afetado significativa e diretamente as populações residentes nos concelhos de Gondomar e Porto, sendo reconhecido pelas principais instituições ambientais e governamentais como uma das situações que não cumprem com os requisitos da Diretiva de Águas Residuais Urbanas (DARU).

Apesar da adequada e eficaz cobertura do serviço de ARD e dos níveis de tratamento em perfeita conformidade com a legislação em vigor, as entidades responsáveis reconhecem ainda a existência de problemas ao nível da devolução das águas residuais ao meio recetor, nomeadamente ao Rio Tinto, decorrente dos reduzidos volumes desta massa de água. Consequentemente, a sua capacidade de autodepuração e regeneração, dificulta a absorção dos impactos ambientais decorrentes das descargas das ETAR do Meiral e do Freixo, apesar dos níveis de tratamento desses mesmos efluentes.

A solução encontrada para este problema consiste na construção de um coletor que transferirá diretamente para o Rio Douro as descargas que atualmente têm lugar no Rio Tinto. A eliminação dos pontos de descargas no Rio Tinto permitirá, assim, a despoluição deste rio e contribuirá para a melhoria do estado desta massa de água. O início das obras de construção do intercetor está previsto para o primeiro semestre de 2017.

4. Fecho do sistema de ARD da Cidade do Porto – Freixo - POSEUR-03-2012-FC-000420

A rede de ARD da cidade do Porto divide-se em dois subsistemas: o do Freixo e o de Sobreiras, cada um integrando a estação de tratamento que lhe dá o nome. Esta Operação representa a conclusão da rede em baixa de ARD do Subsistema do Freixo.

Idêntica concretização, relativa à rede de ARD do Subsistema de Sobreiras, permitirá que a rede de ARD da cidade do Porto fique completa, garantindo uma cobertura de 100%.

Esta candidatura foi apresentada em julho de 2016, tendo o termo de aceitação sido assinado no dia 28 de novembro. O valor global do investimento ascende a € 386.841,25.

5. Fecho do sistema de ARD da Cidade do Porto – Sobreiras - POSEUR-03-2012-FC-000421

A rede de ARD da cidade do Porto, divide-se em dois subsistemas: o do Freixo e o de Sobreiras, cada um integrando a estação de tratamento que lhe dá o nome. Esta Operação representa a conclusão da rede em baixa de ARD do Subsistema de Sobreiras.

Idêntica concretização, relativa à rede de ARD do Subsistema do Freixo, permitirá que a rede de ARD da cidade do Porto fica completa, garantindo uma cobertura de 100%. Esta candidatura foi apresentada em julho de 2016, tendo o termo de aceitação sido assinado no dia 25 de novembro. O valor global do investimento ascende a €262.693,34.

Tabela 10 / *Projetos de investimento com financiamento comunitário – Situação em 31 de dezembro de 2016*

Designação da Operação	Despesa Elegível Aprovada	Funding Gap	Taxa		Comparticipação		
			Cofinanciamento	Comparticipação	Aprovada	Recebida em 2016	Recebida Total
POVT-12-0154-FCOES-000126 "Reforço, Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 1.ª Fase "	6 061 654,88	97,19%	85,00%	82,61%	5 007 455,02	934 413,83	5 007 455,02
POVT-12-0154-FCOES-000031 "Reforço, Remodelação e Ecoeficiência da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 2.ª Fase"	1 147 126,60	100,00%	85,00%	85,00%	975.057,61	37 000,71	975 057,61
POVT-12-0154-FCOES-000074 "Reforço e Ampliação da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 3.ª Fase"	935 189,82	87,64%	85,00%	74,49%	696 656,13	56 279,25	696 656,13
POVT-12-0146-FCOES-000223 "Instalação/Extensão da Rede de Saneamento no Concelho do Porto"	7 276 462,93	78,27%	77,00%	60,27%	4 385 793,75	911 170,36	4 385 793,75
NORTE-09-0132-FEDER-000043 "Ações de Valorização do Litoral do Porto, 1.ª Fase (AVL1/2010)"	1 503 778,68	100,00%	85,00%	85,00%	1 278 211,92	121 133,70	1 278 211,92
NORTE-10-0350-FEDER-000306 "Requalificação Urbana e Promoção da Mobilidade no Eixo Rua da Estação, Rua do Freixo (parte) e Rua do Heroísmo"	766 538,09	100,00%	85,00%	85,00%	651.557,38	32 577,87	651 557,38
NORTE-10-0350-FEDER-000498 "Requalificação da Av. da Boavista - Fases I,II,III, e IV"	1 152 369,32	78,26%	85,00%	66,52%	776.867,56	28 545,02	766 567,62
NORTE-10-0350-FEDER-000497 "Requalificação da Av. da Boavista - Fases V e VI"	350 391,39	78,26%	85,00%	66,52%	233 083,85	-986,52	233 083,85
NORTE-10-0350-FEDER-000581 "Beneficiação da rede viária - 3 - sinistralidade"	21 147,66	100,00%	85,00%	85,00%	17 975,51	0,00	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000041 "Construção do Intercetor do Rio Tinto"	3 699 668,75	100,00%	85,00%	85,00%	3 144 718,44	63 587,44	63 587,44
POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo"	328 231,58	100,00%	85,00%	85,00%	278 996,84	0,00	0,00
POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras"	231 150,92	100,00%	85,00%	85,00%	196 478,28	0,00	0,00
FPRH/0002/2ª/2014 "Reabilitação Estrutural da Galeria da Ribeira da Granja"	654 248,56	100,00%	100,00%	100,00%	654 248,56	0,00	0,00
TOTAL	€ 24 127 959,18				€ 18 286 800,91	€ 2 183 721,66	€ 14 057 970,72

Tabela 11 / Projetos de investimento com financiamento comunitário – Comparticipação recebida entre 2013 e 2016

Identificação da Operação	Comparticipação Aprovada	Comparticipação Recebida				
		2013	2014	2015	2016	Total
POVT-12-0154-FCOES-000126 "Reforço, Remodelação da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 1.ª Fase "	5 007 455,02 €	47 904,05 €	0,00 €	0,00 €	934 413,83 €	982 317,88 €
POVT-12-0154-FCOES-000031 "Reforço, Remodelação e Ecoeficiência da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 2.ª Fase"	975 057,61 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	37 000,71 €	37 000,71 €
POVT-12-0154-FCOES-000074 "Reforço e Ampliação da Rede de Abastecimento de Água em 'Baixa' ao Porto, 3.ª Fase"	696 656,13 €	0,00 €	640 376,88 €	0,00 €	56 279,25 €	696 656,13 €
NORTE-09-0132-FEDER-000043 "Ações de Valorização do Litoral do Porto, 1.ª Fase (AVL1/2010)"	1 278 211,92 €	20 887,46 €	4 251,25 €	113 325,99 €	121 133,70 €	259 598,40 €
POVT-12-0146-FCOES-000223 "Instalação/Extensão da Rede de Saneamento no Concelho do Porto (POVT/2009)"	4 385 793,75 €	732 584,86 €	747 335,05 €	0,00 €	911 170,37 €	2 391 090,28 €
NORTE-10-0350-FEDER-000306 "Requalificação Urbana e Promoção da Mobilidade no Eixo Rua da Estação, Rua do Freixo (parte) e Rua do Heroísmo"	651 557,38 €	0,00 €	0,00 €	618 979,51 €	32 577,87 €	651 557,38 €
NORTE-10-0350-FEDER-000498 "Requalificação da Av. da Boavista - Fases I,II,III, e IV"	766 567,62 €	0,00 €	0,00 €	738 022,60 €	28 545,02 €	766 567,62 €
NORTE-10-0350-FEDER-000497 "Requalificação da Av. da Boavista - Fases V e VI"	233 083,85 €	0,00 €	0,00 €	234 070,38 €	-986,53 €	233 083,85 €
NORTE-10-0350-FEDER-000581 "Beneficiação da rede Viária - 3 - Sinistralidade"	17 975,51 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSEUR-03-2012-FC000041 "Construção do Intercetor do Rio Tinto"	3 144 718,44 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	63 587,44 €	63 587,44 €
POSEUR-03-2012-FC-000420 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Freixo"	278 996,84 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
POSEUR-03-2012-FC-000421 "Fecho do sistema de ARD da cidade do Porto - Sobreiras"	196 478,28 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
FPRH - "Reabilitação Estrutural da Ribeira da Granja"	654 248,56 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
TOTAL	18 286 800,91 €	801 376,37 €	1 391 963,18 €	1 704 398,48 €	2 183 721,66 €	6 081 459,69 €

5.3. Obras e Projetos

5.3.1. Obras Executadas

No exercício em análise, as empreitadas da **Águas do Porto, EM**, incidiram sobretudo na remodelação da rede de abastecimento de água e de reforço da rede de drenagem de águas pluviais, sendo complementadas por obras de ampliação e renovação da rede de drenagem de águas residuais, encontrando-se identificadas no mapa seguinte.



Figura 9 | Empreitadas em curso e concluídas

A Tabela 12 resume as obras realizadas pela **Águas do Porto, EM**, durante o ano de 2016. No setor de abastecimento de água, a empresa substituiu 13,5 km de condutas, 1.155,40 ramais domiciliários e 82,16 hidrantes. No que toca à remodelação da rede de drenagem de águas residuais, verificou-se a substituição de 1,82 km de coletores, 172 ramais e 16 CRL. Foram também instaladas novas infraestruturas: 1,21 km de coletores e 230,20 ramais. Acresce a remodelação de 3,06 km de coletores de águas pluviais.

Tabela 12 | Obras executadas 2016

	Novo	Substituído	Total
Abastecimento de Água			
Condutas (km)	0	13,5	13,5
Ramais (un.)	262	1.155,40	1.417,40
Hidrantes (un.)	0	82,16	82,16
Saneamento de Águas Residuais			
Coletores (km)	1,21	1,82	3,03
Ramais (un.)	230,20	172	402,20
CRL (un.)	0	16	16
Drenagem de Águas Pluviais			
Coletores (km)	0,50	3,06	3,11

Deu-se continuidade a dois dos cinco grupos de empreitadas definidas como prioritárias no âmbito da remodelação da rede de abastecimento de água. As obras em causa correspondem aos Grupos 1 e 4 e englobam a substituição de 25 km de condutas, 2.763 ramais e 216 hidrantes,

correspondendo a um investimento total aproximado de 3,4 milhões de euros. Foram também elaborados os projetos que constituem a obra de substituição de condutas do Grupo 3 e o projeto para a obra de renovação da conduta adutora Nova Sintra-Pasteleira, que terão início durante o ano de 2017.

Enquadradas na estratégia destinada a assegurar a sustentabilidade infraestrutural, estas intervenções contribuem decisivamente para a melhoria da eficácia e eficiência da exploração da rede de abastecimento de água ao nível da fiabilidade do serviço, da garantia da qualidade da água, do controlo das perdas reais e da diminuição das operações de manutenção e de reparação.



Figura 10 / Remodelação da rede de abastecimento de água

No que concerne à drenagem de águas pluviais, destaca-se a maior empreitada em curso: a obra de Santos Pousada e Campo 24 de Agosto. Implicando um investimento de 3,03 milhões de euros, esta intervenção visa resolver o principal problema de drenagem de águas pluviais existente na cidade do Porto, que provoca inundações frequentes, em dias de maior pluviosidade, no Campo 24 de Agosto.

A empreitada, que terminará no ano de 2017, prevê, igualmente, a remodelação das redes de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais. Para além da rua de Santos Pousada, esta intervenção abrange o Bairro Fernão Magalhães (norte e sul), parte das ruas Fernandes Tomás, Santo Ildefonso e Morgado Mateus e a rua Duque da Terceira até ao cruzamento com a rua Rodrigues de Freitas.



Figura 11 / Obras de drenagem de águas pluviais na zona de Santos Pousada

No âmbito do projeto “Porto Saneamento 100%”, foi desenvolvida uma empreitada no valor de 1,2 milhões de euros. Em causa está a Fase II, que visa dotar a totalidade do Município do Porto de infraestruturas de recolha e de condução das águas residuais domésticas para as ETAR, de modo a eliminar definitivamente os casos de insalubridades pontuais ainda existentes.



Figura 12 | Instalação de coletores e ramais de águas residuais

O exercício em análise ficou, igualmente, marcado pela conclusão de algumas obras transitadas de anos anteriores. Em causa estão a remodelação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas na galeria técnica da Avenida dos Aliados, assim como a reabilitação estrutural da galeria da Ribeira da Granja, no troço de 260 metros de extensão, compreendido entre a rua Aleixo da Mota (margem esquerda) e a rua Dom Pedro de Meneses (margem direita), atravessando a rua de Sobreiras e terminando na marginal junto ao rio Douro.

Para além das intervenções de instalação e substituição de infraestruturas, a **Águas do Porto, EM**, investiu na remodelação do seu património edificado, abrangendo o edifício dos Serviços Comerciais e o edifício das Compras.

5.3.2. Projetos Estratégicos

5.3.2.1. Plano Estratégico de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água

O Plano Estratégico de Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água no Município do Porto está a ser elaborado com consultoria do Departamento de Hidráulica e Ambiente do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), dividindo-se em quatro fases:

- Fase 1: Situação de Referência: Caracterização e diagnóstico do ciclo urbano da água no município do Porto, tendo por base os resultados de um conjunto de indicadores de desempenho;
- Fase 2: Quadro Estratégico: Alinhamento das linhas estratégicas do Plano com a visão e os objetivos estratégicos e operacionais da empresa;
- Fase 3: Plano de Ação: Programação indicativa, em termos físicos, temporais e financeiros do plano de implementação e identificação dos respetivos agentes de desenvolvimento;

- Fase 4: Plano de Gestão: Gestão, monitorização, atualização e avaliação de desempenho do Plano Estratégico.

Está em fase de conclusão a realização de um diagnóstico aprofundado da atual gestão do ciclo urbano da água no Município do Porto e a definição das respetivas orientações estratégicas e programáticas para o período 2015-2030.

Além de uma equipa de coordenação, o desenvolvimento deste documento implicou a constituição de sete grupos de trabalho internos para áreas fulcrais da atividade da empresa, envolvendo um total de 33 colaboradores: abastecimento de água, água não faturada, drenagem urbana, ribeiras e praias, inovação, sustentabilidade social e económico-financeira, educação para a água e notoriedade da empresa.

5.3.2.2. Plano de Segurança da Água

A implementação da abordagem associada aos Planos de Segurança da Água (PSA) permitiu à **Águas do Porto, EM**, definir de forma clara as funções e responsabilidades de cada interveniente no âmbito da segurança da água fornecida, bem como orientar a sua estratégia e recursos para os pontos críticos do sistema, mantendo, assim, um controlo global de todo o sistema de abastecimento de água.

Tendo em vista melhorar a qualidade do serviço prestado e aumentar a confiança na qualidade da água fornecida pela empresa, foram implementadas as seguintes ações de melhoria durante o primeiro semestre de 2016:

- Solicitação à Águas do Norte dos dados de cloro nos pontos de entrega com periodicidade mensal;
- Intervenção do Laboratório na verificação da eficácia das reparações das avarias na rede de abastecimento de água;
- Criação de equipa mista da empresa para fiscalização das interligações das redes;
- Elaboração de instruções de trabalho para manutenção da rede de água;
- Acompanhamento técnico das operações planeadas de higienização dos reservatórios para verificação das condições das estruturas e identificação de possíveis necessidades ou pontos de melhoria no funcionamento das mesmas.

Foi, ainda, realizada uma reunião para apresentação do PSA a diversas entidades e organismos com atribuições e responsabilidades relevantes na gestão da cidade do Porto, tendo daí resultado a celebração de protocolos de colaboração para o estabelecimento de canais de comunicação eficientes e eficazes, que permitam a circulação de informação relevante, precisa, oportuna e útil, de modo a consentir a adoção de medidas consistentes e adequadas às vicissitudes que configurem situações de risco potencial.

5.3.2.3. Plano de Gestão Patrimonial de Infraestruturas

A **Águas do Porto, EM**, encerrou a sua participação na iniciativa de Gestão Patrimonial de Infraestruturas (iGPI) 2015, coordenada pelo LNEC em consórcio com o Instituto Superior Técnico e a empresa de software Addition, em abril de 2016 através da participação no 2.º Fórum iGPI, realizado em Lisboa.

Este encontro divulgou publicamente o trabalho e os resultados obtidos pelas entidades gestoras participantes na iGPI 2015 e promoveu a discussão de vários tópicos relacionados com

a implementação e manutenção de programas de GPI, reunindo mais de 180 profissionais do setor dos sistemas urbanos de água em Portugal.

No âmbito desta iniciativa foram desenvolvidos e concluídos um Plano Estratégico de Gestão Patrimonial de Infraestruturas, com um horizonte de planeamento de 15 anos, um Plano Tático de Gestão Patrimonial de Infraestruturas do Sistema de Abastecimento de Água e um Plano Tático de Gestão Patrimonial de Infraestruturas do Sistema de Drenagem de Águas Residuais, ambos com horizonte de planeamento de cinco anos. Foi também estudada a área de análise da ZMC do Carvalhido com seleção de propostas de intervenção com um horizonte de cinco anos.

5.3.2.4. Plano de Caracterização e Intervenção na Dívida de Clientes

Apesar de a taxa de incobráveis situar-se em valores baixos (1,7% em 2016), existe um conjunto de fatores que levam a que seja importante repensar o processo de cobrança e gestão da dívida de clientes da empresa. Neste sentido, foi adjudicada à KPMG a elaboração de um plano destinado, por um lado, a recuperar parte da dívida existente e, por outro, a prevenir a acumulação de dívida no futuro.

Após o mapeamento do processo de cobrança e de gestão da dívida de clientes, identificando os principais controlos e constrangimentos, a consultora apresentou 28 recomendações distribuídas por sete fases do processo com o propósito de prevenir a acumulação da dívida (contratação, leitura de contadores, emissão de fatura, cobrança e comunicação com o cliente, corte de fornecimento de água, processo de execução fiscal e temas transversais). Cada medida foi classificada em função do grau de prioridade de implementação tendo em consideração o impacto potencial e o esforço associado.

No que concerne à dívida existente, e dado que quase a sua totalidade se encontra em Execução Fiscal, a recuperabilidade está dependente do sucesso das diligências realizadas, que, por sua vez, depende da execução das formalidades aquando da entrada dos processos em sede executiva. Ainda assim, algumas das recomendações identificadas terão um impacto, embora reduzido, na dívida existente, dando enfoque à dívida mais recente e com maior probabilidade de sucesso de cobrança.

5.3.2.5. Plataforma Tecnológica para a Gestão do Ciclo Urbano da Água

No presente exercício, a **Águas do Porto, EM**, preparou o Caderno de Encargos para o lançamento de um concurso público internacional com o propósito de selecionar uma entidade externa para a criação da arquitetura da Plataforma Tecnológica para a Gestão Integrada do Ciclo Urbano da Água. Este procedimento concursal foi aberto em julho de 2016, tendo sido adjudicado já em 2017, por € 718.000, ao consórcio constituído pela Aqualogus – Engenharia e Ambiente, Lda, Action Modulers – Consulting & Technology, Lda e A20 – Água, Ambiente e Organização, Lda.

Este projeto tem como finalidade desenvolver um sistema de monitorização, alerta e informação ao público, em tempo real, das diferentes redes que integram o ciclo urbano da água. Alinhada com os objetivos estratégicos da empresa, esta solução constituirá uma importante ferramenta de apoio às operações e à decisão, materializando um aumento do conhecimento infraestrutural, maior controlo das suas redes, maiores ganhos de eficiência na gestão e um incremento da fiabilidade da informação produzida.

A criação da Plataforma Tecnológica pretende materializar um instrumento integrador de dados recolhidos em diferentes sensores, com informação obtida a partir de um conjunto de métodos complexos de modelação matemática, bem como dados provenientes de sistemas

Scada/telegestão, de sistemas de previsão e sistemas de operação, de uma forma agnóstica relativamente ao *software* proprietário.

A integração dos diferentes dados recolhidos pela empresa deverá permitir a antecipação do comportamento da rede de água relativamente a determinadas falhas no abastecimento, de episódios de poluição e de inundação através de modelação numérica e a implementação de um sistema de controlo remoto e de informação ao público. Para o efeito, foi desenhada uma arquitetura do sistema, que constitui a base da estruturação dos requisitos funcionais da Plataforma Tecnológica.

5.3.2.6. Construção do Intercetor de Rio Tinto

No primeiro semestre de 2016, foi concluída a elaboração e revisão do projeto de execução da construção do intercetor de Rio Tinto. Este projeto, desenvolvido em parceria com o Município de Gondomar e financiado pelo PO SEUR (Eixo III), representa um investimento global de 9,2 milhões de euros, dos quais 3,7 milhões dizem respeito à **Águas do Porto, EM**.

Está em causa a despoluição e melhoria do estado ecológico do Rio Tinto, que funciona atualmente como meio recetor das descargas das ETAR do Meiral (Gondomar) e do Freixo (Porto), assim como a proteção, estabilização e valorização ambiental do seu leito e margens. A precursão destes objetivos passa pela execução de um emissário destinado a transportar e unir as descargas das ETAR para o rio Douro, assim como a reabilitação do intercetor existente entre a rotunda do Centro de Saúde de Rio Tinto e a ETAR do Meiral, no município de Gondomar.

Assim, em 2016 foi concluído o projeto de execução e lançado o respetivo procedimento concursal para a construção do intercetor de Rio Tinto. A obra, no valor de € 7.950.000, foi adjudicada pela Câmara de Gondomar e pela **Águas do Porto, EM**, no mês de outubro, tendo uma duração prevista de dois anos.

5.3.2.7. Desentubamento e Reabilitação da Ribeira de Aldoar: Troço da Av. Boavista

A Ribeira de Aldoar está entubada em cerca de 69% da sua extensão no troço da Avenida da Boavista, entre a Avenida Dr. Antunes Guimarães/Rua de Sagres e a Avenida do Parque, o que leva à ocorrência de inundações associadas a episódios de precipitação mais intensa. De notar o traçado longitudinal particularmente desfavorável (inflexão de 90°) junto ao n.º de polícia 3579 da Avenida da Boavista, que potencia a ocorrência destas cheias, bem como o atravessamento da ribeira em várias parcelas do domínio privado, provocando danos a pessoas e bens.

Dado que o entubamento de uma linha de água com secção e perfil irregulares, incluindo estreitamentos de montante para jusante e inflexões bruscas (artificialização do escoamento fluvial) está diretamente relacionado com a ocorrência frequente de inundações que provocam danos, deu-se início, no primeiro semestre de 2016 ao estudo prévio do projeto de desentubamento e reabilitação da Ribeira de Aldoar, no troço da Avenida da Boavista. Este projeto está sinalizado para ser enquadrado no âmbito do aviso de Prevenção e Gestão de Riscos de Cheias e Inundações – Intervenções Estruturais de desobstrução, regularização fluvial e controlo de cheias, em zonas de inundações frequentes e danos elevados do PO SEUR (Eixo II), durante o ano de 2017.

5.3.2.8. Musealização do Rio de Vila

Apresentado em 2015, o Plano de Valorização de Bens Patrimoniais trouxe uma camada de informação adicional aos projetos de recuperação e requalificação dos ativos da **Águas do Porto, EM**. Assim, à reabilitação da Quinta de Baixo, dos jardins e mata de Nova Sintra e do

edifício das Compras na Sede da empresa, juntaram-se, no presente ano, os projetos de musealização do Rio de Vila, de requalificação do antigo reservatório da Pasteleira e da renovação do Pavilhão da Água, com o propósito de valorizar este património e de o devolver aos portuenses e aos turistas.

O Rio de Vila, por se tratar de uma das linhas de água com maior importância histórica, foi o primeiro a ser escolhido para se dar início à sua musealização, tendo a conceção e o desenvolvimento deste projeto arrancado no primeiro semestre de 2016. Este projeto inclui a estruturação de um discurso interpretativo e de conteúdos para apoio à visita no troço entre a Estação de São Bento e o Largo de São Domingos, passando a integrar o Circuito Urbano da Água na cidade do Porto.

O seu percurso corresponde a uma galeria constituída por hasteads e abóboda em pedra granítica, constituindo um valioso e interessante património histórico e cultural. Escavações arqueológicas recentes revelaram a presença nesta zona da cidade, nomeadamente no eixo das ruas Mouzinho da Silveira-Flores, de um conjunto apreciável de vestígios arqueológicos datados do período romano até à época contemporânea.



Figura 13 / Galeria do Rio de Vila a converter num museu interativo

A entrada neste novo espaço, cujo investimento estimado ascende a 820 mil euros, realizar-se-á através da estação de metro de São Bento para uma sala onde será instalado o serviço de bilheteira, local para exposições e apresentações e posterior porta de acesso ao percurso visitável. Prevê-se que a obra avance no início de 2018.

5.3.2.9. Desvio de Infraestruturas de Águas Pluviais no Mercado do Bolhão

Em fevereiro do ano em análise, a **Águas do Porto, EM**, lançou um concurso público para o desvio de infraestruturas de águas residuais pluviais na zona do Mercado do Bolhão, cujo preço base ascende a 875 mil euros. A obra, adjudicada por 720 mil euros, teve início em agosto e integra-se no projeto de restauro e modernização do emblemático mercado da cidade do Porto.

Os trabalhos implicam a intervenção de uma tuneladora para desviar a linha de água, que atravessa toda a zona do terraço do mercado, para as ruas Sá da Bandeira e Fernandes Tomás, tornando, assim, possível o posterior avanço seguro das obras que estabilizarão o edifício e que permitirão a construção de uma cave logística no subsolo para cargas/descargas e áreas técnicas.

5.3.2.10. Remodelação do Pavilhão da Água

O Pavilhão da Água é um museu interativo que conta já com 16 anos de existência. A sua exposição permanente é constituída por um espólio muito antigo de experiências, algumas das quais desenquadradas da atualidade. De forma a continuar a desempenhar o seu importante papel na sensibilização da população para a temática dos recursos hídricos e a estimular a competitividade com outros museus atuais, o equipamento necessita de uma adaptação aos dias de hoje através da reformulação das suas experiências.

Este projeto consubstancia-se em vários aspetos: otimização da funcionalidade interna das infraestruturas, reenquadramento de espaços (bilheteira no interior do Pavilhão), criação de uma área para loja, reformulação e criação de experiências interativas e multigeracionais e melhoria de acessos a espaços comuns. Pretende-se aumentar quer o número de visitantes, quer o valor das receitas associadas à exploração deste equipamento.

No período em análise, a FCo.Fullservice Company in Multimédia, Lda foi anunciada como vencedora do concurso público internacional para a reformulação e implementação das experiências no Pavilhão da Água. Este contrato representa 260 mil euros, num investimento global estimado superior a um milhão de euros. O projeto de arquitetura para remodelação da estrutura tinha já sido adjudicado, no final de 2015, a um dos seus coautores originais: o arquiteto Alexandre Burmester.

A obra, no valor de 745 mil euros, iniciou-se em novembro do presente ano e terá uma duração prevista de oito meses.

5.3.2.11. Restauro, Requalificação e Reconstrução da Quinta de Baixo

A obra de requalificação, reconstrução e ampliação do edificado e da área de logradouro envolvente da Quinta de Baixo foi adjudicada, no início de junho de 2016, pelo montante de € 758.849,77, prevendo-se que fique concluída dentro de um ano.

Atendendo à localização privilegiada da Quinta de Baixo, traçou-se como objetivo a recuperação deste património (edificado e logradouro), atualmente em ruínas, para aumentar a oferta de áreas de trabalho para acolher algumas UO e colmatar uma falha nas atuais instalações, onde não existe um espaço adequado para a realização de reuniões alargadas ou para o acolhimento de ações de formação dos colaboradores.

Como aspeto a merecer destaque, regista-se o facto de na Quinta de Baixo vir a ser criado um pequeno auditório, o qual permitirá, colmatando uma falha das instalações atuais, a realização de reuniões alargadas e, ou, acolher momentos de formação dos colaboradores em condições de conforto e de funcionalidade adequados.

5.3.2.12. Programa de Alteração Comportamental de Incentivo ao Consumo de Água da Torneira

Em 2016, a **Águas do Porto, EM**, deu seguimento ao programa de alteração comportamental para o incentivo ao consumo de água da torneira, com o intuito de informar, aumentar o valor, reforçar a confiança na sua elevada qualidade e, consequentemente, aumentar o consumo de água da rede pública no Porto. Neste sentido, a empresa marcou presença em 19 iniciativas dedicadas ao público em geral, fazendo chegar a sua mensagem a milhares de pessoas.

Este programa assenta num processo de mudança com quatro dimensões: informação, formação, alteração de atitudes e perceções e indução de novos comportamentos. O seu eixo central traduz-se no slogan “Beba Água do Porto. É boa todos os dias!”, uma expressão popular,

de fácil assimilação, num tom divertido e contagiante, intimamente ligada à forma de ser e de estar dos portuenses. Pretende-se que o consumo da água da torneira seja um ato associado ao sentido de pertença e de orgulho na cidade.

Um marco na concretização deste programa foi a colocação à venda, no final do presente exercício, da garrafa de vidro PORTO. O design é da autoria de Teresa Soares e Paulo Seco, dupla vencedora do concurso "Dás o litro pelo Porto?", promovido pela **Águas do Porto, EM**. Com uma capacidade de aproximadamente 1,5l, trata-se de uma garrafa clássica que pretende invocar alguma sofisticação no gesto de servir à mesa, com um conjunto garrafa mais base. A base tem características isotérmicas que auxilia à manutenção da temperatura da água. Trata-se de um recipiente sem tampa, requisito do concurso de design, para permitir a evaporação do cloro.

5.3.2.13. Smart Metering: Gestão dos Clientes em tempo real

Fruto de uma reflexão em torno do seu Mapa Estratégico e da importância que os seus clientes nele assumem, a **Águas do Porto, EM**, propôs-se modificar o paradigma dos sistemas de telemetria, adicionando ao seu cariz de eficiência interna uma vertente com benefícios mais perceptíveis para o cliente.

Neste âmbito, em 2016 foi desenvolvida e testada uma App numa zona piloto de Damião de Góis, abrangendo cerca de 500 clientes com contadores de telemetria. Esta App visa estabelecer um novo canal de comunicação com os clientes, disponibilizando um novo serviço gratuito e de valor acrescentado, apresentando ao cliente os consumos por si produzidos e transmitidos pelos sensores colocados nos contadores. Disponibiliza igualmente uma ferramenta para comparação de consumos promovendo a poupança e uso eficiente da água, fornecendo também informação de qualidade da água de consumo e também banhar.

Em 2016 teve também início o processo para alargamento da abrangência da App, abrindo-a a todos os clientes do Porto e acrescentando novos serviços que lhes permitirão a comunicação de leituras e ocorrências na via pública, disponibilização de informação sobre faturação ou gestão de tempos de atendimento, entre outras funcionalidades.

5.3.2.14. SIG: Sistema de Informação Geográfica

As ferramentas SIG constituem, numa entidade gestora de infraestruturas do ciclo urbano da água, elementos fundamentais para a compilação e gestão da informação disponível sobre os vários ativos, bem como poderosos instrumentos de apoio à tomada de decisão por parte dos técnicos, direções e/ou administrações.

Neste sentido, no exercício em análise, o projeto SIG consistiu em disponibilizar informação existente, em tempo real, a diversos utilizadores, bem como encontrar uma forma de agilizar e racionalizar o processo de atualização de informação das diversas redes e carregamento automático de telas finais (integrado na definição de regras básicas de funcionamento SIG e que visa tornar o seu processo de carregamento mais ágil, célere e minimizar os erros de inserção de informação).

Assim, foi disponibilizado o acesso a esta informação a partir de dispositivos móveis, de forma a que as várias equipas operacionais pudessem consultar a informação necessária e contribuir para a identificação, registo e correção dos erros eventualmente detetados no terreno. Para o efeito (correção da informação existente) foi reforçada a formação ao nível da edição de cadastro,

assim como desenvolvida uma aplicação para dispositivos móveis para registo das anomalias no terreno, para posterior análise das Unidades Orgânicas, correção e validação em SIG.

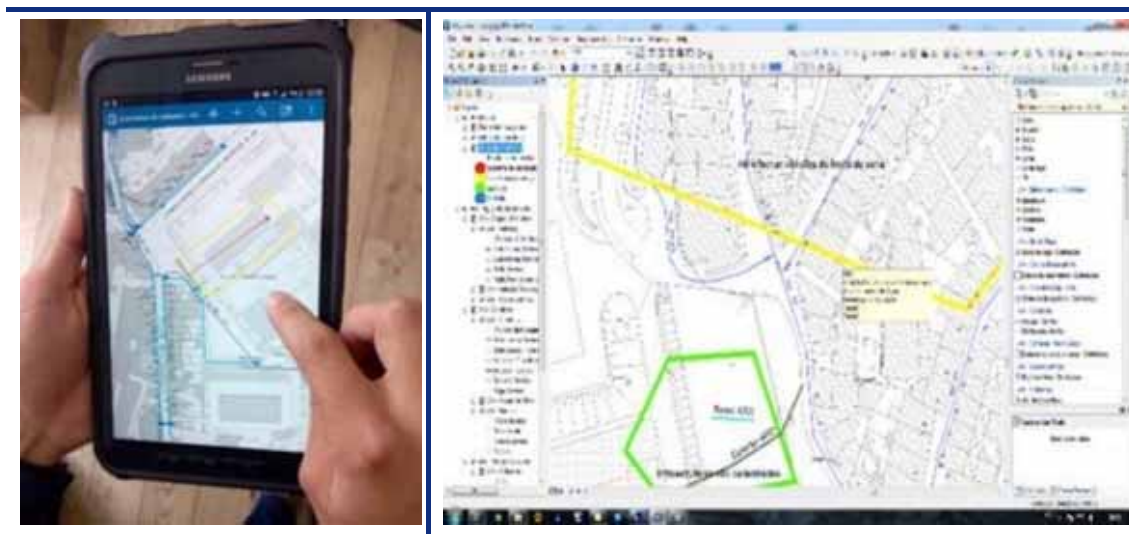


Figura 14 / Sistema de Informação Geográfica da empresa

5.3.2.15. Smart Grids: Gestão das redes em tempo real na Bacia de Aldoar

Considerando a gestão integrada de todo o ciclo urbano da água numa única empresa, a aplicação do conceito de vanguarda Water Sensitive Urban Design e a promoção de uma cultura de inovação e de gestão inteligente das redes, **a Águas do Porto, EM**, deu continuidade ao projeto Smart Water Grids (SWG) Aldoar durante o ano de 2016. Este projeto visa monitorizar e controlar todas as redes (abastecimento de água, drenagem de águas residuais domésticas e drenagem de águas pluviais) que integram as diferentes etapas do ciclo urbano da água da bacia piloto Aldoar.

No presente exercício, o projeto teve maior incidência na conclusão do levantamento e análise dos efluentes industriais da bacia de Aldoar bem como no combate às afluências indevidas, nomeadamente através forte interação/articulação com a iniciativa Nacional para o Controlo de Afluências Indevidas (iAFLUI), orientada pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

6 | Perspetivas Futuras

Não obstante os indicadores da Águas do Porto, EM., apontarem para que a nossa empresa esteja a viver um bom momento, pressupondo que a conjuntura económica e social do país e da região se mantem, as perspetivas futuras são de melhoria contínua em todas as áreas, e sobretudo, nos quatro focos presentes no nosso mapa estratégico.

Desde logo, no foco primordial dos nossos clientes, existe a clara perceção da responsabilidade inerente à prestação de um serviço essencial, num regime de monopólio de mercado. A melhoria constante do atendimento em todas as suas vertentes, com a redução dos tempos de espera, o reforço dos meios não presenciais, a desmaterialização de processos e a clareza na informação prestada, constituem desafios que irão marcar os próximos anos da empresa.

Um outro grande desafio está relacionado com a implementação de novas medidas tendentes ao aumento da fiabilidade do processo de faturação, medidas estas que terão um enfoque especial na atualização da titularidade dos contratos e na melhoria do índice de leituras reais de clientes.

Existe igualmente uma vontade de sermos cada vez mais um prestador de serviços de qualidade, que não se resume ao abastecimento de água e ao saneamento, mas que complementa essa vertente com a informação completa sobre a relação entre a água e os municípios, desde a simples disponibilização da informação contratual de clientes, a uma comunicação mais abrangente sobre a qualidade da água em toda a cidade, nas suas diversas infraestruturas, mas também nas suas praias e ribeiras.

No foco económico-financeiro, o principal objetivo passa pela continuidade do trabalho desenvolvido, no sentido de obter resultados que garantam não só a sua sustentabilidade, mas também a sua capacidade de investir na remodelação necessária dos seus ativos.

A redução da dívida de clientes, mediante a implementação de medidas mais preventivas e menos repressivas, potenciadoras de menor dispêndio de recursos na sua arrecadação, bem como a redução da água não faturada, através da implementação de mecanismos que permitam melhorar os índices apresentados no último ano, que assentem na implementação do Plano de Redução de Água Não Faturada, tendo por base o cálculo do balanço hídrico, a implementação de uma metodologia de intervenção na redução das perdas reais e aparentes por ZMC, e a avaliação das estratégias atuais de manutenção e dos equipamentos.

Face à iminente reformulação do Plano Tarifário da ERSAR, será imprescindível que a **Águas do Porto, EM**, acompanhe esta reformulação garantindo um conjunto de tarifas socialmente justas, sem comprometer a sua dinâmica de renovação de infraestruturas.

No plano dos processos internos, existe a intenção de continuar a otimizar todos os procedimentos que determinam a eficiência da empresa. Desde logo, importa evidenciar como objetivo primordial a implementação e maturação do Sistema de Avaliação e Acompanhamento de Empreitadas, visando uma inovadora e uma melhorada abordagem da **Águas do Porto, EM**, ao ciclo de contratação de empreitadas (contratação e execução), mediante a implementação de um sistema de qualificação de empresas concorrentes, a definição de um modelo padrão de avaliação de propostas, a atualização das peças de procedimento, com especial ênfase na

elaboração dos projetos, e a definição de mecanismos de fiscalização até à receção definitiva da obra.

No campo operacional, a melhoria do Sistema de Informação Geográfica e dos softwares de suporte das operações permitirá continuar a gerir todas as intervenções na cidade com informação em tempo real de todos os intervenientes. Ao mesmo tempo, face à necessidade de cada vez ter maior critério na definição do investimento, será incontornável promover o crescimento da Gestão Patrimonial de Infraestruturas, sem esquecer os mecanismos de paradigmas emergentes, como o controlo das afluências indevidas entre sistemas de drenagem distintos.

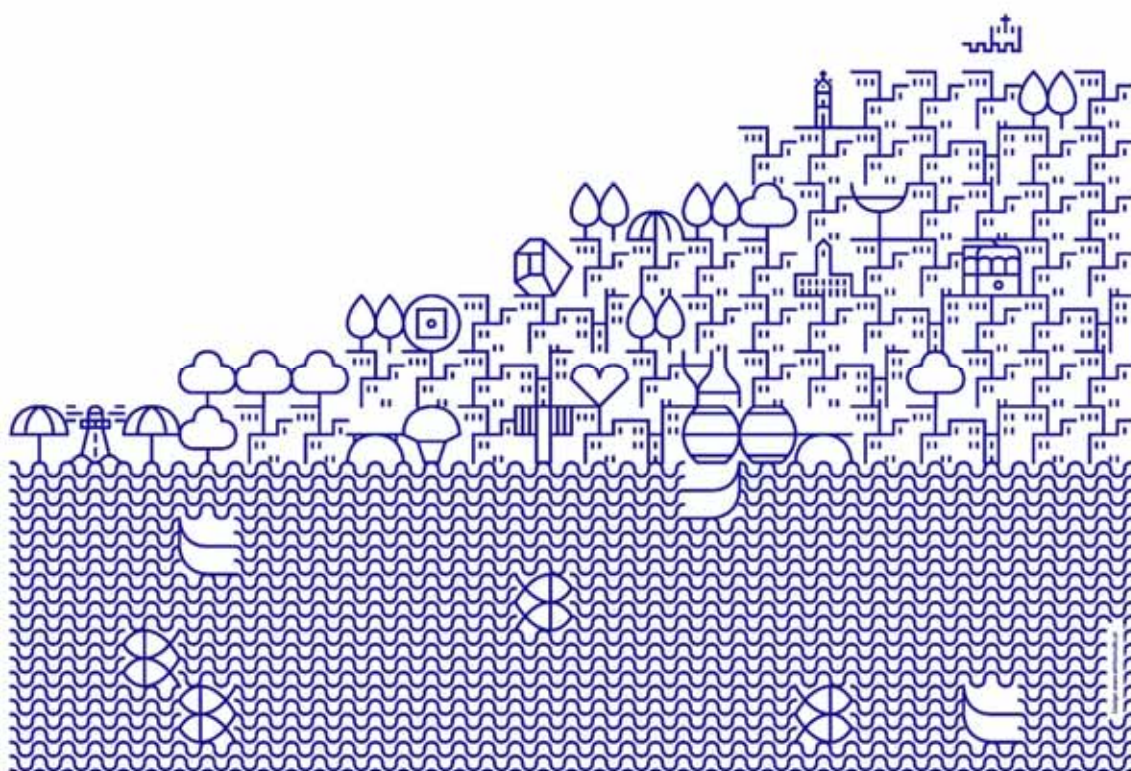
Por fim, na perspetiva de aprendizagem e desenvolvimento, o maior desafio estará centrado nos nossos colaboradores. Por um lado, sendo a **Águas do Porto, EM**, uma entidade pública, será imprescindível conseguir contornar os constrangimentos conhecidos na gestão de recursos humanos, para potenciar a motivação e o envolvimento de todas as equipas. Por outro lado, face ao balanço social da empresa e ao envelhecimento dos seus quadros, será igualmente importante assegurar a sua renovação sem colocar em risco a perda do conhecimento empírico existente no capital humano da empresa.

Assim, existem três grandes objetivos a evidenciar neste capítulo. O primeiro está relacionado com o alargamento e diversificação das ofertas formativas focadas na valorização, motivação e melhoria contínua das capacidades profissionais e humanas das pessoas da **Águas do Porto, EM**. O segundo resulta do nosso desígnio de promover uma melhoria nos procedimentos internos de gestão dos recursos humanos, com especial enfoque para a monitorização e vigilância da saúde dos trabalhadores, e na eficiência do recrutamento. O terceiro, não menos importante, resulta da manutenção do nosso desígnio em dar continuidade e concluir o processo negocial com todas as entidades sindicais presentes na empresa, com vista à formalização de um Acordo de Empresa.

Ainda nesta perspetiva, e face à evolução tecnológica que o setor da água tem vindo a experimentar nos últimos anos, a componente de inovação será determinante para o progresso da empresa. Conhecer o mercado e as soluções que ele oferece em campos tão distintos como a sensorização e a modelação de redes, os novos modelos de relação com o cliente, a eficiência energética, e a redução dos impactos ambientais, será crucial para que a empresa não perca o estatuto de referência no sector.

CAPÍTULO II

GOVERNANÇA



1 | Governança

A atividade da **Águas do Porto, EM**, é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

1.1. Objeto Social

A **Águas do Porto, EM**, é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída em outubro de 2006, cujo capital social é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social corresponde à gestão integrada e sustentável de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto (Figura 15), englobando as seguintes atividades:

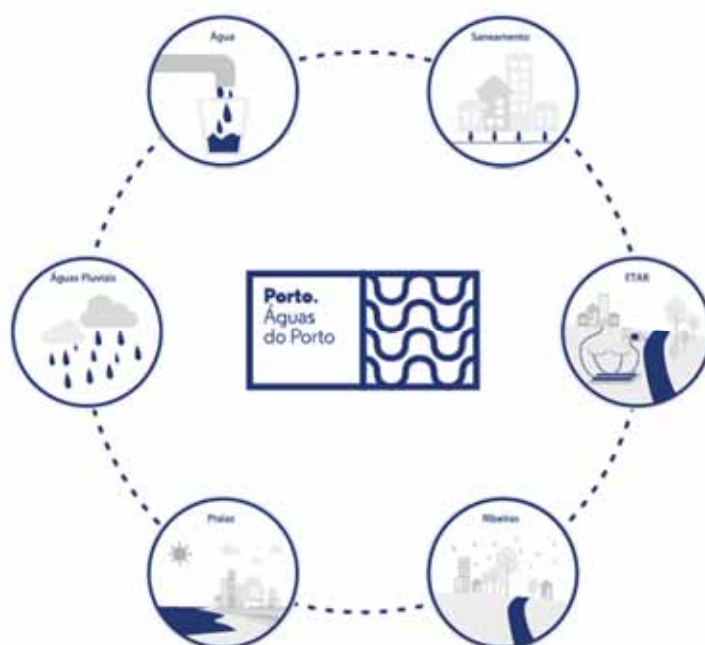


Figura 15 / Gestão integrada do ciclo urbano da água







A **Águas do Porto, EM**, é uma das maiores empresas portuguesas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, servindo 153.821 clientes e um equivalente populacional de 370.000 habitantes. Todos os dias são fornecidos, em média, 46.428 m³ de água aos portuenses.

O controlo analítico da qualidade da água é assegurado pelo Laboratório de Análises da empresa, que se encontra acreditado pelo Instituto Português de Acreditação de acordo com a norma NP EN ISO/IEC 17025. São realizadas 49.588 análises por ano à água distribuída, assegurando o cumprimento dos exigentes padrões de qualidade impostos pela legislação europeia e portuguesa.

No que respeita ao saneamento, a **Águas do Porto, EM**, recolhe diariamente 57.956 m³ de águas residuais, que são conduzidas para duas ETAR (Freixo e Sobreiras) com tratamento terciário. A empresa cumpre integralmente os parâmetros de descarga do efluente final no meio recetor.

A empresa é também responsável pela drenagem de águas pluviais, pela gestão de 66 km de linhas de água, pela gestão das águas balneares e da frente marítima da cidade e pela promoção da educação ambiental através do Pavilhão da Água.

Águas do Porto | Grandes Números

 153.821 N.º de clientes	 46.428 m³ Volume de água distribuído por dia	 18,6% Percentagem de água não faturada
 99,70% Percentagem de água segura	 42.992 N.º anual de análises feitas à água fornecida	 57.956 m³ Volume de águas residuais tratadas por dia
 100% Cumprimento dos parâmetros de descarga	 € 16,1 Fatura média de uma família padrão	 66 km Extensão das linhas de água da cidade
 3 N.º de zonas balneares com Bandeira Azul	 32.253 N.º de visitantes do Pavilhão da Água	 458 N.º de colaboradores

1.2. Orientações Estratégicas

O processo de planeamento estratégico da empresa **Águas do Porto, EM**, encontra-se alicerçado na visão, missão e valores descritos na Figura 16.

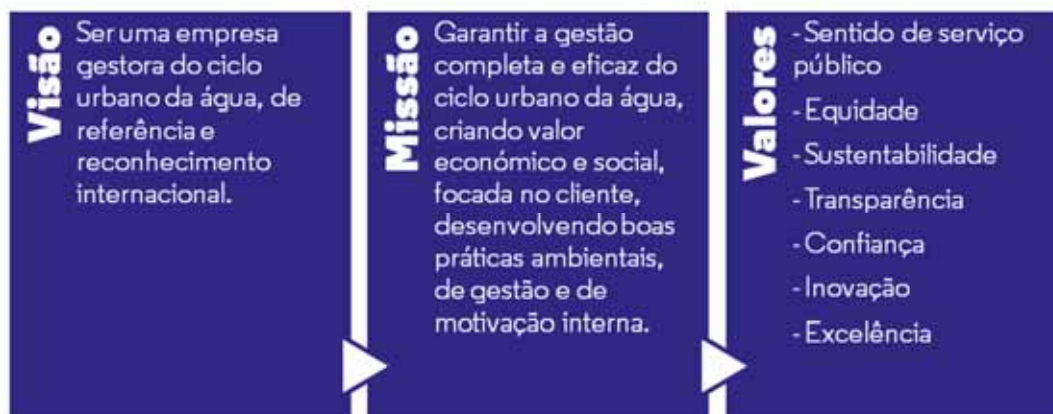


Figura 16 / Missão, visão e valores

Para dar cumprimento à sua missão, visão e objetivos, a **Águas do Porto, EM**, definiu como pilares de atuação os seguintes valores:

- **Sentido de Serviço Público:** Observância de um conjunto de princípios éticos e de normas de conduta por parte dos colaboradores em funções públicas, visando assumir e difundir a cultura ética da empresa e o sentido de serviço público que prestam.
- **Equidade:** Promover a equidade social, económica, cultural e de género como condições vitais para a afirmação dos direitos humanos das gerações presentes e futuras.
- **Sustentabilidade:** A cultura organizacional da empresa assenta no equilíbrio entre o desenvolvimento económico, a proteção ambiental e a responsabilidade social, criando valor para os seus clientes e restantes partes interessadas.
- **Transparência:** A empresa privilegia um relacionamento transparente com todas as partes interessadas e adota estratégias e desenvolve ações em sintonia com elevados padrões de ética. Entende que o comportamento ético é uma responsabilidade de todos, todos os dias e em tudo o que faz.
- **Confiança:** Agir com responsabilidade e ética e construir uma relação de confiança com os clientes e demais partes interessadas são princípios essenciais para estabelecer uma relação produtiva e mutuamente vantajosa.
- **Inovação:** O desenvolvimento e aplicação de soluções diferenciadoras e mais adequadas aos interesses dos clientes é o objetivo da estratégia de atuação.
- **Excelência:** Exigindo o melhor de todos os seus colaboradores, a empresa trabalha para antecipar e satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes e *stakeholders*, procurando melhorar a qualidade dos serviços prestados em cada oportunidade.

Tendo por base a metodologia do BSC (*Balanced Scorecard*), e tendo em vista o alinhamento do planeamento estratégico com as ações operacionais, a empresa desenvolveu o seu Mapa Estratégico, que apresenta as linhas de orientação da sua estratégia.

Neste mapa, os objetivos estratégicos estão posicionados numa matriz, orientados na horizontal por quatro perspetivas – Cliente, Económico-Financeira, Processos Internos e Aprendizagem e Desenvolvimento –, relacionando-se entre si através de relações de causa-efeito.

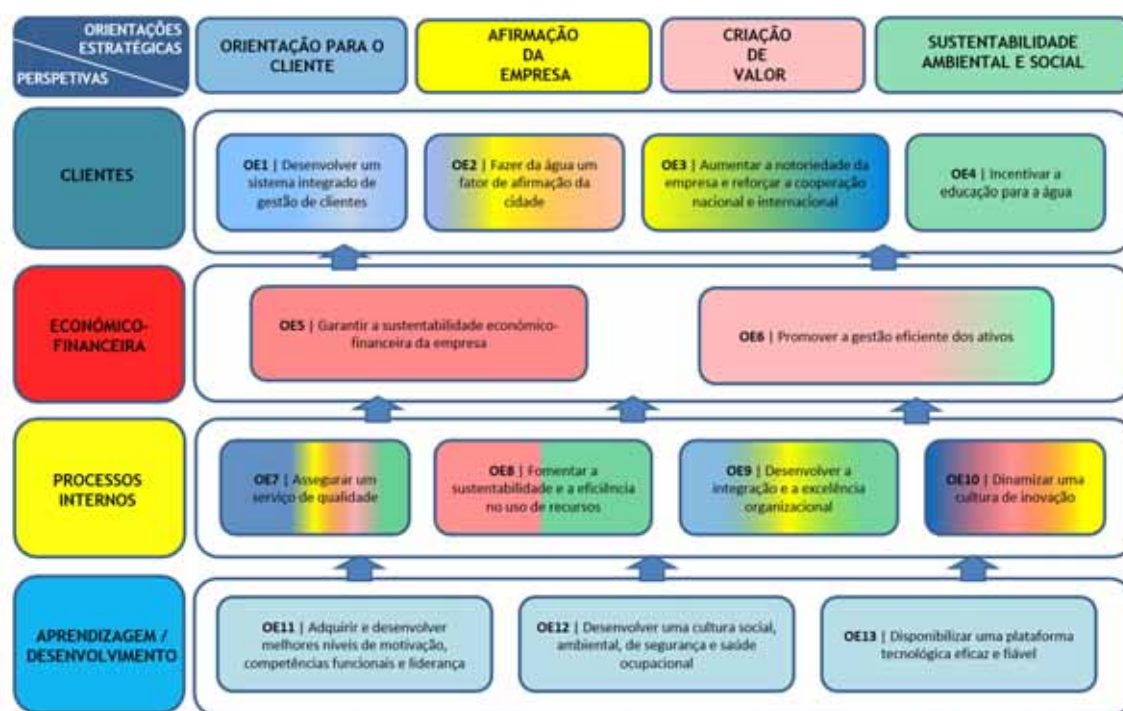


Figura 17 / Mapa Estratégico 2016

Tendo em conta que o abastecimento de água, o saneamento de águas residuais e a drenagem de águas pluviais são serviços públicos essenciais, a **Águas do Porto, EM**, coloca o seu foco no cliente com o intuito de atingir a excelência na sua satisfação. Neste sentido, o Mapa Estratégico da empresa é encimado pela Perspetiva Clientes, devendo as outras três perspetivas ser interpretadas como potenciadoras da primeira.

Os objetivos estratégicos definidos representam a estratégia da empresa e permitem a criação de relações de causa-efeito entre as perspetivas. A transformação da estratégica em ação realiza-se através da definição de objetivos operacionais.

Assim, os objetivos operacionais definidos para a **Águas do Porto, EM**, descrevem as atividades específicas essenciais na execução dos objetivos estratégicos, para que a implementação da estratégia seja bem-sucedida, na medida em que são a base entre a estratégia da gestão de topo e os indicadores específicos de medição do desempenho.

Os objetivos estratégicos e operacionais da empresa encontram-se ancorados nos seguintes princípios orientadores:

- Orientação para o cliente através da simplificação das formas de relacionamento, da melhoria das condições físicas de atendimento e da redução das razões de contacto direto com a empresa;
- Reforço das condições de segurança no consumo da água, criando novos hábitos de consumo da água de torneira como bebida de excelente qualidade para moradores e turistas;
- Afirmação da empresa enquanto imagem de marca do Porto e da água como elemento estruturante do desenvolvimento da cidade, através de ações de parceria, organização de conferências, reforço da responsabilidade social e valorização do seu património em prol da comunidade;

- Reforço da gestão completa do ciclo urbano da água, agora numa perspetiva de *smart water grids* que envolvam a disponibilização de informação remota e em tempo real aos clientes;
- Desenvolvimento de novas competências técnicas e de gestão, com aposta clara nas novas tecnologias, o que se traduz na redução de funções de apoio sem afetar o número de horas/homem trabalhadas na rua;
- Sustentabilidade ambiental e social através da gestão completa do ciclo urbano da água, minimizando o impacto ambiental das suas atividades e melhorando os ecossistemas aquáticos, promovendo a coesão social e valorizando os colaboradores;
- Criação de valor para o acionista (Câmara Municipal do Porto), remunerando o valor investido e procurando não aumentar as tarifas, fazendo o melhor aproveitamento dos fundos disponíveis em todos os ciclos de financiamento comunitário.

A Matriz Estratégica corresponde ao mapeamento dos principais indicadores de gestão e das suas metas, permitindo, a cada mês, que os responsáveis prestem contas à empresa sobre o seu nível de cumprimento e apresentem as ações previstas para corrigir os desvios relativamente às metas. Em 2016 vigorou um conjunto de 104 indicadores, cuja avaliação de desempenho teve diferentes periodicidades (54 mensais, 36 trimestrais, 8 semestrais, 5 anuais e 1 sazonal).

Em paralelo, e para além dos indicadores de gestão, a Matriz Estratégica desdobra-se também num conjunto de projetos estruturantes (59 em 2016), sendo a sua execução física e financeira analisada trimestralmente.

1.3. Estrutura de Capital

A **Águas do Porto, EM**, é uma empresa local de âmbito municipal, de acordo com a Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais.

A empresa rege-se pelos Estatutos, pelas deliberações dos órgãos que a integram ou que sobre ela exercem poderes de tutela e, subsidiariamente, pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e, no que nesta não for especialmente regulado, pela lei comercial e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado. O capital social ascende a € 80.000.000 e é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

1.4. Órgãos Sociais

Os órgãos sociais **Águas do Porto, EM**, são constituídos pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral e o Fiscal Único, tal como explicitado na tabela seguinte.

O Conselho de Administração é o órgão de gestão da empresa, formado por três elementos, um dos quais o seu presidente, que são nomeados pela Câmara Municipal do Porto, tal como determinado no Artigo 13.º dos Estatutos da empresa. É da sua esfera de competências definir as orientações estratégicas e elaborar os planos plurianuais e anuais de atividade e de investimento, assim como apresentar os orçamentos anuais de investimento, de exploração e de tesouraria e o balanço previsional, procedendo, periodicamente, à sua revisão e controlo.

No decurso do exercício em análise, o Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, realizou 46 reuniões, tendo aprovado um total de 506 deliberações.

Nos termos do Artigo 9.º dos referidos Estatutos, a Assembleia Geral é composta por um presidente e por dois secretários em representação do único acionista da empresa, a Câmara

Municipal do Porto. Cabe-lhe a apreciação e votação dos documentos de prestação anual de contas e dos instrumentos de gestão previsional.

Por seu lado, aplicando o Artigo 19.º dos Estatutos, a fiscalização das atividades desenvolvidas pela empresa, nomeadamente a revisão legal das contas, compete ao Fiscal Único.

Importa referir que a Administradora Executiva, Dr.^a Adriana Aguiar Branco, cessou funções a 3 de novembro de 2016, tendo o Dr. Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto iniciado funções a 15 de dezembro de 2016 como Administrador Executivo.

Tabela 13 / Órgãos sociais da empresa

Assembleia Geral
Representante do acionista (Município do Porto): Fernando Paulo Ribeiro de Sousa
Presidente da Mesa: Pedro Manuel Martins dos Santos
Secretário da Mesa: Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
Conselho de Administração
Presidente: Frederico Vieira Martins Fernandes
Administrador Executivo: Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto
Administrador Não Executivo: Joaquim Sérgio Hora Lopes
Fiscal Único
João Araújo & António Oliveira, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira

1.5. Estrutura Organizacional

A estrutura orgânica da **Águas do Porto, EM**, aprovada em julho de 2016, é a que se apresenta no organograma da Figura 18, dividindo-se em quatro áreas operacionais e seis áreas de suporte.

Constituem áreas operacionais a Direção Exploração, que agrupa cinco unidades orgânicas (Rede de Abastecimento de Água, Rede de Águas Residuais, Rede de Águas Pluviais, Sala de Comando e Tratamento e Valorização do Ambiente), a Direção de Engenharia, que engloba duas unidades orgânicas (Obras e Projetos e Licenciamento), a Direção de Sistemas de Informação constituída por uma unidade orgânica (Informática) e a Direção Administrativa e Financeira, que agrupa quatro unidades orgânicas (Contabilidade, Recursos Humanos, Serviços Comerciais e Compras). Nas áreas de suporte, com reporte direto à Administração, incluem-se a Secretaria-Geral, o Planeamento e Controlo, os Serviços Jurídicos, o Laboratório, a Reposição da Legalidade e a Educação Ambiental.

A competência dos membros do Conselho de Administração na coordenação direta das áreas de gestão está distribuída da seguinte forma:

- **Presidente | Frederico Vieira Martins Fernandes:** Secretaria-Geral, Planeamento e Controlo, Direção Exploração (Rede de Abastecimento de Água, Rede de Águas Residuais, Rede de Águas Pluviais, Tratamento e Valorização do Ambiente e Sala de Comando), Direção de Engenharia (Obras e Projetos e Licenciamento) e Direção de Sistemas de Informação (Informática);
- **Administrador Executivo | Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto:** Direção Administrativa e Financeira (Contabilidade, Recursos Humanos, Comercial e Logística), Serviços Jurídicos, Laboratório, Reposição da Legalidade e Educação Ambiental.

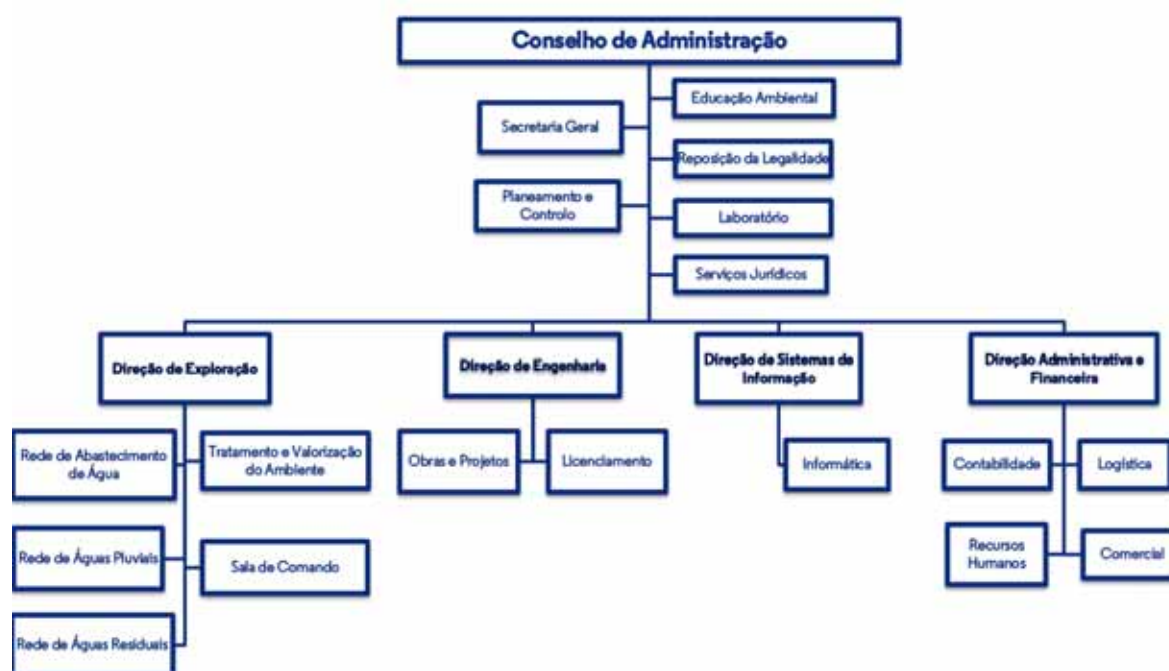


Figura 18 / Organograma

A missão das diversas Unidades e Subunidades Orgânicas, os seus responsáveis e a respetiva afetação de recursos humanos são as seguintes:

UNIDADES ORGÂNICAS DE SUPORTE

Secretaria Geral

Norberta Moreira

Missão: Garantir o apoio ao Conselho de Administração em articulação com todas as Unidades Orgânicas, assegurando níveis elevados de desempenho, numa ótica de qualidade e melhoria contínua.

Afetação de Pessoal: 2,41%

Planeamento e Controlo

Carlos Santos Ferreira

Missão: Planeamento estratégico, controlo de gestão em função da estratégia e objetivos aprovados, gestão de candidaturas a fundos comunitários e outros mecanismos de financiamento, gestão do relacionamento com a ERSAR e promoção das relações internacionais.

Afetação de Pessoal: 1,53%

Serviços Jurídicos

Carlos Ribeiro

Missão: Representar a empresa em juízo. Defender os interesses da empresa em contencioso. Apreciar os pedidos de responsabilidade civil extracontratual. Acompanhar a tramitação contratual (Código dos Contratos Públicos) e a execução dos contratos. Apoiar as diversas Unidades Orgânicas na área jurídica.

Afetação de Pessoal: 1,53%

Laboratório	Isabel Hespanhol
--------------------	-------------------------

Missão: Controlar a qualidade da água para consumo humano, das águas residuais, das águas balneares e das águas naturais, através de colheitas em todas as matrizes de água e da realização de análises microbiológicas e físico-químicas. Gerir a garantia de qualidade do trabalho realizado de acordo com a Norma NP EN ISSO/IEC 17025.

Afetação de Pessoal: 3,50%

Reposição da Legalidade	Susana Sousa
--------------------------------	---------------------

Missão: Garantir a tramitação dos processos de execução fiscal, desde a instauração até à penhora de bens, a autuação e contestação dos processos de contencioso tributário e a tramitação de contraordenações, assim como assegurar a regularização da dívida de clientes através do corte de fornecimento nos casos de incumprimento contratual e de prática de ilícitos e a realização de religações de água nos casos de reposição da legalidade.

Afetação de Pessoal: 3,50%

Educação Ambiental	Filipa Fernandes
---------------------------	-------------------------

Missão: Promover a educação ambiental estimulando a participação dos cidadãos na preservação e valorização dos recursos naturais, dando ênfase ao ciclo urbano da água, bem como garantir o bom funcionamento do Pavilhão da Água desenvolvendo atividades lúdico-científicas no âmbito dos recursos hídricos.

Afetação de Pessoal: 1,53%

UNIDADES ORGÂNICAS OPERACIONAIS

Direção de Exploração	Rui Marques <i>Afetação de Pessoal: 41,58%</i>
------------------------------	--

Rede de Abastecimento de Água	José Padilha
--------------------------------------	---------------------

Missão: Assegurar o contínuo fornecimento de água potável a todos os clientes. Controlar as perdas e manobras da rede de água. Reparar, manter e conservar a rede de água incluindo fontes e fontanários. Controlar os reservatórios e as instalações da rede de abastecimento de água. Intervir imediatamente em reclamações de avarias nas redes pública e predial.

Afetação de Pessoal: 9,85%

Rede de Águas Residuais	Carlos Matos
--------------------------------	---------------------

Missão: Explorar manter e conservar as infraestruturas de drenagem de águas residuais. Realizar operações de desobstrução e varejamento da rede pública. Avaliar o estado de conservação dos sistemas, localizar anomalias e avaliar o estado das infraestruturas novas a rececionar. Realizar obras de manutenção, reparação e ampliação da rede. Promover a ligação dos prédios não ligados à rede pública de saneamento. Impulsionar a execução de ramais de ligação e, simultaneamente, acompanhar a reformulação de sistemas prediais.

Afetação de Pessoal: 12,25%

Rede de Águas Pluviais

António Ramos

Missão: Explorar, manter e conservar as infraestruturas de drenagem de águas pluviais. Realizar operações de desobstrução e varejamento da rede pública. Assegurar a manutenção e operação de ejetores e estações elevatórias. Avaliar o estado de conservação dos sistemas, localizar anomalias e avaliar o estado das infraestruturas novas a rececionar. Realizar obras de manutenção, reparação e ampliação da rede.

Afetação de Pessoal: 9,19%

Tratamento e Valorização do Ambiente

Elza Ferraz

Missão: Contribuir para a gestão sustentável dos recursos hídricos da cidade do Porto, assegurando o tratamento das águas residuais, valorizando as linhas de água e a frente marítima e garantido boas práticas de gestão ambiental inerentes à atividade da empresa.

Afetação de Pessoal: 2,19%

Sala de Comando

Joana Araújo

Missão: Coordenar de forma eficaz os recursos, de modo a obter uma maior operacionalidade e rapidez de resposta em casos de emergência e nas solicitações diárias. Atender todas as chamadas de forma eficaz e eficiente (atendimento telefónico geral e atendimento técnico). Gerir a comunicação eletrónica da empresa. Gerir as equipas de rua de acordo com as solicitações, tendo em conta a prioridade e a localização geográfica e comunicar com as entidades com competência na via pública.

Afetação de Pessoal: 3,28%

Gestão de Contadores

Missão: Efetuar a instalação dos contadores de acordo com os novos contratos de fornecimento de água. Assegurar o desligamento e retirada dos contadores, garantir a qualidade da medição dos equipamentos através das substituições faseadas e do controlo das anomalias detetadas. Realizar as verificações técnicas às redes prediais e garantir as condições regulamentares e de segurança para a correta instalação dos contadores.

Afetação de Pessoal: 4,60%

DIREÇÃO DE ENGENHARIA

Diogo Pinto Mota

Afetação de Pessoal: 8,87%

Licenciamento

Ana Paula Fontoura

Missão: Assegurar o licenciamento dos projetos particulares de abastecimento de água, de saneamento e de águas pluviais de urbanizações e de redes prediais.

Afetação de Pessoal: 2,85%

Obras e Projetos

Luís Teixeira

Missão: Garantir a elaboração atempada dos projetos de expansão e renovação das redes, de acordo com as necessidades da empresa. Gerir os contratos de empreitadas conforme os Cadernos de Encargos, tendo em conta os índices de performance de custo e de tempo.

Atualizar o SIG mediante a elaboração de peças desenhadas dos projetos e o carregamento das telas finais da obra.

Afetação de Pessoal: 5,91%

DIREÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Alexandra Negrões

Afetação de Pessoal: 32,17%

Contabilidade

Sílvia Silva

Missão: Garantir uma informação fiável e atempada da situação económico-financeira da empresa através de um sistema de informação que assegure de forma eficaz e eficiente os princípios subjacentes à contabilidade financeira e analítica e à gestão da tesouraria. Elaborar os documentos de prestação de contas e os instrumentos de gestão previsional.

Afetação de Pessoal: 2,41%

Recursos Humanos

Elsa Monteiro

Missão: Valorizar os colaboradores e otimizar o seu desempenho, com sentido de responsabilidade social, promovendo a correta seleção e integração dos recursos humanos, a gestão de carreiras e competências, o processamento de remunerações, o controlo da assiduidade e pontualidade e as ações em prol da saúde ocupacional.

Afetação de Pessoal: 4,16%

Comercial

Ofélia Parente

Missão: Assegurar a recolha fiável de informação de suporte ao processo de faturação, bem como desenvolver todo o trabalho de *back office* necessário. Garantir um relacionamento de qualidade com os clientes, quer no atendimento presencial, quer no atendimento telefónico. Analisar, responder e resolver as solicitações e reclamações.

Afetação de Pessoal: 13,79%

Logística

Jorge Mota

Missão: Garantir as operações da atividade logística da organização, assegurando o suporte a todas as Unidades Orgânicas nos processos de compra, transporte e serviços gerais.

Afetação de Pessoal: 11,60%

DIREÇÃO SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

Pedro Vieira

Afetação de Pessoal: 2,84%

Informática

Filipe Costa

Missão: Assegurar a gestão integrada dos sistemas informáticos da empresa, englobando as atividades de apoio de primeira linha aos utilizadores (*helpdesk*) e de registo de dados das diversas Unidades Orgânicas. Garantir o correto funcionamento da infraestrutura de servidores e equipamentos de rede. Organizar e promover o desenvolvimento aplicacional.

Afetação de Pessoal: 2,19%

Inovação

Missão: Promover o estudo e integração de métodos e sistemas inovadores. Acompanhar e desenvolver sistemas inteligentes de gestão das redes (*smart grids*). Garantir o correto funcionamento do SIG, interligando-o com várias aplicações informáticas da empresa.

Afetação de Pessoal: 0,44%

1.6. Remunerações e Outros Encargos

Com efeitos a 1 de abril de 2012, as remunerações dos gestores públicos foram fixadas nos termos disposto no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, e do consagrado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 16/2012, de 14 de fevereiro, e na Resolução do Conselho de Ministros n.º 36/2012, de 26 de março.

Os valores das remunerações auferidas e dos benefícios e demais regalias concedidas pela empresa aos membros dos órgãos sociais constam do Anexo às Demonstrações Financeiras – Nota 20.

1.7. Instrumentos de Gestão

A gestão da **Águas do Porto, EM**, desenvolve-se de acordo com o enquadramento legislativo e normativo aplicável à sua atividade, encontrando-se suportada, entre outros, pelos seguintes documentos:

- Estatutos;
- Código de Conduta;
- Instrumentos de Gestão Previsional (Orçamento e Plano de Atividades);
- Relatório e Contas;
- Balanço Social;
- Ordens de Serviço;
- Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas;
- Regulamentos, Procedimentos e Normas Internas.

O regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais está consagrado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, regendo-se as empresas municipais pelo disposto neste diploma, na lei comercial, nos respetivos estatutos e, subsidiariamente, pelo regime do setor empresarial do Estado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, sem prejuízo das normas imperativas aí previstas.

Este diploma legal visa regular as empresas relativamente às quais os municípios, as associações de municípios ou as áreas metropolitanas (entidades públicas participantes) exerçam uma qualquer influência dominante.

Define também as regras para a aquisição e detenção de participações minoritárias em sociedades comerciais por parte dos municípios, associações de municípios e áreas metropolitanas e, no mesmo sentido, regula a participação das autarquias e respetivas associações em associações, fundações e cooperativas.

Tendo em conta a sua área de atividade, a **Águas do Porto, EM**, aplica os preceitos do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto, que estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de

abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

O presente decreto-lei visa assegurar uma correta proteção e informação do utilizador destes serviços, evitando possíveis abusos decorrentes dos direitos de exclusivo, por um lado, no que se refere à garantia e ao controlo da qualidade dos serviços públicos prestados e, por outro, no que respeita à supervisão e controlo dos preços praticados, que se revela essencial por se estar perante situações de monopólio.

Na vertente operacional, importa salientar o Decreto Regulamentar n.º 23/95 de 23 de agosto, que aprova o Regulamento Geral dos Sistemas Públicos e Prediais de Distribuição de Água e Drenagem de Águas Residuais, de modo a assegurar o seu bom funcionamento global, preservando-se a segurança, a saúde pública e o conforto dos utentes.

1.8. Informação sobre Transações Relevantes

Os procedimentos adotados pela **Águas do Porto, EM**, em matéria de aquisição de bens e serviços obedecem ao Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro, com a redação conferida pela Lei n.º 59/2008, de 11 de setembro, pelo Decreto-Lei n.º 278/2009, de 2 de outubro, pela Lei n.º 3/2010, de 27 de abril, e pelas alterações decorrentes do Decreto-Lei n.º 149/2012, de 12 de julho.

Procede-se ao lançamento de procedimentos públicos de aquisição, nos termos do Artigo 11.º do CCP, para os quais o Conselho de Administração identifica a sua necessidade, aprova o lançamento, as peças e nomeia o júri respetivo. A aquisição de bens de investimento e de bens e serviços é autorizada com base em fundamentação técnico-jurídica, sendo as respetivas adjudicações imperativamente autorizadas pelos membros deste órgão social.

A **Águas do Porto, EM**, enquanto entidade adjudicante, lançou, através da Plataforma Eletrónica de Compras Públicas (acinGov), 35 concursos públicos e 105 ajustes diretos, num total de 140 procedimentos de contratação pública.

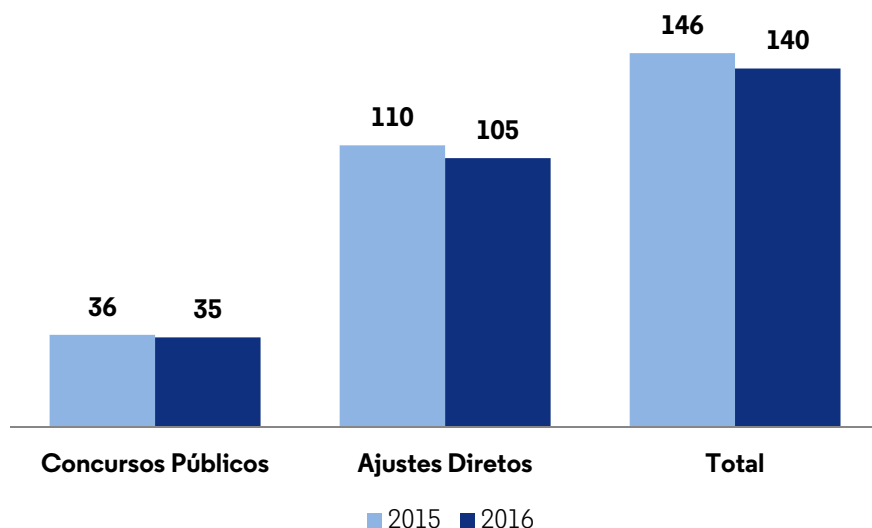


Figura 19 / *Procedimentos de contratação pública (n.º)*

Como é possível analisar na figura anterior, os procedimentos abertos em 2016 baixaram 4% comparativamente com o ano de 2015, verificando-se uma queda de 5% e 3% nos ajustes diretos e concursos públicos, respetivamente.

No período em análise, os contratos celebrados totalizaram € 34.823.315,75, representando um aumento de 137% comparativamente com o período homólogo. Para este aumento, muito contribuiu a adjudicação por concurso público do contrato de exploração das ETAR, no valor de € 22.999.956 por um prazo de sete anos. Constatou-se que os concursos públicos tiveram um peso relativo de 90% em 2016 contra 86% em 2015.

Analisando a evolução dos dois tipos de procedimentos em causa, verifica-se que os montantes adjudicados por via de concursos públicos subiram 147%, ao passo que os valores associados aos ajustes diretos subiram 75%.

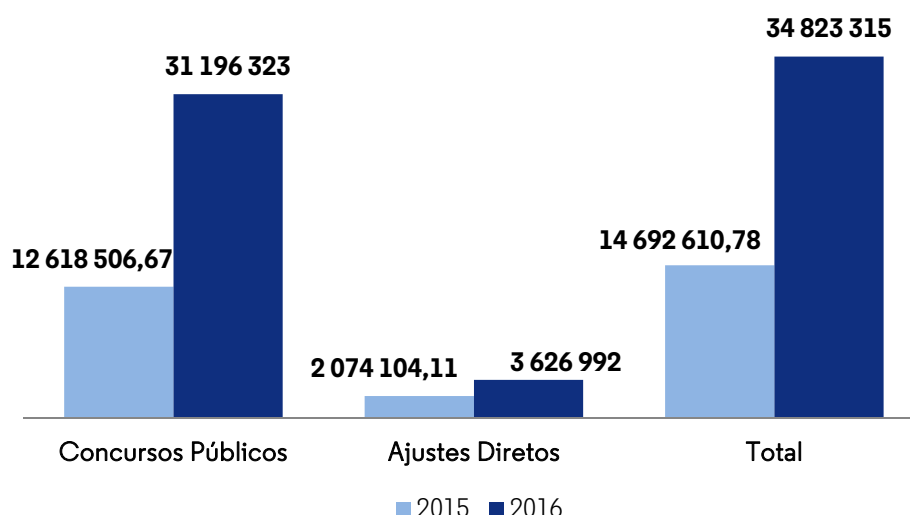


Figura 20 / Valor dos procedimentos de contratação pública (€)

No universo de transações fora das condições de mercado, por razões específicas de ordem técnica, sempre devidamente fundamentadas, a empresa não tem qualquer informação para reportar.

1.9. Conduta e Prevenção da Corrupção

Existe na **Águas do Porto, EM**, um Código de Conduta, aprovado pelo Conselho de Administração na sua reunião de 10 de março de 2010, tendo por base a Carta Ética da Administração Pública.

O documento estipula o conjunto de regras de natureza ética e deontológica a observar pelos membros dos órgãos sociais da empresa e por todos os colaboradores no desempenho das funções profissionais que lhes estejam confiadas, abrangendo também os consultores externos permanentes.

No exercício das suas atividades, funções e competências, os colaboradores da empresa devem atuar tendo em vista o interesse da empresa e cumprindo os princípios da responsabilidade, transparência, lealdade, independência, profissionalismo e confidencialidade, no conhecimento da missão e das políticas de qualidade, do ambiente e da segurança em vigor.

A divulgação do Código de Conduta abrange todos os trabalhadores da empresa, encontrando-se disponível para consulta na intranet.

A **Águas do Porto, EM**, adotou, em dezembro de 2009, um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PGRIC), disponível na sua página da internet

(www.aguasdoporto.pt). Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à Recomendação n.º 1/2009, de 1 de julho de 2009, do Conselho de Prevenção da Corrupção (CCP).

Os seus objetivos passam, em grande medida, por identificar as áreas que potencialmente poderão estar sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os respetivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Tendo em conta a missão da empresa, e após a análise das várias Unidades Orgânicas, foram identificadas como passíveis de ser sujeitas a atos de corrupção e infrações conexas as seguintes áreas: contratação pública, licenciamento, fiscalização, recursos humanos, gestão comercial, contabilidade e tesouraria e execuções fiscais e contencioso. Foram, igualmente, apresentadas medidas preventivas e corretivas para cada uma destas áreas de risco, para além de medidas transversais a toda a empresa.

Não obstante as principais áreas de riscos e as respetivas medidas preventivas e corretivas já se encontrarem plasmadas no PGRIC em vigor, este é um instrumento dinâmico que deve ser periodicamente revisto e atualizado sempre que se identifiquem novos fatores potenciais de risco e/ou novas áreas de risco.

1.10. Gestão de Conflitos de Interesse

Atendendo aos imperativos da Recomendação n.º 5/2012, de 7 de novembro de 2012, do CPC, e com base nas áreas de risco identificadas em matéria de corrupção e de infrações conexas, a **Águas do Porto, EM**, procedeu à identificação dos principais problemas éticos e ao levantamento das situações que possam nestas áreas ser suscetíveis de potenciar eventuais conflitos de interesse.

Principais Problemas Éticos

- Vantagens/benefícios pessoais e favorecimento de terceiros (familiares, políticos, agentes económicos ou outros grupos de interesses);
- Divulgação de informação confidencial;
- Utilização de bens públicos em proveito próprio (equipamentos, transportes, instalações, materiais, etc.);
- Uso indevido da posição ocupada e de facilidades profissionais;
- Aceitação indevida de ofertas;
- Não acautelar a boa gestão dos dinheiros públicos.

Principais Áreas de Risco

ÁREAS TRANSVERSAIS	ÁREAS ESPECÍFICAS
<ul style="list-style-type: none"> • Acumulação de funções; • Avaliação de desempenho; • Acesso a informação privilegiada ou confidencial; • Saída de cargo público para funções privadas. 	<ul style="list-style-type: none"> • Área financeira; • Contratação pública; • Recrutamento.

1.11. Cumprimento dos Princípios do Bom Governo

No quadro legislativo e regulamentar em vigor sobre o Setor Empresarial do Estado (SEE), assume particular relevância o Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que definiu os Princípios de Bom Governo dirigidos ao Estado (enquanto acionista e *stakeholder*) e às empresas por ele detidas.

Na prática, a legislação vigente estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, incluindo as bases gerais do estatuto das empresas públicas. Neste domínio, é atribuído um especial enfoque ao princípio da transparência, ao controlo de risco e à prevenção de conflitos de interesse, incentivando a excelência do governo societário.

De acordo com o Artigo 43.º deste diploma, a **Águas do Porto, EM**, cumpre integralmente os Princípios de Bom Governo das empresas do SEE, tendo em atenção que cumpre a obrigação de divulgar:

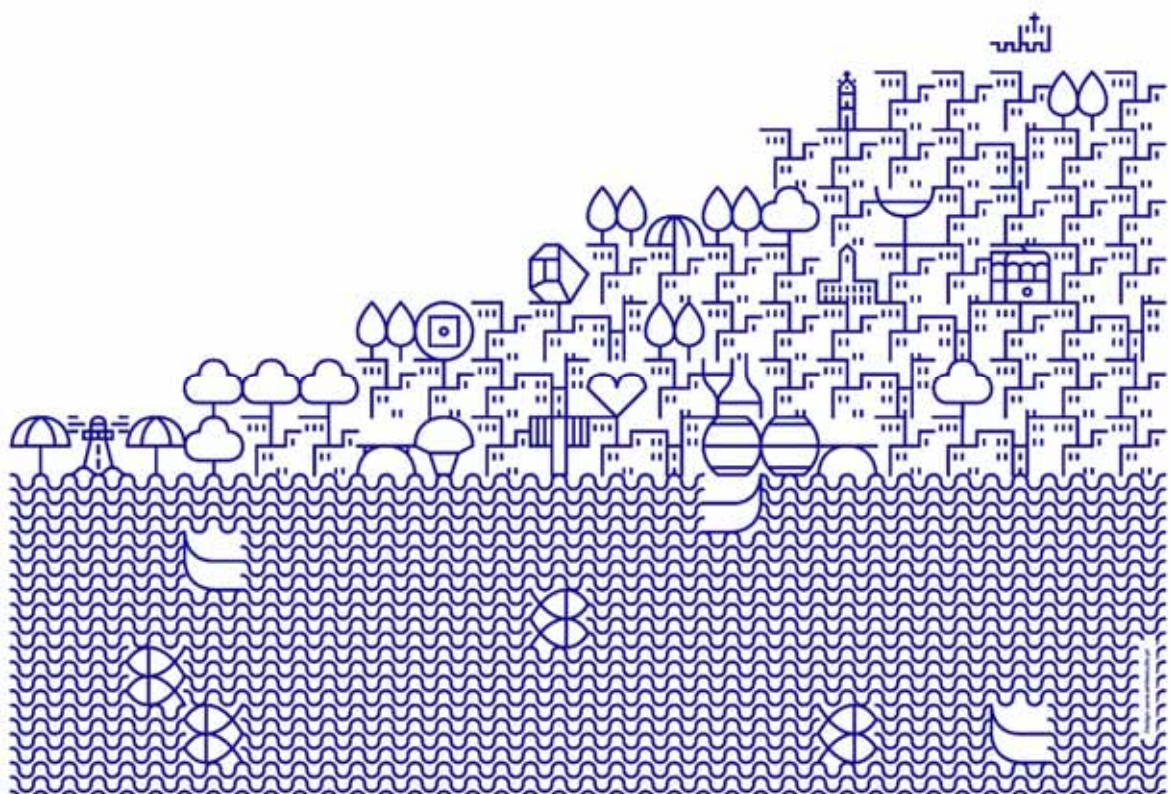
- a) A composição da sua estrutura acionista;
- b) A identificação das participações sociais que detém;
- c) A aquisição e alienação de participações sociais, bem como a participação em quaisquer entidades de natureza associativa ou fundacional;
- d) A prestação de garantias financeiras ou assunção de dívidas ou passivos de outras entidades, mesmo nos casos em que assumam organização de grupo;
- e) O grau de execução dos objetivos fixados, a justificação dos desvios verificados e as medidas de correção aplicadas ou a aplicar;
- f) Os planos de atividades e orçamento, anuais e plurianuais, incluindo os planos de investimento e as fontes de financiamento;
- g) O orçamento anual e plurianual;
- h) Os documentos anuais de prestação de contas;
- i) Os relatórios trimestrais de execução orçamental, acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização;
- j) A identidade e os elementos curriculares de todos os membros dos seus órgãos sociais, designadamente do órgão de administração, bem como as respetivas remunerações e outros benefícios.

Assim, a empresa cumpre a missão e os objetivos que lhe estão atribuídos e elabora os planos de atividades e orçamento adequados aos recursos e fontes de financiamento disponíveis, atendendo a parâmetros exigentes de qualidade e com respeito pelos princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e de serviço público.

Trata com respeito, igualdade e integridade os seus colaboradores, contribuindo ativamente para a sua valorização profissional. Trata com equidade todos os seus clientes e fornecedores e demais titulares de interesses legítimos, dispondo dos procedimentos legais em matéria de e serviços.

CAPÍTULO III

ENQUADRAMENTO



1 | Enquadramento Macroeconómico

1.1. Economia Mundial

Em 2016, a economia mundial cresceu 2,2%, sendo a taxa de crescimento mais lenta desde a Grande Recessão de 2009.

Esta diminuição do crescimento da economia global é suportada pelo fraco ritmo dos investimentos globais, o declínio do crescimento do comércio mundial e aumento dos níveis de dívida. Os baixos preços das *commodities* agravaram esses fatores em muitos países exportadores desde 2014 enquanto os conflitos e as tensões geopolíticas continuaram. Prevê-se que o produto bruto mundial aumente 2,7% em 2017 e 2,9 % em 2018, com esta recuperação modesta, é mais uma indicação da estabilização económica do que um sinal de um crescimento robusto e sustentado da procura global.

No início do ano, as preocupações com uma segunda onda do colapso dos preços do petróleo, taxas de juros negativas no Japão e na Europa, a desaceleração do crescimento da China e as expectativas de uma recessão americana empurraram as expectativas do mercado para baixo.

O mercado imobiliário reverteu as condições deflacionárias de 2014 e 2015. Em 2016, o crescimento do emprego, o aumento das rendas reais e o aumento dos lucros das empresas nos Estados Unidos apoiaram uma modesta melhoria do crescimento económico.

O desempenho económico da Europa e do Japão também aumentou, no entanto ocorreu uma desaceleração nos mercados emergentes. Esta estabilização preparou o cenário para uma recuperação sustentada dos preços das matérias-primas e das ações.

O desempenho económico da China superou as expectativas com um crescimento de 6,7% no ano de 2016. O fim da deflação permitiu que o lucro das empresas industriais chinesas melhorasse substancialmente, embora o crescimento da produção permanecesse relativamente fraco.

Enquanto a inflação dos preços do consumidor permaneceu modesta durante 2016, a subida dos preços das *commodities*, particularmente o petróleo, impulsionou uma retração substancial nos preços do produtor.

Após os sinais de enfraquecimento no terceiro trimestre, a economia global terminou em 2016 com uma melhoria na manufatura. Os planos da nova administração norte-americana para o estímulo fiscal, reforma fiscal corporativa e redução da regulamentação ajudaram a estimular o mercado no final do ano.

A Europa também beneficiou de uma modesta melhoria da procura, embora as questões do sector bancário continuem a restringir a recuperação.

Apesar da aparente melhoria, outros acontecimentos sinalizaram o aumento do risco. O aumento da taxa de referência dos EUA em dezembro elevou as taxas dos títulos do Tesouro, com implicações para empréstimos e crédito.

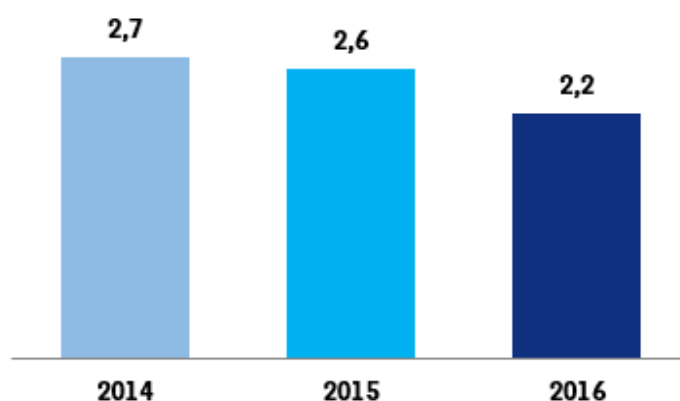


Figura 21 / Evolução do PIB (%) Mundial (Fonte: Banco Mundial)

1.2. Economia Europeia

A Zona Euro continuou uma trajetória de crescimento constante em 2016, com o aumento do PIB de 0,4% em cada um dos dois últimos trimestres, terminando o ano com uma subida de 1,7%. A Espanha teve o melhor desempenho entre os países da "zona dos quatro grandes" da Zona Euro, com um crescimento do PIB real de 0,7% no quarto trimestre. Os outros três países registaram taxas de crescimento mais baixas, com a Alemanha (0,4%) e França (0,4%) a ultrapassar a Itália (0,2%).

É provável que o consumo interno continue a ser o principal motor do crescimento, alimentado pela forte criação de emprego. Em 2016, a inflação foi de apenas 0,2%. O consumo público tem também apoiado o crescimento, em parte graças à redução dos juros provocada pelo programa de *Quantitative Easing* (QE) do BCE.

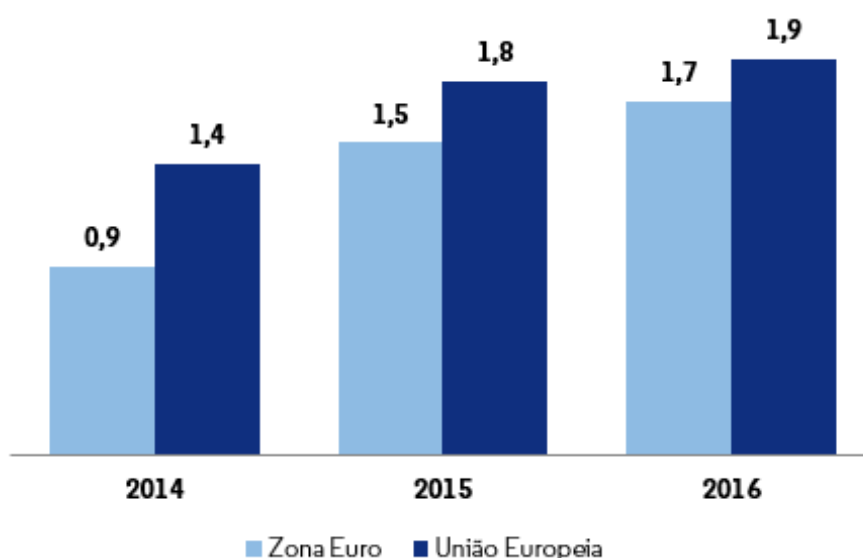


Figura 22 / Evolução do PIB (%) da Zona Euro e da UE 28 (Fonte: Eurostat)

Os últimos dados apontam para o contínuo crescimento positivo. A criação de emprego continua a ser saudável e as perspetivas para a economia global parecem estar a melhorar, o que, juntamente com a recente desvalorização do euro, está a apoiar as exportações da zona euro.

Em dezembro de 2016, o BCE anunciou igualmente uma extensão do seu programa de QE até ao final de 2017, embora a um ritmo ligeiramente inferior, (60 mil milhões de euros de compras de ativos por mês, em comparação com os 80 mil milhões de euros de 2016) irá continuar a prestar apoio orçamental aos países.

1.3. Economia Portuguesa

Em Portugal, de acordo com as Contas Nacionais, o PIB registou um aumento, em termos homólogos, de 1,4% em volume no ano de 2016 (1,6% em 2015). A aceleração observada resultou do aumento do contributo da procura interna, com uma recuperação do Investimento e um crescimento mais intenso do consumo privado. O contributo da procura externa líquida foi negativo, em resultado da aceleração mais intensa das Importações de Bens e Serviços relativamente às Exportações de Bens e Serviços.

Os indicadores de clima económico e atividade económica aumentaram cerca de 1,2% e 1,6% respetivamente. Em termos homólogos, a informação proveniente dos Indicadores de Curto Prazo (ICP), aponta para uma aceleração da atividade económica. Este comportamento foi observado em termos nominais no índice de volume de negócios, quer na indústria quer nos serviços e, em termos reais, no índice de produção da indústria.

O índice de volume de negócios nos serviços (incluindo o comércio a retalho) acelerou em 2016, registando uma taxa de variação homóloga de 1,7% (-1,9% em 2014 e -1,1% em 2015). O indicador de confiança dos serviços aumentou cerca de 7,2%, depois de ter aumentado 4,4% e 8,4% em 2014 e 2015.

O indicador quantitativo do consumo privado registou um crescimento de 2,9% no ano de 2016. A aceleração do indicador resultou do contributo positivo de ambas as componentes, consumo duradouro (11,7%) e consumo corrente (2,1%).

De acordo com os resultados preliminares do comércio internacional de bens, em termos nominais, as exportações abrandaram no último ano, passando de uma variação homóloga de 3,7% em 2015 para 0,9% em 2016.

No conjunto do ano 2016, as exportações desaceleraram, passando de um crescimento de 3,7% em 2015 para 0,9%.

As exportações nominais de bens com destino à Área Euro apresentaram um crescimento homólogo de 4,1% em 2016 (6,4% em 2015). Por sua vez, as exportações nominais de bens extracomunitárias passaram de uma taxa de variação homóloga de -3,1% em 2015 para -8,4% em 2016.

As importações nominais de bens aumentaram 1,2% em termos homólogos em 2016. As importações nominais de bens com origem na Área Euro apresentaram um crescimento homólogo nos últimos três anos registando-se uma variação de 2,5% em 2016 (4,5% em 2015 e 7% em 2014). As importações extracomunitárias diminuíram, passando de uma variação homóloga de -4,9% em 2015 para -3,9% em 2016.

Relativamente ao emprego, a taxa de desemprego média anual fixou-se em 11,1% em 2016, uma taxa inferior em 1,3% face a 2015. O número de desempregados diminuiu 11,4% em 2016 (variação de -11,0% no ano anterior). Em 2016, o indicador de emprego nos serviços (incluindo

o comércio a retalho) acelerou para uma variação homóloga de 1,8% (1,3% em 2015), reforçando a trajetória ascendente.

A variação homóloga do IPC passou de 0,5% em 2016 para 0,6% em 2016, refletindo sobretudo a aceleração dos preços dos combustíveis.

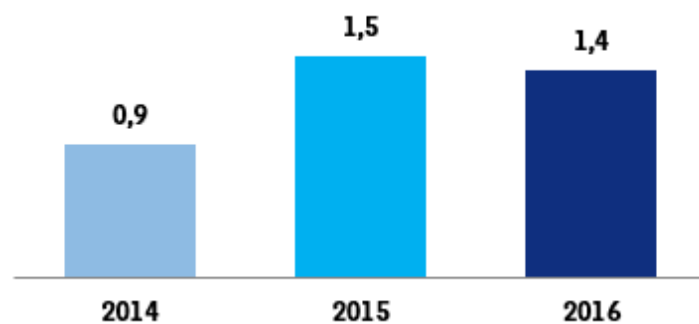


Figura 23 / Evolução do PIB (%) em Portugal (Fonte: INE)

2 | Enquadramento do Setor

2.1. Introdução

A descentralização e a necessária articulação com as autarquias afirmam-se como um dos desígnios estratégicos do XXI Governo Constitucional, que conduziu à reflexão, à definição e à implementação de um plano de medidas em torno da organização do setor dos serviços urbanos de água e saneamento. Assim, no início de 2016, o Ministério do Ambiente apresentou o Compromisso Nacional para a Sustentabilidade dos Serviços Públicos de Água.

Este documento visa resolver o ciclo de insustentabilidade do setor da água em Portugal, que assenta fundamentalmente em três problemas: a fragmentação das entidades gestoras (mais de 350), nomeadamente nos sistemas em baixa; o insustentabilidade e inadequado nível de serviço; e ineficiência operacional, económica e social, sendo de destacar as elevadas perdas de água, em muitos casos superiores a 40%, e as afluências indevidas de águas pluviais aos sistemas de saneamento de águas residuais.

Consequentemente, a estratégia vigente desdobra-se em três eixos principais: a reversão do processo das agregações de alguns dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, a promoção da agregação das entidades gestoras em baixa com menos de 20 mil habitantes para a exploração e a gestão do ciclo urbano da água em torno de afinidades regionais e a definição do alinhamento do papel do Grupo Águas de Portugal, enquanto instrumento empresarial de políticas públicas para a nova visão para o setor.

Quanto ao objetivo de reversão das agregações dos sistemas em alta, a estratégia delineada pelo Governo, concretizada na publicação do Decreto-Lei n.º 72/2016, de 4 de novembro, assentou na clarificação do regime vigente, no sentido de este ser consentâneo com a criação de sistemas multimunicipais por cisão dos sistemas resultantes de agregações, criados pelos Decretos-Leis n.ºs 92/2015, 93/2015, e 94/2015, todos de 29 de maio.

De facto, e no caso concreto do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio, foi operada a extinção do sistema multimunicipal de captação, tratamento e abastecimento de água do Sul da área do Grande Porto, criado pela alínea e) do n.º 3 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 379/93, de 5 de novembro, bem como da respetiva entidade gestora, a Águas do Douro e Paiva, S. A., constituída pelo Decreto-Lei n.º 116/95, de 29 de maio, com a oposição generalizada dos respetivos municípios utilizadores e acionistas.

Assim, em cumprimento do Programa do Governo, o Decreto-Lei n.º 16/2017, de 1 de fevereiro, criou o novo sistema multimunicipal de abastecimento de água do sul do Grande Porto, por cisão do sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal, por sua vez criado por agregação de sistemas através do Decreto-Lei n.º 93/2015, de 29 de maio – sem prejuízo da manutenção do próprio sistema multimunicipal de abastecimento de água e de saneamento do Norte de Portugal gerido pela Águas do Norte, S. A.

O novo decreto-lei constitui a nova sociedade de gestão que adota a mesma denominação da antiga concessionária extinta pelo antigo diploma (Águas do Douro e Paiva, S. A.), e atribui-lhe a concessão da exploração e da gestão do novo sistema multimunicipal agora criado, de molde a garantir a preservação da sustentabilidade económica e financeira deste sistema.

Assim, com a reativação desta empresa multimunicipal foi interrompido o plano de subida do custo da água, que previa um aumento global de 40% até 2020. É nesta medida que radica, em grande medida, o facto de, no final de 2016, a Câmara Municipal do Porto ter aprovado a descida em 2% das tarifas de água e saneamento a praticar em 2017.

2.2. Enquadramento Estratégico

2.2.1. PENSAAR 2020

O PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o Setor de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais tem por objetivo definir a estratégia com base em objetivos de sustentabilidade em todas as suas vertentes (técnica, ambiental, económica, financeira e social), de modo a criar um contexto de aceitação global a médio (2014-2020) e a longo prazo.

O novo instrumento de referência da política de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais foi aprovado através do Despacho n.º 4385/2015, de 30-04-2015, do Secretário de Estado do Ambiente, sucedendo ao PEAASAR 2007-2013.

O PENSAAR 2020 baseia-se num quadro estratégico organizado em cinco objetivos estratégicos (Eixos Prioritários) e 19 objetivos operacionais, para os quais foram definidos indicadores a serem monitorizados anualmente, e um Plano de Ação concebido através de um conjunto de 48 medidas suportadas por 135 ações que pretendem concretizar os objetivos operacionais.

O investimento total estimado para a concretização dos objetivos estratégicos e operacionais traçados no PENSAAR 2020 cifra-se em 3,7 mil milhões de euros, dos quais 2,3 mil milhões estão associados aos sistemas em baixa. A análise financeira apresentada no documento conclui que os fundos comunitários vão financiar apenas 20% do investimento global previsto.

Deste modo, as tarifas são o recurso principal de financiamento dos investimentos necessários, mas só asseguram um fluxo financeiro ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, por isso, necessário recorrer a outros recursos financeiros, designadamente empréstimos bancários, emissão de obrigações, capitais próprios e fundos de pensões.

2.2.2. POSEUR

Dado que a gestão dos recursos hídricos apresenta um carácter transversal a diversos setores, o Programa Operacional da Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos (POSEUR) procura, no âmbito do pacote de fundos comunitários atribuídos a Portugal para o período entre 2014 e 2020, denominado Portugal 2020, dar resposta às necessidades de investimento identificadas no âmbito do ciclo urbano da água e da melhoria da qualidade das massas de água, por via da implementação de medidas incluídas na estratégia sectorial (PENSAAR 2020) e também de outras medidas contidas nos Planos de Gestão das Bacia Hidrográficas (PGBH) não diretamente relacionadas com o setor urbano.

No domínio lato dos recursos hídricos, são objetivos prioritários melhorar a qualidade das massas de água e a utilização eficiente do recurso de forma a dar cumprimento ao estipulado na Diretiva Quadro da Água. Pretende-se, igualmente, executar os investimentos previstos nos PGBH e que não estão exclusivamente ligados ao tratamento das águas residuais urbanas, salvaguardando a aplicação do princípio do poluidor-pagador.

Os eixos prioritários do POSEUR e o seu financiamento global, cujo cofinanciamento comunitário ascende a 2,2 mil milhões de euros, encontram-se patentes na tabela abaixo.

Tabela 14 / Eixos prioritários do POSEUR e financiamento total

	Fundo de Coesão	Contrapartida Nacional	Financiamento Total
EIXO 1 – Apoiar Transição para uma Economia com Baixas Emissões Carbono em Todos Setores	757,0	133,6	890,6
EIXO 2 – Promover Adaptação às Alterações Climáticas e Gestão e Prevenção Riscos	401,2	70,8	472,0
EIXO 3 – Proteger o Ambiente e Promover a Eficiência na Utilização dos Recursos	1.045,0	184,4	1.229,4
EIXO 4 – Assistência Técnica	49,5	8,7	58,2
TOTAL	2.252,7	397,5	2.650,2

O POSEUR dispõe de 620 milhões de euros, provenientes do Fundo de Coesão, para o financiamento dos investimentos no ciclo urbano da água. Até ao momento, e de acordo com dados da Autoridade de Gestão, foram abertos nove avisos nesta área, correspondentes 242 milhões de euros de fundos comunitários, atendendo aos objetivos prioritários do PENSAAR 2020, a saber: cumprimento da Diretiva de Águas Residuais Urbanas (DARU), elaboração do cadastro das redes de água e de saneamento, fecho dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais e melhoria da qualidade das massas de água em zonas problemáticas.

Do total de 766 candidaturas apresentadas, a Autoridade de Gestão do POSEUR aprovou 531 projetos, cujo investimento total ascende a 485 milhões de euros, dos quais 367 milhões são financiados pelo Fundo de Coesão. Ou seja, 59% da dotação do Programa destinada ao ciclo urbano da água já se encontra comprometida. Importa, ainda, referir que a taxa de realização é apenas de 6%, prevendo-se que aumente para 20% até ao final de 2017.

2.3. Entidade Reguladora

Com a aprovação da Lei n.º 67/2013, de 28 de agosto, que institui a Lei-Quadro das Entidades Administrativas Independentes com funções de regulação da atividade económica dos setores privado, público e cooperativo, a Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) passa a estar integrada no elenco das entidades administrativas independentes.

A Lei n.º 10/2014, de 6 de março, aprovou os novos estatutos da ERSAR, operando a transformação desta entidade de instituto público para entidade administrativa independente. De acordo com os novos estatutos, a ERSAR mantém-se adstrita ao ministério com atribuições na área do ambiente, dotada de autonomia de gestão, administrativa e financeira e de património próprio, não estando sujeita a superintendência ou tutela governamental no âmbito do exercício das suas funções de regulação e de supervisão.

A ERSAR tem por missão a regulação dos setores dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos, bem como as funções de autoridade competente para a coordenação e fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano. O regulador visa assegurar a sustentabilidade global do setor, intervindo a três níveis:

1. Sustentabilidade social dos serviços, garantindo a proteção dos interesses dos utilizadores através do acesso ao serviço, da sua adequada qualidade e da razoabilidade do preço;
2. Sustentabilidade económica, infraestrutural e de recursos humanos das entidades gestoras;

3. Sustentabilidade ambiental na utilização de recursos ambientais e na prevenção da poluição, a nível dos impactos dos serviços na água, no ar e no solo.

O modelo de regulação agora em pleno funcionamento observou um processo de consolidação a partir de 2003. A sua estratégia é definida por dois grandes planos de intervenção: num primeiro plano, pela regulação estrutural do setor; num segundo plano, pela regulação dos comportamentos das entidades gestoras (Figura 24).



Figura 24 / Modelo de regulação do setor das águas

2.4. Caracterização do Setor

Os últimos 20 anos marcaram uma evolução positiva da maior relevância na qualidade da água distribuída aos cidadãos portugueses e na qualidade do tratamento das águas residuais urbanas, traduzida em indicadores de qualidade e de cobertura que colocam Portugal ao nível dos países mais desenvolvidos da UE e do mundo.

No abastecimento de água verifica-se que, no início da década de 90, a cobertura deste serviço era de cerca de 80%, tendo esta percentagem, desde então, vindo a aumentar contínua e significativamente, para atingir 95% em 2011, com 99% nas zonas urbanas e 90% nas rurais. Está, portanto, assegurado o cumprimento do objetivo definido no PEAASAR 2007-2013 em relação ao abastecimento de água (95%).

De acordo com o Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP) de 2016, publicado pela ERSAR, este valor manteve-se até 2014, registando-se em 2015 uma melhoria na cobertura do serviço de abastecimento de água, cujo valor alcançou os 96%. De notar que, apesar de ter sido ultrapassada a meta definida para a cobertura do serviço de abastecimento de água, calculada através do indicador acessibilidade física do serviço (AA01), se verifica que o valor da adesão ao serviço apresenta ainda potencialidade de melhoria, registando 85,8% em 2015, refletindo assim situações decorrentes da existência de alojamentos não habitados ou da utilização de origens alternativas de água.

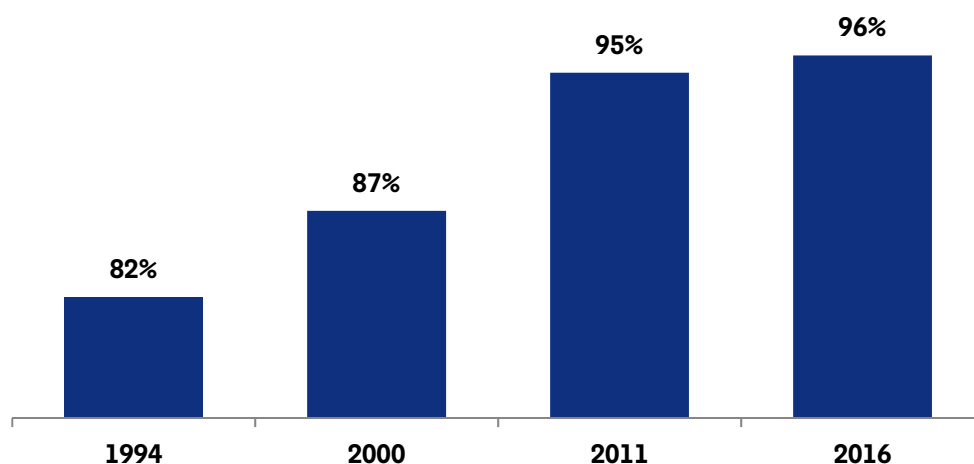


Figura 25 / Evolução da cobertura de abastecimento de água

(Fonte: PENSAAR 2020 e RASARP 2016)

Em relação às atividades de drenagem e tratamento de águas residuais, ainda, persistem dificuldades diversas no cumprimento das obrigações legais nacionais e comunitárias, apesar de se terem vindo a registar melhorias importantes. Em termos de evolução, a cobertura do serviço de saneamento tem vindo a aumentar na última década, ainda que a um ritmo mais lento quando comparado com o abastecimento de água.

Em 2015, segundo o RASARP 2016, a cobertura do serviço de drenagem de águas residuais e de tratamento de águas residuais era ainda de 83% e 82 %, respetivamente, não tendo sido alcançado o objetivo estabelecido no PEAASAR II para 2013, de dotar 90 % da população com rede de drenagem e com tratamento de águas residuais. No que diz respeito ao valor da adesão ao serviço de saneamento de águas residuais, este apresenta potencial de melhoria, à semelhança do que se verifica no caso do abastecimento de água, registando 87,2 % em 2015, refletindo assim situações decorrentes da utilização de soluções de tratamento individuais.

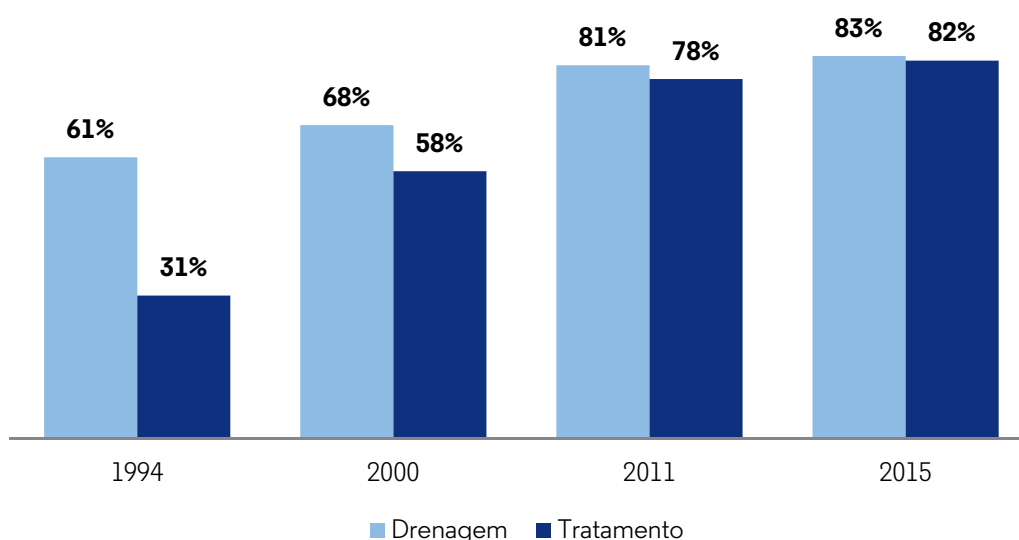


Figura 26 / Evolução da cobertura de saneamento de águas residuais (Fonte: PENSAAR 2020)

Em termos de qualidade da água, constata-se que, em 2015, tal como nos anos anteriores, foi atingido praticamente o pleno em termos da percentagem de análises realizadas, com 99,93%, o que é uma evolução muito assinalável quando em 2000 este valor era de cerca de 80%. Relativamente ao cumprimento dos valores paramétricos, o RASARP 2016 informa que a percentagem de água controlada e de boa qualidade é de cerca de 99%, evidenciando que a qualidade da água na torneira dos consumidores apresenta de uma forma consistente índices elevados.

O sistema de avaliação da qualidade do serviço prestado aos utilizadores definido pela ERSAR conta com 16 indicadores para cada área de atividade, agrupados em três subsistemas distintos:

- Indicadores que traduzem a defesa dos interesses dos utilizadores, correspondentes a aspetos que estão diretamente relacionados com a qualidade do serviço que lhes é prestado e por eles sentidos diretamente.
- Indicadores que traduzem a sustentabilidade da entidade gestora, correspondentes a aspetos relacionados com a sua capacidade económica e financeira, infraestrutural, operacional e de recursos humanos, necessária à garantia de uma prestação de serviço regular e contínua aos utilizadores.
- Indicadores que traduzem a sustentabilidade ambiental, correspondentes a aspetos relacionados com o impacto ambiental da atividade da entidade gestora, nomeadamente em termos de conservação dos recursos naturais.

Estes três subsistemas correspondem, aliás, aos principais objetivos da regulação: a proteção dos interesses dos utilizadores, como a otimização dos preços versus qualidade dos serviços, a salvaguarda da viabilidade das entidades gestoras e dos seus legítimos interesses e a salvaguarda dos aspetos ambientais.

No que concerne às entidades gestoras de sistemas de abastecimento público de água, os resultados do ano 2015 demonstram uma qualidade do serviço global positiva que se traduz em:

- 53 % de avaliações boas e medianas no abastecimento público de água em baixa e 30 % de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 1% de alertas e cerca de 16 % sem avaliação;
- 69 % de avaliações boas e medianas no abastecimento público de água em alta e 30 % de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 1 % de alertas.

Conclui-se que as avaliações boas e medianas representam mais de metade na vertente em baixa e mais de dois terços na vertente em alta, enquanto as avaliações insatisfatórias representam cerca de um terço nas vertentes em baixa e em alta.

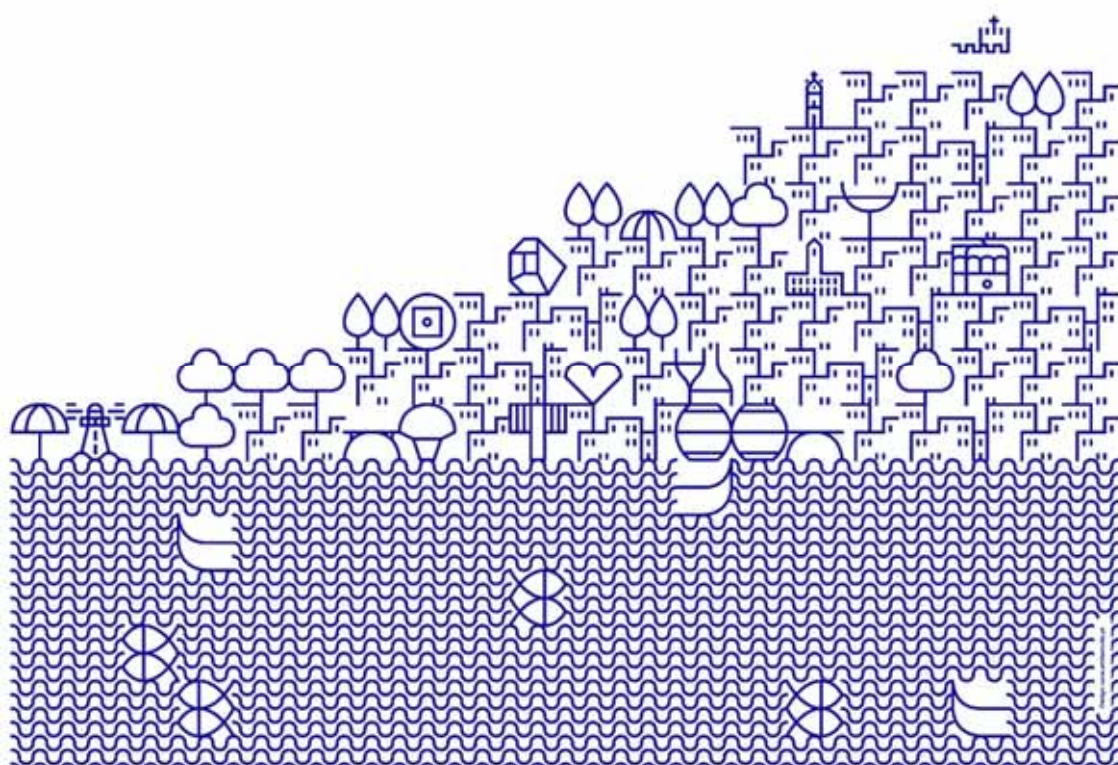
De forma semelhante, para as entidades gestoras de sistemas de saneamento de águas residuais, os resultados do ano 2015 evidenciam uma qualidade do serviço global positiva dado que:

- 51 % de avaliações boas e medianas no saneamento de águas residuais urbanas em baixa e 37 % de avaliações insatisfatórias, havendo ainda 12 % sem avaliação;
- 67 % de avaliações boas e medianas no saneamento de águas residuais urbanas em alta e 33 % de avaliações insatisfatórias.

Conclui-se que as avaliações boas e medianas representam cerca de metade na vertente em baixa e cerca de dois terços na vertente em alta, enquanto as avaliações insatisfatórias representam cerca de um terço na vertente em baixa e em alta.

CAPÍTULO IV

DESEMPENHO



1 | Análise Económica e Financeira

A análise económica e financeira apresentada neste capítulo procura resumir os resultados e a situação financeira e patrimonial alcançada pela **Águas do Porto, EM**, no ano de 2016, devendo ser lida em conjugação com as Demonstrações Financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

1.1. Resultado Líquido do Período

O resultado líquido de 2016 ascendeu a 6,6 milhões de euros, registando um aumento superior a 280 mil euros relativamente ao resultado verificado em 2015.

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
Rendimentos totais	44 361 451,50	43 665 584,33	1,6%
Gastos totais (*)	37 785 913,15	37 368 591,82	1,1%
Resultado líquido	6 575 538,35	6 296 992,51	4,4%

(*) Inclui a estimativa para IRC

1.2. Rendimentos Totais

Neste exercício, os rendimentos totais ascenderam a 44,3 milhões, o que corresponde a um aumento de 707 milhares de euros.

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
Volume de negócios	40 290 246,03	38 156 450,26	5,6%
Subsídios à exploração	206 824,01	152 759,75	35,4%
Trabalhos para a própria entidade	95 062,17	85 402,80	11,3%
Reversões de imparidades	8 082,93	101 462,56	-92,0%
Reversões de provisões	96 102,26	928 769,61	-89,7%
Outros rendimentos	3 511 441,82	4 054 154,45	-13,4%
Juros e rendimentos similares	153 692,28	186 584,90	-17,6%
Rendimentos totais	44 361 451,50	43 665 584,33	1,6%

O aumento verificado nos rendimentos totais teve origem no crescimento do negócio conforme explicitado na Nota 13.1 do anexo.

1.2.1. Volume de Negócios

A **Águas do Porto, EM**, viu o seu volume de negócios aumentar de 38,1 milhões de euros para 40,2 milhões de euros (+ 5,6%).

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
Vendas de mercadorias (Água)	21 771 240,05	20 493 374,83	6,2%
Serviços prestados	18 519 005,98	17 663 075,43	4,8%
Volume de negócios	40 290 246,03	38 156 450,26	5,6%

AA – Abastecimento de água
ARD – Águas residuais domésticas

1.3. Gastos Totais

Os gastos totais da empresa ascenderam a 37,8 milhões de euros no exercício em análise.

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	9 463 968,31	8 916 080,80	6,1%
Fornecimentos e serviços externos	8 166 562,41	7 690 116,36	6,2%
Gastos com o pessoal	9 987 299,33	9 930 614,01	0,6%
Imparidades de dívidas a receber	680 615,76	653 732,46	4,1%
Provisões	513 964,77	638 296,42	-19,5%
Outros gastos	405 850,81	445 445,01	-8,9%
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	6 370 180,81	7 276 076,57	-12,5%
Juros e gastos similares suportados	2 818,89	2 019,78	39,6%
Imposto sobre o rendimento do período	2 194 652,06	1 816 210,41	20,8%
Gastos totais	37 785 913,15	37 368 591,82	1,1%

% do volume de negócios	93,78%	97,94%	
--------------------------------	---------------	---------------	--

As rubricas mais significativas são os gastos com o pessoal, o custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e os fornecimentos e serviços externos, que, globalmente, representaram 73% do total de gastos da empresa em 2016.

O aumento do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas, reflete essencialmente o aumento do preço de compra da água.

1.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

A análise desta rubrica está apresentada na Nota 22.3.1 do Anexo.

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
Subcontratos	2 790 070,14	2 064 238,13	35,2%
Energia	1 057 466,41	1 478 173,84	-28,5%
Trabalhos especializados	1 578 439,58	1 415 365,00	11,5%
Comunicação	891 482,07	964 096,41	-7,5%
Encargos de cobrança	363 526,12	367 852,32	-1,2%
Rendas e alugueres	400 330,42	389 173,41	2,9%
Conservação e reparação	350 658,24	255 858,33	37,1%
Honorários	42 396,50	69 139,50	-38,7%
Seguros	198 645,37	182 564,33	8,8%
Publicidade	98 070,14	112 253,29	-12,6%
Vigilância e segurança	110 002,87	108 321,01	1,6%
Outros fornecimentos e serviços	285 474,55	283 080,79	0,8%
Total	8 166 562,41	7 690 116,36	6,2%

1.4. Margem Operacional

No exercício de 2016, o EBITDA da **Águas do Porto, EM**, situou-se nos 15 milhões euros.

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
EBITDA	14 989 497,83	15 204 714,37	-1,4%
EBIT	8 619 317,02	7 928 637,80	8,7%
Volume de negócios	40 290 246,03	38 156 450,26	5,6%
Margem EBITDA (%)	37,2%	39,8%	-6,6%
Margem EBIT (%)	21,4%	20,8%	3,0%

EBITDA: Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos

EBIT: Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)

Margem EBITDA = EBITDA / Volume de negócios

Margem EBIT = EBIT / Volume de negócios

1.5. Situação Patrimonial e Financeira

No final de 2016, o ativo da **Águas do Porto, EM**, atingiu o montante de 161,7 milhões de euros e o capital próprio e o passivo eram de 125,7 e 35,9 milhões de euros, respetivamente.

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
Ativo não corrente	131 481 602,38	130 663 910,36	0,6%
Ativo corrente	30 185 918,17	22 926 197,95	31,7%
Total do ativo	161 667 520,55	153 590 108,31	5,3%
Capital próprio	125 687 287,66	118 729 603,75	5,9%
Passivo não corrente	12 834 845,15	12 319 291,26	4,2%
Passivo corrente	23 145 387,74	22 541 213,30	2,7%
Total do passivo	35 980 232,89	34 860 504,56	3,2%
Total do capital próprio e do passivo	161 667 520,55	153 590 108,31	5,3%

Tal como sucedeu em anos anteriores, a empresa fechou o ano de 2016 com uma sólida situação financeira caracterizada por uma autonomia financeira de 77,74%.

INDICADORES	2016	2015	Δ % 2016-2015
Indicadores de eficiência			
Gastos operacionais / EBITDA	2,37	2,34	1,5%
Gastos com o pessoal / EBITDA	0,67	0,65	2,0%
Indicadores de comportabilidade de investimento			
Autonomia financeira	77,74%	77,30%	0,6%
Rácio de solvabilidade	3,5	3,4	2,6%
Liquidez geral	1,68	1,33	26,0%
Prazos médios			
Prazo médio de pagamento	49	46	8,4%
Prazo médio de recebimento	29	22	35,0%
Indicadores de rentabilidade e crescimento			
Margem EBITDA	37,2%	39,8%	-6,6%
Margem EBIT	21,4%	20,8%	3,0%
Indicadores de remuneração do capital investido			
Resultado líquido / Capital subscrito	0,082	0,078	5,8%

Autonomia financeira = Capital próprio / ativo total líquido

Rácio de solvabilidade = Capital próprio / Passivo total

Liquidez geral = (Ativo corrente – Diferimentos ativo) / (Passivo corrente – Diferimentos passivo)

1.6. Cash Flow

Unidade: €	2016	2015	Δ % 2016-2015
Fluxos de caixa operacionais	10 551 174,47	8 532 131,52	23,7%
Fluxos de caixa de investimento	-5 283 764,78	-8 251 589,45	-36,0%
Fluxos de caixa de financiamento	-2 000 000,00	-1 076 428,82	85,8%
Varição de caixa e seus equivalentes	3 267 409,69	-795 886,75	-510,5%
Caixa e seus equivalentes no início do período	10 838 107,99	11 633 994,74	-6,8%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14 105 517,68	10 838 107,99	30,1%

Os fluxos de caixa de investimento, líquidos de subsídios obtidos, e os dividendos pagos ao Município do Porto, foram financiados pelos fluxos de caixa operacionais.

Foi um ano em que se registou um aumento das comparticipações de fundos comunitários, continuando a não existir qualquer endividamento bancário.

Deste modo, o autofinanciamento continua a ser a fonte primordial de financiamento da atividade da empresa.

2 | Viabilidade Económica e Financeira

O presente capítulo pretende dar cumprimento ao dever de prestação de informação relativamente à viabilidade e racionalidade económica e equilíbrio financeiro da **Águas do Porto, EM**, de acordo com o estipulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que aprova o regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais e revoga as Leis n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro, e n.º 55/2011, de 15 de novembro.

Nos termos do n.º 6.º do Artigo 32.º deste diploma legal, o desempenho das empresas locais deve ser objeto de avaliação anual dos órgãos sociais, incluindo a elaboração de um relatório com a análise comparativa das projeções decorrentes dos estudos técnicos e de viabilidade económica e financeira que sustentaram a constituição das empresas e da atual situação económica e financeira. Esta informação tem de ser obrigatoriamente comunicada à Inspeção-Geral de Finanças.

No caso da **Águas do Porto, EM**, o objetivo principal deste relatório prende-se com a necessidade de comprovar perante as autoridades competentes que a empresa não se enquadra nas disposições do Artigo 62.º que estabelece os critérios económicos e financeiros que conduzem à dissolução das empresas locais.

O novo regime jurídico da atividade empresarial local determina a extinção de empresas locais, no prazo de seis meses, sempre que se verifique uma das seguintes situações:

- a) As vendas e prestações de serviços realizados durante os últimos três anos não cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios;
- b) Quando se verifique que, nos últimos três anos, o peso contributivo dos subsídios à exploração é superior a 50% das suas receitas;
- c) Quando se verifique que, nos últimos três anos, o valor do resultado operacional subtraído ao mesmo o valor correspondente às amortizações e às depreciações é negativo;
- d) Quando se verifique que, nos últimos três anos, o resultado líquido é negativo.

Em 2016, a **Águas do Porto, EM**, operou segundo um modelo organizativo e económico-financeiro que resultou dos estudos de viabilidade económica e financeira que fundamentaram a sua constituição, em outubro de 2006, ainda, portanto, ao abrigo da, entretanto revogada, Lei n.º 58/98, de 18 de agosto.

O modelo de negócio previsto naquele estudo assenta na gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais.

Em março de 2007, procedeu-se à alteração dos Estatutos da empresa tendo o seu âmbito de atuação sido alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Assegurou-se, por esta via, a gestão integrada de todo o ciclo urbano da água no Município do Porto, englobando as seguintes atividades:

- Distribuição de água;
- Drenagem e tratamento de águas residuais;
- Drenagem de águas pluviais;
- Gestão de ribeiras
- Gestão de praias;
- Promoção da educação ambiental e da participação pública.

Perante a especificidade do modelo de negócio atualmente desenvolvido e a distância temporal, não é tecnicamente possível fazer uma análise comparativa entre o desempenho de 2016 e a efetiva situação económica e financeira e as projeções decorrentes dos estudos de viabilidade económico-financeira que presidiram à sua constituição.

No entanto, o desempenho da atividade económica e financeira de 2016 resumido nos quadros seguintes, permite concluir que a **Águas do Porto, EM**, conseguiu dar plena execução às projeções económico-financeiras constantes dos seus Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para 2016.

Relativamente à efetiva situação económica e financeira da empresa, apresenta-se, seguidamente, um mapa com os principais agregados económico-financeiros para o período 2017-2019, conforme os IGP devidamente aprovados pelo Conselho de Administração e Assembleia-Geral da empresa e os valores efetivos referentes a 31 de dezembro de 2016.

Agregados Económico-Financeiros	2016	Projeção		
		2017	2018	2019
Resultados				
Resultado Operacional	8 619 317	4 999 241	4 428 063	4 248 560
Resultado Antes de Impostos	8 770 190	5 161 904	4 592 437	4 414 831
Resultado Líquido do Período	6 575 538	3 835 224	3 410 970	3 278 654
Rendimentos e Ganhos				
Vendas de Mercadorias e Serviços Prestados	40 290 246	38 958 298	39 110 516	39 215 050
Gastos e Perdas				
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9 463 968	9 249 944	9 345 334	9 511 581
Fornecimentos e Serviços Externos	8 166 562	9 084 374	9 107 788	9 131 201
Gastos com o Pessoal	9 987 299	10 722 604	10 664 408	10 664 408
Gastos de Depreciação e Amortização	6 370 181	6 966 317	7 646 744	7 859 123
Balanço				
Total do Ativo	161 667 521	161 680 424	167 422 539	171 608 482
Total do Passivo	35 980 233	33 891 872	33 588 917	32 385 210
Total do Capital Próprio	125 687 288	127 788 551	133 833 622	139 223 272
Fluxos de Tesouraria				
Atividades Operacionais	10 551 174	7 434 892	8 925 565	8 654 291
Atividades de Investimento	-5 283 765	-12 552 749	-10 682 035	-5 928 621
Atividades de Financiamento	-2 000 000	-650 000	-526 513	-375 091
Indicadores				
Liquidez Geral (AC-DFA)/(PC-DFP) x100	168%	112%	100%	121%
Autonomia Financeira (%)	78%	79%	80%	81%

AC – Ativo Corrente
 DFA – Diferimentos Ativo
 PC – Passivo Corrente
 DFP – Diferimentos Passivo
 CP – Capital Próprio
 PNC - Passivo não Corrente
 AFT – Ativos Fixos Tangíveis
 AI – Ativos Intangíveis

Artigo 62º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto

a) Nos últimos três anos, as vendas e prestações de serviços cobrem, pelo menos, 50% dos gastos totais dos respetivos exercícios:

	Vendas e prestação de serviços	Gastos totais incorridos	% de vendas e prestação de serviços nos gastos totais incorridos
2014	36 795 981,44	35 344 342,67	104,1%
2015	38 156 450,26	35 552 381,41	104,1%
2016	40 290 246,03	35 591 261,09	113,2%
Não Cumpre o Critério de Dissolução			

b) Nos últimos três anos, o peso contributivo do subsídio é inferior a 50% das receitas:

	Vendas, serviços prestados, subsídios à exploração e outros rendimentos	Subsídios à exploração	% do subsídio na prestação de serviços e outros rendimentos
2014	40 171 443,07	215,57	0,0%
2015	42 363 364,46	152 759,75	0,4%
2016	44 008 511,86	206 824,01	0,5%
Não Cumpre o Critério de Dissolução			

c) Nos últimos três anos, o EBITDA é positivo:

	Resultado operacional	Depreciações e amortizações	EBITDA
2014	4 915 226,41	7 039 494,47	11 954 720,88
2015	7 928 637,80	7 276 076,57	15 204 714,37
2016	8 619 317,02	6 370 180,81	14 989 497,83
Não Cumpre o Critério de Dissolução			

d) Nos últimos três anos, o resultado líquido é positivo:

	Resultado líquido
2014	3 760 205,87
2015	6 296 992,51
2016	6 575 538,35
Não Cumpre o Critério de Dissolução	

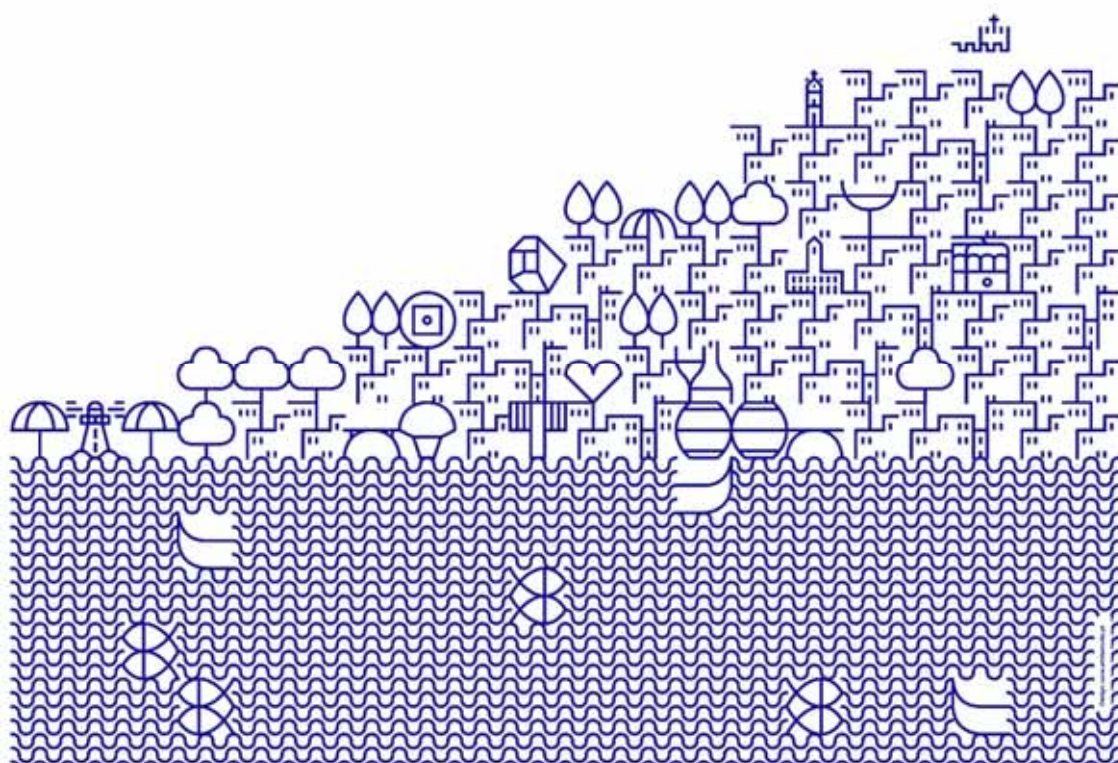
3 | Proposta de Aplicação de Resultados

O Conselho de Administração da **Águas do Porto, EM**, propõe, nos termos do n.º 5 do Artigo 66.º e do n.º 1 do Artigo 295.º, do Código das Sociedades Comerciais, assim como do Artigo 26.º dos Estatutos da empresa, que o resultado líquido do exercício de 2016, cujo montante ascende a € 6.575.538,35 tenha a seguinte aplicação:

- a) Reserva Legal (10%): € 657.553,83;
- b) Distribuição de Dividendos: € 650.000,00;
- c) Resultados Transitados: € 5.267.984,52.

CAPÍTULO V

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS



1 | Demonstrações Financeiras

Quadro A – Balanço

Rubricas	Notas	Datas	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	9	131 363 798,68	130 609 050,22
Ativos intangíveis	8	105 963,37	47 699,22
Outros investimentos financeiros		11 840,33	7 160,92
		131 481 602,38	130 663 910,36
Ativo corrente			
Inventários	12	212 735,49	187 315,32
Clientes	11.1; 19.1	3 219 760,76	2 265 751,57
Estado e outros entes públicos	17; 19.3	85 888,34	131 583,02
Outros créditos a receber	19.4	12 312 562,67	9 394 346,60
Diferimentos	22.2.1	249 453,23	109 093,45
Caixa e depósitos bancários	5	14 105 517,68	10 838 107,99
		30 185 918,17	22 926 197,95
Total do ativo		161 667 520,55	153 590 108,31
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital subscrito	7; 19.5	80 000 000,00	80 000 000,00
Reservas legais	Quadro C; 19.5	2 220 305,80	1 590 606,55
Resultados transitados	Quadro C; 19.5	10 727 861,63	7 060 568,37
Ajustamentos/ Outras variações no capital próprio	Quadro C; 15	26 163 581,88	23 781 436,32
		119 111 749,31	112 432 611,24
Resultado líquido do período	Quadro B	6 575 538,35	6 296 992,51
Total do capital próprio		125 687 287,66	118 729 603,75
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	14.1	5 238 966,55	5 415 003,28
Outras dívidas a pagar - Impostos relacionados com subsídios	15.2; 17.2	7 595 878,60	6 904 287,98
		12 834 845,15	12 319 291,26
Passivo corrente			
Fornecedores	19.2	2 405 110,08	2 095 557,67
Estado e outros entes públicos	17; 19.3	1 003 052,42	904 560,74
Outras dívidas a pagar	19.4	14 433 630,82	14 137 942,30
Diferimentos	22.2.2	5 303 594,42	5 403 152,59
		23 145 387,74	22 541 213,30
Total do passivo		35 980 232,89	34 860 504,56
Total do capital próprio e do passivo		161 667 520,55	153 590 108,31

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro B – Demonstração dos Resultados por Naturezas

Rendimentos e Gastos	Notas	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	13.1	40 290 246,03	38 156 450,26
Subsídios à exploração		206 824,01	152 759,75
Trabalhos para a própria entidade		95 062,17	85 402,80
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-9 463 968,31	-8 916 080,80
Fornecimentos e serviços externos	22.3.1	-8 166 562,41	-7 690 116,36
Gastos com o pessoal	20	-9 987 299,33	-9 930 614,01
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	11.1	-672 532,83	-552 269,90
Provisões (aumentos/ reduções)	14.1	-417 862,51	290 473,19
Outros rendimentos	13.2	3 511 441,82	4 054 154,45
Outros gastos	22.3.2	-405 850,81	-445 445,01
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		14 989 497,83	15 204 714,37
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	8; 9	-6 370 180,81	-7 276 076,57
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		8 619 317,02	7 928 637,80
Juros e rendimentos similares obtidos	13.3	153 692,28	186 584,90
Juros e gastos similares suportados		-2 818,89	-2 019,78
Resultado antes de impostos		8 770 190,41	8 113 202,92
Imposto sobre o rendimento do período	17.3; 17.4	-2 194 652,06	-1 816 210,41
Resultado líquido do período		6 575 538,35	6 296 992,51
Resultado por ação (Resultado Líquido/Capital Subscrito)		0,082	0,079

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro C – Demonstração das Alterações no Capital Próprio

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2015	80 000 000,00	1 214 585,96	4 202 811,91	21 747 201,55	3 760 205,87	110 924 805,29
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00
Diferença de conversão de demonstrações financeiras						0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						0,00
Subsídios ao investimento				4 514 293,81		4 514 293,81
Reconhecimento no período				-1 840 648,72		-1 840 648,72
Ajustamentos por impostos diferidos				-590 584,31		-590 584,31
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-48 826,01		-48 826,01
	0,00	0,00	0,0	2 034 234,77	0,00	2 034 234,77
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					6 296 992,51	6 296 992,51
RESULTADO INTEGRAL					6 296 992,51	6 296 992,51
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						0,00
Reduções de capital						0,00
Distribuições					-526 428,82	-526 428,82
Entradas para coberturas de perdas						0,00
Outras operações:						0,00
Aplicação do Resultado		376 020,59	2 857 756,46		-3 233 777,05	0,00
	0,00	376 020,59	2 857 756,46	0,00	-3 760 205,87	-526 428,82
Posição no fim de 31 de dezembro de 2015	80 000 000,00	1 590 606,55	7 060 568,37	23 781 436,32	6 296 992,51	118 729 603,75

Descrição	Capital subscrito	Reservas legais	Resultados transitados	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	Resultado líquido do período	Total do Capital Próprio
Posição em 1 de janeiro de 2016	80 000 000,00	1 590 606,55	7 060 568,37	23 781 436,32	6 296 992,51	118 729 603,75
ALTERAÇÕES NO PERÍODO						
Primeira adoção de novo referencial contabilístico						0,00
Alterações de políticas contabilísticas						0,00
Diferença de conversão de demonstrações financeiras						0,00
Realização do excedente de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis						0,00
Excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis e intangíveis e respetivas variações						0,00
Subsídios ao investimento				4 921 659,83		4 921 659,83
Reconhecimento no período				-1 641 099,63		-1 641 099,63
Ajustamentos por impostos diferidos				-691 590,63		-691 590,63
Outras alterações reconhecidas no capital próprio				-206 824,01		-206 824,01
	0,00	0,00	0,00	2 382 145,56	0,00	2 382 145,56
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					6 575 538,35	6 575 538,35
RESULTADO INTEGRAL					6 575 538,35	6 575 538,35
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO						
Realizações de capital						0,00
Realizações de prémios de emissão						0,00
Distribuições					-2 000 000,00	-2 000 000,00
Entradas para coberturas de perdas						0,00
Outras operações:						0,00
Aplicação do Resultado		629 699,25	3 667 293,26		-4 296 992,51	0,00
	0,00	629 699,25	3 667 293,26	0,00	-6 296 992,51	-2 000 000,00
Posição no fim de 31 de dezembro de 2016	80 000 000,00	2 220 305,80	10 727 861,63	26 163 581,88	6 575 538,35	125 687 287,66

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Quadro D – Demonstração dos Fluxos de Caixa

RUBRICAS	Períodos	
	2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais - método direto		
Recebimentos de clientes	42 723 369,86	41 468 586,96
Pagamentos a fornecedores	-19 596 778,28	-18 310 765,87
Pagamentos ao pessoal	-10 501 047,27	-10 534 549,96
Caixa gerada pelas operações	12 625 544,31	12 623 271,13
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	-2 168 275,42	-1 423 710,65
Outros recebimentos/pagamentos	93 905,58	-2 667 428,96
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)	10 551 174,47	8 532 131,52
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis	-7 473 746,06	-10 004 737,56
Recebimentos provenientes de:		
Ativos fixos tangíveis	0,00	23 716,00
Subsídios ao investimento	2 183 721,66	1 704 398,48
Juros e rendimentos similares	6 259,62	25 033,63
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)	-5 283 764,78	-8 251 589,45
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Pagamentos respeitantes a:		
Dividendos	-2 000 000,00	-1 076 428,82
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)	-2 000 000,00	-1 076 428,82
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)	3 267 409,69	-795 886,75
Caixa e seus equivalentes no início do período	10 838 107,99	11 633 994,74
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14 105 517,68	10 838 107,99

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

Anexo

1. Identificação da Entidade

Designação da Entidade: CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, EM

Sede: Rua Barão de Nova Sintra, 285, Porto

Objeto social: Gestão e exploração dos sistemas públicos de distribuição de água e de drenagem e tratamento de águas residuais; Gestão e exploração do sistema público de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; e realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares.

Designação da empresa-mãe: Câmara Municipal do Porto.

Sede da empresa-mãe: Paços de Concelho, na Praça General Humberto Delgado, Porto.

A **Águas do Porto, EM**, foi constituída em 24 de outubro de 2006, tendo adotado a forma de empresa pública, nos termos da alínea a) do n.º 3 do Artigo 1.º da Lei n.º 58/98, de 18 de agosto, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, embora sujeita à superintendência da Câmara Municipal do Porto.

Na sequência de alterações ulteriores, o âmbito de atuação da empresa foi, a partir de 30 de março de 2007, alargado nos seguintes termos: “a gestão e exploração dos sistemas públicos de águas pluviais e respetivas ampliações em arruamentos existentes; a realização de trabalhos de limpeza e desobstrução de linhas de água, rios e ribeiras urbanas, bem como a sua reabilitação e renaturalização; a realização de trabalhos necessários à melhoria das áreas e águas balneares”.

Em 30 de março de 2009, procedeu-se a uma nova alteração estatutária, tendo sido delegados na empresa os poderes de cobrança coerciva, através do processo de execução fiscal, das dívidas referentes a fornecimento de água, drenagem e tratamento de águas residuais, domésticas e industriais, recolha e transporte de resíduos sólidos urbanos e outros serviços que se integrem no objeto social da empresa e que possam ser cobrados através daquele processo, assim como se procedeu à alteração da sigla de “EM” para “EEM”, em cumprimento da Lei n.º 53 F/2006, de 29 de dezembro.

Cumprindo o disposto no n.º 1 do Artigo 70º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, os estatutos da **Águas do Porto, EM**, foram novamente alterados, tendo sido aprovados na reunião de Câmara de 29 de janeiro de 2013 e na Assembleia Municipal de 18 de fevereiro de 2013. Assim, a empresa passou a denominar-se CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M.

2. Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

2.1. As demonstrações financeiras foram preparadas em harmonia com o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), publicado no Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF), as Normas Interpretativas, os Avisos e as Portarias, com as alterações introduzidas através do Decreto-Lei n.º 98/2015 de 02 de junho.

2.2. Comparabilidade

2.2.1. Prescrição de dívida de clientes

Por decisão do Conselho de Administração de 06.03.2015 foi aprovado o processo de prescrição de dívidas de clientes que se encontravam em execução fiscal referentes ao período de 1997 a 2006 no valor de aproximadamente € 7 milhões, com imparidade integralmente constituída, e cujo valor incluía créditos a favor dos clientes.

4. Principais Políticas Contabilísticas

4.1. Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras

Foram respeitados os diversos princípios contabilísticos, definidos na estrutura conceptual do SNC, na preparação das demonstrações financeiras, dos quais se destacam: a continuidade das operações da empresa, o regime de acréscimo (periodização económica), a compreensibilidade, a relevância, a materialidade, a fiabilidade e representação fidedigna, a substância sobre a forma, a neutralidade, a prudência, a plenitude e a comparabilidade.

Adicionalmente, os ativos realizáveis e os passivos exigíveis superiores a um ano da data das demonstrações financeiras, são classificados como ativos e passivos não correntes, respetivamente.

O Euro (€) é a moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras.

a) Ativos Intangíveis e Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos intangíveis e os ativos fixos tangíveis estão mensurados segundo o modelo de custo deduzido das amortizações e depreciações e das perdas por imparidade acumuladas.

De acordo com a NCRF 7, foi efetuada a desagregação das ETAR do Freixo e Sobreiras por componentes, por se tratar de ativos fixos compostos, cujos componentes depreciáveis têm diferentes vidas úteis. Aquando da transição para o SNC, as depreciações foram ajustadas de acordo com as vidas úteis remanescentes de cada componente, assim como foi ajustado o reconhecimento dos subsídios obtidos respetivos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos fixos tangíveis. As despesas habituais com reparação e manutenção dos ativos são consideradas como gasto no período em que ocorrem.

As amortizações e depreciações do ano foram calculadas em duodécimos, segundo o método das quotas constantes, às taxas abaixo indicadas, as quais correspondem às taxas máximas legais, em conformidade com o Decreto-Lei n.º 25/2009, de 14 de setembro, dado que a vida útil estimada dos ativos detidos não difere significativamente da vida útil implícita nas taxas do diploma:

Ativos intangíveis

Programas de computadores – 33,33%

Ativos fixos tangíveis

Edifícios e outras construções – 2% - 12,5%

Equipamento básico – 2% - 25,00%

Equipamento de transporte – 25 %

Ferramentas e utensílios – 14,28% – 25%

Equipamento administrativo – 12,50% – 33,33%

Outros ativos fixos tangíveis – 12,50% – 33,33%
Bens de valor reduzido – 100,00%

b) Inventários

Os inventários são valorizados ao custo de aquisição, em conformidade com a NCRF 18, adotando-se o custo médio como método de custeio das saídas. Adicionalmente, são registados os ajustamentos que se afigurarem necessários para garantir que o custo é inferior ao valor líquido de realização.

c) Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

d) Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de Caixa e Depósitos Bancários inclui ativos de elevada liquidez, com maturidades até três meses.

e) Imparidades de Dívidas a Receber

As imparidades de dívidas a receber foram calculadas através do critério definido no n.º 1 e n.º 2 do Artigo 28.º-B do CIRC (Código sobre o Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas), tendo-se considerado que o conceito de reclamação judicial que integra a norma fiscal é compatível com o conceito de execução fiscal nos termos do Código do Procedimento e Processo Tributário.

f) Locações

Os ativos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as respetivas responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. Deste modo, o custo dos ativos é registado nos ativos fixos tangíveis e a correspondente responsabilidade no passivo.

Os juros incluídos nas rendas e a depreciação do ativo são registados como gastos nas demonstrações dos resultados do exercício a que respeitam.

Relativamente às locações operacionais, os encargos são registados como gastos na demonstração dos resultados do exercício a que correspondem, em conformidade com o disposto na NCRF 7.

g) Impostos Correntes, Diferidos e Implícitos nos subsídios ao investimento

A empresa encontra-se sujeita ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21%. Ao valor da coleta do IRC apurado, acresce a derrama sobre o lucro tributável cuja taxa ascende a 1,5%, a derrama estadual de 3% sobre o lucro tributável acima de €1.500.000 e a tributação autónoma aplicável.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, as declarações fiscais da empresa dos anos de 2013 a 2016 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

A empresa procede ao registo dos impostos diferidos, correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico das rubricas das demonstrações financeiras e a correspondente base fiscal, conforme disposto na NCRF 25 – Impostos diferidos.

Os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos, têm por base os subsídios ao investimento obtidos e são reconhecidos no passivo aquando da relevação contabilística dos subsídios no capital próprio. Periodicamente são revertidos para a rubrica correspondente no capital próprio, de acordo com o ritmo de reconhecimento dos subsídios na demonstração dos resultados. (Ver alínea k)).

h) Provisões

A **Águas do Porto, EM**, analisa periodicamente a responsabilidade por eventuais obrigações que resultam de eventos passados, mas de montante ou ocorrência incerta. Os critérios de reconhecimento ou de divulgação seguem a NCRF 21.

Relativamente a responsabilidades para com ex-trabalhadores conforme referido na Nota 14.1., o resultado da avaliação atuarial é refletido em gastos do período na rubrica de Provisões. Os valores pagos, conforme indicado pela CGA, são debitados na conta de Provisões no Passivo.

i) Regime do Acréscimo

Na especialização do período, os réditos e os gastos são reconhecidos quando obtidos e/ou incorridos, independentemente do seu recebimento ou pagamento. Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

j) Benefícios de Empregados e outras responsabilidades com ex-trabalhadores

Os benefícios dos empregados incluem benefícios de curto prazo, sendo o valor mais relevante os vencimentos.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes ao ano de 2016.

Os gastos relevados nas demonstrações financeiras incluem os gastos referentes a funcionários em regime de cedência de interesse público, que sujeita o trabalhador às ordens e instruções do órgão ou serviço ou da entidade onde presta funções, sendo remunerado por estes com respeito pelas disposições normativas aplicáveis ao exercício daquelas funções, de acordo com a Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro, que entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009.

As responsabilidades atuariais registadas na rubrica “Provisões” derivam essencialmente de obrigações de entrega à CGA de valores retidos aos trabalhadores, de responsabilidades com a extinção da Caixa de Reformas e de eventos não seguráveis no passado, não constituindo em si mesmo um puro benefício ao pessoal de médio e longo prazo.

k) Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciáveis, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

I) Ramais de Água, Saneamento e Águas Pluviais

Os rendimentos obtidos relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais são reconhecidos na rubrica de diferimentos do passivo e são reconhecidos periodicamente na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente.

m) Eventos Subsequentes

Os eventos subsequentes, após a data das demonstrações financeiras que dão informação adicional sobre condições que existiam nessa data, são refletidos nestas. Caso existam eventos materialmente relevantes após aquela data, que não sejam úteis para aferir das condições que existiam em 31 de dezembro de 2016, são os mesmos objetos de divulgação no anexo.

5. Fluxos de Caixa

Os saldos de caixa e depósitos bancários, reconciliando os montantes evidenciados na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) com as rubricas do Balanço, correspondem a disponibilidades imediatamente mobilizáveis, conforme a seguir se apresenta:

	31.12.2016	31.12.2015
Caixa	2.724,46	4.550,00
Depósitos Bancários Imediatamente Mobilizáveis	6.852.793,22	5.524.114,81
Outras Disponibilidades – Depósitos a Curto Prazo	7.250.000,00	6.500.000,00
	14.105.517,68	12.028.664,81

A variação ocorrida na rubrica “Outros recebimentos/pagamentos” da DFC, decorre essencialmente do pagamento em 2015 da 2ª tranche do “Acordo Caixa de Reformas” conforme previsto no Regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas.

Conforme nota 19.4, parte das garantias dadas pelos fornecedores respeita a reforços da garantia inicial, efetuados mediante retenção no momento do pagamento. No exercício em análise, o total acumulado de retenções de garantias e depósitos de caução líquidos de restituições ascende a € 2.970.029,50. Este montante não está relevado nas disponibilidades por não se tratar de um depósito bancário disponível para a empresa.

6. Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas Contabilísticas e Erros

Nada de relevante a assinalar.

7. Partes Relacionadas

7.1. Empresa mãe e entidades relacionadas

O capital social ascende a €80.000.000, detido a 100% e totalmente realizado em espécie pela Câmara Municipal do Porto, com o NIF 501306099 através da entrega à **Águas do Porto, EM**, do património líquido dos ex-SMAS do Porto, reportado a 30 de junho de 2006, e de um conjunto de bens imóveis essenciais à atividade da empresa.

7.2. Remunerações do pessoal chave da gestão

As remunerações do pessoal chave da gestão (Conselho de Administração) estão apresentadas na Nota 20.

Não existem benefícios pós emprego e/ou de médio e longo prazo.

7.3. Transações entre partes relacionadas

Os saldos e transações registados no período com o Grupo CMPorto são os seguintes:

Saldos		
	Saldo Devedor	Saldo Credor
C.M.P.	80 596,80	2 723 568,31
Domus Social	756,36	0,00
Porto Lazer	5 338,56	0,00
G.O.P.	0,00	-1 836,29

Transações				
	Ativos	Gastos	Rendimentos	Dividendos
C.M.P.	0,00	80 634,86	847 122,47	1 854 000,00
Domus Social	0,00	0,00	17 593,07	0,00
Porto Lazer	0,00	390,95	57 441,70	0,00
G.O.P.	245,20	0,00	3 462,61	0,00

8. Ativos Intangíveis

Conforme explicitado na Nota 4 alínea a), os ativos intangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento pelo modelo do custo, que se resume essencialmente ao preço de compra. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Ativo Não Corrente

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Saldo Final
Ativos Intangíveis				
Programas de Computadores	636 558,12	103 476	0,00	740 034,12
Propriedade Industrial	217,20	0,00	0,00	217,20
	636 775,32	103 476	0,00	740 251,32

Amortizações

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Anulação/ Reversão	Transferências	Saldo Final
Ativos Intangíveis					
Programas de Computadores	589 047,12	45 190,17	0,00	0,00	634 237,29
Propriedade Industrial	28,98	21,68	0,00	0,00	50,66
	589 076,10	45 211,85	0,00	0,00	634 287,95

Valor líquido € 47.699,22

€ 105.963,37

9. Ativos Fixos Tangíveis

Conforme explicitado na Nota 4 alínea a) os ativos fixos tangíveis são mensurados na data do seu reconhecimento inicial de acordo com o modelo do custo. Não foi feita qualquer revalorização subsequente destes ativos.

Todas as aquisições e beneficiações de montante significativo são reconhecidas como ativos. As despesas normais com a reparação e manutenção são consideradas como gasto no período em que ocorre.

O saldo inicial das rubricas “Edifícios e Outras Construções” e “Equipamento Básico” inclui €4.724.284 relativos ao IMT referente à transmissão dos imóveis do ex-SMAS do Porto para o seu ativo, aquando da sua constituição em 24 de outubro de 2006 e depreciado de acordo com as taxas dos ativos respetivos.

Atualmente, a **Águas do Porto, EM**, mantém um diferendo com a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) uma vez que, na sequência de uma ação inspetiva em sede do IMT, a empresa foi notificada para o pagamento do IMT. Foi interposta uma ação administrativa especial com vista a apreciar judicialmente a legitimidade da AT, em desconsiderar a isenção concedida à operação pelos órgãos autárquicos competentes, bem como a interposição de impugnações judiciais às liquidações recebidas. Caso a decisão final seja favorável à **Águas do Porto, EM**, a devolução do valor pago será acrescida de juros mediante o desreconhecimento deste ativo, respetivas depreciações acumuladas, e provisões registadas até 2013.

Ativo Não Corrente

Rubrica	Saldo Inicial	Aumentos	Transferências	Abates	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Terrenos e recursos naturais	21 693 755,22	0,00	0,00	0,00	21 693 755,22
Edifícios e outras construções	3 913 913,43	2 850,00	692 940,26	0,00	4 609 703,69
Equipamento básico	171 235 749,77	494 160,13	6 373 083,00	-606 071,37	177 496 921,53
Equipamento de transporte	1 654 276,24	161 705,85	0,00	0,00	1 815 982,09
Equipamento administrativo	4 066 312,62	275 642,07	0,00	-22 763,32	4 319 191,37
Outros ativos fixos tangíveis	1 832 942,71	122 748,06	0,00	0,00	1 955 690,77
Investimentos em curso	7 344 070,81	6 122 808,75	-7 066 023,26	0,00	6 400 856,30
	211 741 020,80	7 179 914,86	0,00	-628 834,69	218 292 100,97

Depreciações

Rubrica	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Transferências	Saldo Final
Ativos Fixos Tangíveis					
Edifícios e outras construções	790 551,63	92 292,50	0,00	0,00	882 844,13
Equipamento básico	73 225 873,62	5 993 215,10	-510 149,44	0,00	78 708 939,28
Equipamento de transporte	1 542 885,78	55 664,12	0,00	0,00	1 598 549,90
Equipamento administrativo	3 846 021,26	131 001,28	-22 763,32	0,00	3 954 259,22
Outros ativos fixos tangíveis	1 726 638,29	52 795,96	4 275,51	0,00	1 783 709,76
	81 131 970,58	6 324 968,96	-528 637,25	0,00	86 928 302,29

Valor líquido €130.609.050,22

€131.363.798,68

10. Locações

10.1. Locações Operacionais

Na rubrica de “Rendas e Alugueres” estão incluídos os custos com os contratos de locação operacional, no montante anual de €325 768,73, como a seguir se apresenta:

Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)	Viatura	Data início contrato	Data fim contrato	Aluguer € (sem IVA)
04-NS-99	30/05/2013	29/05/2017	654,95 €	37-NO-89	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
30-NS-84	31/05/2013	30/05/2017	654,95 €	37-NO-90	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
30-NS-85	31/05/2013	30/05/2017	654,95 €	37-NO-91	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
30-NS-86	31/05/2013	30/05/2017	654,95 €	37-NO-92	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
30-NS-87	31/05/2013	30/05/2017	654,95 €	37-NO-93	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
95-NR-80	28/05/2013	27/05/2017	654,95 €	37-NO-95	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
60-NR-35	23/05/2013	22/05/2017	358,45 €	37-NO-96	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
60-NR-36	21/05/2013	20/05/2017	358,45 €	38-NO-00	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
60-NR-37	21/05/2013	20/05/2017	358,45 €	38-NO-07	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
60-NR-38	21/05/2013	20/05/2017	358,45 €	38-NO-08	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
60-NR-39	23/05/2013	22/05/2017	358,45 €	38-NO-10	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
60-NR-40	21/05/2013	20/05/2017	358,45 €	38-NO-11	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
60-NR-41	23/05/2013	22/05/2017	358,45 €	38-NO-12	20/03/2013	19/03/2017	360,79 €
60-NR-42	21/05/2013	20/05/2017	358,45 €	38-NO-15	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
60-NR-43	21/05/2013	20/05/2017	358,45 €	38-NO-17	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
60-NR-44	23/05/2013	22/05/2017	358,45 €	38-NO-18	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
60-NR-45	23/05/2013	22/05/2017	358,45 €	38-NO-19	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €
85-NQ-90	08/05/2013	07/05/2017	358,45 €	32-NQ-00	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
85-NQ-91	08/05/2013	07/05/2017	358,45 €	32-NQ-01	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
85-NQ-92	08/05/2013	07/05/2017	358,45 €	32-NQ-02	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
85-NQ-93	08/05/2013	07/05/2017	358,45 €	32-NQ-03	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
41-NQ-43	02/05/2013	01/05/2017	452,73 €	32-NQ-04	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
41-NQ-44	02/05/2013	01/05/2017	452,73 €	32-NQ-05	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
41-NQ-36	02/05/2013	01/05/2017	549,37 €	32-NQ-07	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
41-NQ-37	02/05/2013	01/05/2017	549,37 €	32-NQ-08	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
41-NQ-38	02/05/2013	01/05/2017	549,37 €	32-NQ-09	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
41-NQ-39	02/05/2013	01/05/2017	549,37 €	32-NQ-10	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
05-NS-24	30/05/2013	29/05/2017	689,99 €	32-NQ-11	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
05-NS-25	30/05/2013	29/05/2017	689,99 €	32-NQ-12	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
05-NS-26	30/05/2013	29/05/2017	689,99 €	32-NQ-13	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
05-NS-27	30/05/2013	29/05/2017	689,99 €	32-NQ-14	29/04/2013	28/04/2017	349,45 €
45-NR-67	21/03/2014	20/05/2017	507,00 €	87-NQ-61	08/05/2013	07/05/2017	474,35 €
31-NQ-96	29/04/2013	28/04/2017	360,79 €	87-NQ-62	08/05/2013	07/05/2017	474,35 €
31-NQ-97	29/04/2013	28/04/2017	360,79 €	87-NQ-63	08/05/2013	07/05/2017	474,35 €
31-NQ-98	29/04/2013	28/04/2017	360,79 €	00-QZ-48	16/02/2016	15/02/2018	512,00 €
31-NQ-99	29/04/2013	28/04/2017	360,79 €	09-QR-80	15/10/2015	14/10/2017	299,00 €
37-NO-88	22/03/2013	21/03/2017	360,79 €	09-QR-81	15/10/2015	14/10/2017	299,00 €
57-JT-39	23/11/2016	22/11/2017	360,79 €	46-PL-12	18/04/2016	17/08/2017	423,14 €

Os contratos entretanto terminados foram prorrogados temporariamente até conclusão do novo procedimento concursal, cuja entidade adjudicante para o grupo é o Município do Porto.

11. Imparidade de Ativos

11.1. Em Dívidas a Receber

O reforço registado decorre da normal evolução do negócio, não se tendo registado situações excecionais.

Ajustamentos					
Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Reversão	Utilização	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:					
Clientes de Cobrança Duvidosa	8 939 884,42	680 615,76	8 082,93	9 845,99	9 602 571,26
	8 939 884,42	680 615,76	8 082,93	9 845,99	9 602 571,26

O reforço e a reversão de imparidades foram relevadas nos gastos e rendimentos, respetivamente.

12. Inventários

A política contabilística relativa a inventários está apresentada na Nota 4 alínea b). O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas do período foi determinado tal como a seguir se apresenta.

As existências finais de mercadorias incluem o valor respeitante às garrafas de vidro adquiridas pela empresa no âmbito do programa de alteração comportamental do consumo de água divulgado na campanha “Beba Água do Porto”, e que se encontram à venda em diversos locais da cidade.

	2016		2015	
	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo	Mercadorias	Matérias-primas, Subsidiárias e de Consumo
Existências iniciais	15 499,89	171 815,43	21 369,82	203 055,46
Compras	8 568.909,00	912 467,82	7 937 042,18	943 589,78
Regularização existências -débito	2 198,34	0,00	0,00	51 908,62
Regularização existências -crédito	4 275,51	0,00	0,00	53 569,74
Existências finais	52 083,55	150 441,94	15 499,89	171 815,43
C.M.V.M.C.	8 534 402,51	929 565,80	7 942 912,11	973 168,69

As existências finais não correspondem ao valor apresentado no balanço na rubrica “Inventários”, devido ao fato de ter sido constituído em 2016 um adiantamento por conta de compras no montante de €10.210.

13. Rédito

Os réditos foram contabilizados de acordo com os critérios de reconhecimento definidos na NCRF 20.

13.1. Vendas e Serviços Prestados

A desagregação das vendas e serviços prestados referentes aos anos de 2016 e de 2015 encontram-se apresentados na tabela seguinte.

	2016	2015
Tarifa de Disponibilidade de Água	6 817 510,24	6 555 489,92
Tarifa de Consumo de Água	21 770 395,05	20 493 374,83
Tarifa de Disponibilidade de Saneamento	2 533 879,31	2 426 391,45
Tarifa de Saneamento	7 531 762,29	7 108 816,16
Outras Vendas	845,00	0,00
Outros Serviços Prestados	1 635 854,14	1 572 377,90
TOTAL	40 290 246,03	38 156 450,26

O crescimento verificado face ao período homólogo justifica-se por um lado pelo efeito do aumento do tarifário e por outro pelo aumento registado no consumo dos clientes, nomeadamente ao nível dos clientes domésticos e comércio.

13.2. Outros Rendimentos

	2016	2015
Rendimentos suplementares	330 964,07	301 742,80
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	40 690,96	23 804,65
Imputação de subsídios ao investimento	1 641 099,63	1 840 648,72
Reconhecimento de ramais e outros	438 942,84	430 417,14
Taxas de justiça e encargos de penhoras	605 466,26	656 418,37
Descontos p.p. obtidos	36 048,68	50 315,47
Outros	418 229,38	750 807,30
TOTAL	3 511 441,82	4 054 154,45

A rubrica “Rendimentos Suplementares” reflete essencialmente a comissão obtida pela empresa com a faturação da tarifa de resíduos sólidos em nome e por conta do Município do Porto, no valor de €253.948, e o rédito proveniente do Pavilhão da Água, no montante de €42.072.

O valor registado na rubrica “Imputação de Subsídios ao Investimento” respeita ao reconhecimento dos rendimentos de subsídios para investimento, calculado com base na taxa de depreciação dos bens subjacentes. A diminuição verificada nesta rubrica reflete o término do reconhecimento de equipamentos das ETAR.

Na rubrica “Reconhecimento de Ramais e Outros” está contabilizado o reconhecimento do valor imputável ao período de acordo com a taxa de depreciação dos ativos respetivos, cujo valor bruto foi registado inicialmente na rubrica “Rendimentos a Reconhecer” (Nota 22.2.2).

A rubrica “Taxas de Justiça e Encargos de Penhoras” reflete o montante recebido em sede de execução fiscal, tendo esta competência sido transferida da Câmara Municipal do Porto para a empresa em abril de 2009.

A variação ocorrida na rubrica “Outros” decorre dos efeitos da prescrição de dívida de clientes referente ao período de 1997 a 2006, no valor de aproximadamente €460.000,00 ocorrido em 2015.

Nesta rubrica “Outros” está também refletida a regularização contabilística referente ao trabalho desenvolvido pelos recursos humanos com vista à identificação real do valor das quotas arrecadadas e não entregues à CGA no período de 1973 a 1988. Na constituição da empresa foi registado um passivo com base numa estimativa. O trabalho dos recursos humanos centrou-se no cálculo efetivo, funcionário a funcionário, dos descontos não entregues no referido período, apurando-se um valor substancialmente inferior ao estimado, tendo-se procedido à respetiva regularização no montante de €223.180.

13.3. Juros e Outros Rendimentos Similares Obtidos

Nesta rubrica foram reconhecidos os juros obtidos nas contas de depósitos bancários, assim como os juros de mora decorrentes de atrasos nos recebimentos de clientes.

	2016	2015
Juros obtidos:		
De depósitos bancários	9 182,92	37 598,32
Juros de mora em tribunal	104 763,04	108 892,55
Juros de recebimentos em prestações	5 988,22	8 630,13
Outros juros	33 758,10	31 463,90
	153 692,28	186 584,90

14. Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

14.1. Provisões

Provisões	Situação Inicial	Reforço	Reversão	Transferências	Utilização	Saldo Final
Impostos	943 339,05	0,00	96 102,26	0,00	0,00	847 236,79
Processos Judiciais em curso	383 560,23	22 332,54	0,00	0,00	56 693,01	349 199,76
Acidentes de Trabalho e doenças profissionais	0,00	229 590,33	0,00	796 899,67	0,00	1 026 490,00
Outras Provisões	250 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	250 000,00
Responsabilidades atuariais	3 838 104,00	262 041,90	0,00	-796 899,67	537 206,23	2 766 040,00
TOTAL	5 415 003,28	513 964,77	96 102,26	0,00	593 899,24	5 238 966,55

O valor registado em “Provisões para Impostos” corresponde à imputação do IMT efetuada até 2013, em consequência de notificação por parte da Autoridade Tributária e Aduaneira, do imposto (IMT) que seria devido aquando da constituição da Empresa através da entrega de bens imóveis para realização do capital. (Ver Nota 9).

Em 2013, ao abrigo do regime excecional previsto no Decreto-Lei nº 151-A/2013 de 31 de outubro, a Empresa procedeu ao pagamento do referido imposto, mantendo a impugnação judicial. O imposto pago foi registado na rubrica de ativos fixos tangíveis, e está a ser reconhecido na demonstração dos resultados em função da depreciação do ativo subjacente.

Inclui ainda o valor decorrente da notificação pela Autoridade Tributária da ilegitimidade da isenção em vigor para alguns imóveis em sede de IMI, tendo a **Águas do Porto, EM**, apresentado a competente contestação.

Foi ainda registada a reversão de parte da provisão existente por caducidade do direito de liquidação por parte da A.T.

O saldo da rubrica “Provisões para Processos Judiciais em Curso” reflete a estimativa realizada para fazer face às responsabilidades que poderão advir dos processos judiciais, cujo risco foi estimado pelo serviço jurídico.

O saldo da rubrica “Responsabilidades Atuariais” corresponde à atualização da avaliação atuarial em 31.12.2016, conforme a seguir se apresenta:

Pressupostos atuariais e financeiros

Data de Referência	31/12/2015	31/12/2016
Taxa de desconto	1,50%	0,90%
Tábua de mortalidade	TV 88/90	
Taxa de crescimento das pensões	1,00%	

Resultados da avaliação atuarial a 31/12/2016

Grupo Populacional	VAPP 31/12/2016
Responsabilidades por não entrega de descontos no período de 1973-1988	2.626.435
Responsabilidades por acidente/doença profissional *	431.982
Responsabilidades decorrentes da extinção da Caixa de Reformas	139.605
Responsabilidades por falecimentos ao serviço *	594.508
TOTAL	3.792.529

* Inexistência de seguro à data dos eventos

Resultados da avaliação atuarial

Em 2014, os gastos estimados para responsabilidades com o pessoal:

- a) Por não entrega de descontos no período de 1973-1988;
- b) Por acidente/doença profissional;
- c) Decorrente da extinção da Caixa de Reformas;
- d) Por falecimentos ao serviço;

foram objeto de avaliação atuarial pela Mercer SA conforme descrito no Relatório e Contas de 2014 cujo gasto imputável foi de €319.632, tendo sido registado na conta de “Gastos com o Pessoal” por contrapartida da rubrica “Provisões” do Passivo.

Em 2016 foi efetuada a atualização da avaliação pela mesma entidade das responsabilidades acima descritas, tendo o gasto ascendido a €491.632.

Procedeu-se ainda à individualização dos valores correspondentes a responsabilidades por acidentes/doenças profissionais e por falecimentos ao serviço, na rubrica “Acidentes de trabalho e doenças profissionais”.

Conforme referido na Nota 4.1 j) as responsabilidades atuariais são registadas nesta rubrica uma vez que derivam essencialmente de obrigações de entrega à CGA de valores retidos aos trabalhadores, de responsabilidades com a extinção da Caixa de Reformas e de eventos não seguráveis, não constituindo em si mesmo um puro benefício ao pessoal de médio e longo prazo.

14.2. Passivos Contingentes Conhecidos à Data do Balanço

Conforme referido na nota 19.3, existe um diferendo com a Administração Tributária em sede de IVA, sendo entendimento desta a não dedutibilidade do imposto suportado nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judicial.

15. Subsídios

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis são contabilizados no capital próprio, após consideração dos impostos implícitos.

Periodicamente, os subsídios cujos ativos são depreciables, são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da vida útil do ativo subjacente, conforme NCRF 22.

Os subsídios à exploração são relevados na rubrica de resultados de acordo com o princípio de especialização do exercício.

15.1. Contratos de Financiamento em Curso

Estes contratos estão apresentados nas tabelas 10 e 11 do Ponto 5.2.2. do Relatório de Atividades.

15.2. Subsídios Reconhecidos no Período e a Reconhecer em Períodos Subsequentes

Conta	Rubrica	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento Ano	Saldo Rubrica
5931101	Fundo de Coesão	9 984 354,99	6 158 661,14	393 135,83	3 432 558,01
5931102	ETAR do Freixo	17 191 723,99	6 508 078,93	335 472,98	10 348 172,08
5931103	ETAR de Sobreiras	7 040 606,42	2 645 271,38	132 368,10	4 262 966,94
59312	Outros subsídios do Governo	506 039,05	338 884,62	59 708,02	107 446,41
5931401	IFDR - Reconhecimento	14 299 007,80	1 557 864,49	720 414,75	12 020 728,56
5931400	Contratos ainda não sujeitos a reconhecimento	3 587 588,49	0,00	0,00	3 587 588,49
		52 609 320,74	17 208 760,57	1 641 099,69	33 759 460,48
	Impostos relacionados com subsídios (Nota 16.2)				-7 595 878,60
	Ajustamentos/Outras variações no capital próprio (Quadro C)				26 163 581,88

16. Acontecimentos Após a Data do Balanço

16.1. Autorização para Emissão

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão na presente data pelo Conselho de Administração.

16.2. Eventos Subsequentes

Em março de 2017, fomos notificados pela Autoridade Tributária do encerramento do processo de recolha de elementos referentes à não liquidação de IVA na faturação das tarifas de resíduos sólidos urbanos.

Este serviço é prestado pela **Águas do Porto, EM**, ao Município do Porto ao abrigo de um contrato de prestação de serviços.

Deste processo poderá originar a abertura de ação inspetiva por parte da Inspeção Geral de Finanças, em sede de IVA, para os anos de 2014, 2015 e 2016.

17. Impostos sobre o Rendimento

17.1. Impostos Correntes

a) A taxa de imposto sobre lucros é de 21%. A taxa de derrama é de 1,5%, acrescida de derrama estadual de 3% sobre o lucro tributável acima de €1.500.000, sendo a taxa de tributação autónoma aplicável entre 5% e 35%.

b) De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2013 a 2016 poderão ainda ser sujeitas a revisão, sendo que o Conselho de Administração tem a firme convicção que, em resultado das inspeções, não existirão efeitos materialmente relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016.

17.2. Impostos Relacionados com Subsídios

Estão contabilizados na rubrica “Impostos relacionados com Subsídios” os impostos implícitos nos subsídios ao investimento obtidos, relacionados com os ativos fixos tangíveis depreciáveis registados no capital próprio.

Rubrica	2016	2015
Fundo de Coesão	7 595 878,60	6 904 287,98

17.3. Resumo dos Impostos Correntes e Relacionados com Subsídios ao Investimento

	Balço		Demonstraço dos Resultados
	Passivo	Outras Variações no Capital Próprio	
Impostos correntes relacionados com subsídios ao investimento			
Saldo inicial	6 904 287,98		
Reconhecimento	-691 590,62	691 590,62	
Reversão			
Regularizações			
Saldo final	7 595 878,60	691 590,62	
Imposto estimado para o período			
Tributação Autónoma			18 367,62
IRC do exercício			2 176 284,44
			2 194 652,06
Imposto sobre o rendimento do período (Nota 15.4)			2 194 652,06

17.4. Relacionamento entre gasto de imposto e lucro contabilístico

Rubricas	Valor
Resultado antes de impostos	8 770 190,41
Correções relativas a períodos de tributação anteriores	49 087,06
Multas, coimas e demais encargos	5 132,24
	8 824 409,71
Benefícios fiscais	106.758,33
Excesso da estimativa de IRC de períodos anteriores	6 732,01
Lucro Tributável	8 710 919,37
Imposto à taxa normal	1 829 293,07
Derrama estadual	216 327,58
Derrama municipal	130 663,79
Tributação autónoma	18 367,62
Total de imposto a pagar	2 194 652,06

17.5. Informações Exigidas por Diplomas Legais

Em 31 de dezembro de 2016, a **Águas do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos.

18. Matérias Ambientais

A empresa tem obrigações ambientais decorrentes do negócio conforme descrito no Relatório de Gestão.

19. Instrumentos Financeiros

Os instrumentos financeiros não têm implícitos juros e são registados pelo seu valor nominal. Adicionalmente, as contas a receber encontram-se deduzidas de eventuais perdas por imparidade, para que as mesmas reflitam o valor realizável líquido.

19.1. Clientes – Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015 é demonstrada na tabela seguinte:

	2016	2015
Clientes Conta Corrente	3 219 760,76	2 265 751,57
Clientes de Cobrança Duvidosa	9 602 571,26	8 939 884,42
Imparidades Acumuladas	-9 602 571,26	-8 939 884,42
	3 219 760,76	2 265 751,57

19.2. Fornecedores – Conta Corrente

A composição do saldo a 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015 era a seguinte:

	2016	2015
Fornecedores Conta Corrente	2 387 795,93	2 056 647,49
Fornecedores em Reclamação/Contencioso	8 493,48	8 493,48
Fornecedores com Receção e Conferência	8 820,67	30 416,70
	2 405 110,08	2 095 557,67

19.3. Estado e Outros Entes Públicos

Em 31 de dezembro de 2016, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

	Saldo Devedor	Saldo Credor
Imposto sobre o Rendimento	0,00	629 648,05
Retenção na fonte	0,00	82 283,34
Imposto sem o Valor Acrescentado	85 888,34	81 636,15
Contribuições para a Segurança Social	0,00	30 397,63
Caixa Geral de Aposentações	0,00	163 325,32
ADSE	0,00	15 705,81
Restantes Impostos	0,00	56,12
	85 888,34	1 003 052,42

O saldo devedor da rubrica “Imposto sobre o Valor Acrescentado” inclui o montante de €71.631 que resulta de uma ação inspetiva por parte da Administração Tributária, a qual entendeu pela não dedutibilidade de IVA nas operações relacionadas com trabalhos realizados em ribeiras. A **Águas do Porto, EM**, discorda desse entendimento, tendo recorrido dessa decisão e apresentado a respetiva impugnação judícia

19.4. Outros Créditos a Receber e Outras Dívidas a Pagar

Em 31 de dezembro de 2016 e a 31 de dezembro de 2015, a composição dos saldos desta conta era a seguinte:

Outros créditos a receber e outras dívidas a pagar	2016	2015
Outros créditos a receber:		
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	3 402,08	2 565,63
Comissão de resíduos sólidos	95 637,27	75 913,44
Especialização da faturação	1 532 520,67	1 638 756,88
Tratamento de efluentes	27 635,70	137 341,75
Outros acréscimos de rendimentos	6 000,00	0,00
Outros devedores		
Clientes de resíduos	3 125 084,57	2 723 474,68
Águas do Douro e Paiva	293 578,44	293 578,44
Depósitos de cauções e garantias	2 970 029,50	3 026 719,08
Outros	29 844,26	5 104,68
Subsídios ao investimento	4 228 830,18	1 490 892,02
	12 312 562,67	9 394 346,60
Outras dívidas a pagar:		
Fornecedores de investimentos	1 448 690,38	1 233 901,08
Credores por acréscimos de gastos		
Previsão para gastos com férias, subsídio de férias e de natal e respetivos encargos	1 338 873,21	1 352 428,51
Previsão quotas CGA	92 308,32	316 230,00
Especialização compra água	770 199,10	728 847,63
Especialização subcontratos	23 069,13	284 628,04
Especialização gastos com saúde	88 764,95	78 637,30
Especialização IMI	346 310,44	346 310,44
Outros acréscimos de gastos	173 531,67	181 652,93
Outros credores		
Sindicatos	1 947,97	1 962,50
Credores por depósitos de garantia	3 025 089,53	3 060 983,26
Clientes de resíduos	3 125 084,57	2 723 474,68
Cobrança de resíduos sólidos	2 691 434,29	2 253 558,61
Clientes UBS com créditos	672 413,99	720 807,86
Outros	198 716,62	470 156,58
TRH	400 740,52	322 015,99
Acordo Caixa de Reformas	36 456,13	62 346,89
	14 433 630,82	14 137 942,30

Outros Créditos a Receber:

Na rubrica “Devedores por Acréscimos de Rendimentos” está registada, entre outras, a especialização das vendas e prestações de serviços, bem como a comissão derivada da faturação dos resíduos sólidos à CMP.

A conta “Clientes de Resíduos” integra os resíduos sólidos faturados e não cobrados, tendo como contrapartida uma conta com a mesma designação na rubrica “Outras Dívidas a Pagar”.

Adicionalmente, a rubrica “Outros Devedores” inclui o montante depositado de verbas respeitantes a cauções prestadas por terceiros ao abrigo de concursos públicos e outros. Estes valores serão restituídos de acordo com o preceituado na lei em vigor, não estando por tal motivo classificados como disponibilidades.

Na rubrica “Subsídios ao investimento” está inscrito o valor contratualizado e ainda não recebido a título de contratos de subsídios ao investimento não reembolsáveis, conforme descrito na Nota 15.

Outras Dívidas a Pagar:

A rubrica “Credores por Acréscimos de Gastos” integra a especialização dos gastos do exercício incorridos em 2016, cujo movimento financeiro ocorrerá em períodos futuros, nomeadamente gastos com pessoal relativos a férias, subsídio de férias e férias não gozadas, compra de água, serviços de eletricidade, telecomunicações, honorários e outros.

O valor registado na rubrica “Imposto Municipal sobre Imóveis” reflete a estimativa de imposto a pagar referente a anos anteriores.

A rubrica “Credores por Depósitos de Garantia” reporta-se a depósitos das garantias prestadas por terceiros, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, e ainda por retenções efetuadas aquando dos pagamentos.

Esta rubrica está desagregada da seguinte forma:

- Credores por depósito de garantia de água (não domésticos) – €310.175;
- Credores por depósito de garantia de execução de obras – €1.504.651;
- Credores por depósito de garantia de saneamento – €1.156.700;
- Credores por depósito de garantia de contratos de fornecimentos – €23.540;
- Outros – €30.023.

A rubrica “Cobrança de Resíduos Sólidos” respeita à cobrança realizada pela empresa e ainda não entregue ao Município do Porto em 31 de dezembro de 2016.

O saldo registado a rubrica “Acordo Caixa de Reformas” corresponde ao valor em dívida a 9 pensionistas e 1 ativo, que até à presente data não manifestaram a sua vontade, no âmbito do Regulamento de Extinção e Liquidação da Caixa de Reformas aprovado por deliberação do Executivo Municipal, de 03.06.2014, e da Assembleia Municipal, de 16.06.2014.

19.5. Capital Próprio

O capital social ascende a €80.000.000 realizado integralmente em espécie pela Câmara Municipal do Porto.

Adicionalmente, conforme deliberação da Assembleia-Geral realizada no dia 31 de março de 2016, procedeu-se, no período, à aplicação do resultado líquido de 2015.

Relativamente à rubrica “Ajustamentos/Outras variações no capital próprio”, procedeu-se à relevação contabilística de novos contratos de subsídios ao investimento, assim como ao reconhecimento dos rendimentos imputáveis ao ano de 2016 e à reversão do imposto implícito respetivo. (Nota 15)

20. Benefícios dos Empregados

Os encargos referentes ao pessoal registados em 2016 e em 2015 estão repartidos da seguinte forma:

	2016	2015
Remunerações dos Órgãos Sociais	98 206,13	95 494,66
Remunerações do Pessoal	7 266 671,78	7 293 969,62
Pensões a Aguardar Aposentação e Outros	6 722,35	629,08
Encargos sobre Remunerações	1 687 839,48	1 654 850,63
Despesas de Saúde	314 106,66	398 898,40
Outros Custos com o Pessoal	613 752,93	486 771,62
	9 987 299,33	9 930 614,01

Os benefícios dos empregados, correspondem a benefícios de curto prazo, conforme explicitado na Nota 4.1 j).

Na rubrica “Remunerações do Pessoal” encontram-se registados os vencimentos dos trabalhadores em acordo de cedência de interesse público, dos colaboradores do quadro e do pessoal em qualquer outra situação, bem como os encargos com o trabalho extraordinário, o subsídio de alimentação, o trabalho em regime de turnos, o abono para falhas, outros suplementos e ajudas de custo.

No seguimento de uma denúncia da Comissão de Trabalhadores, a Inspeção-Geral de Finanças realizou uma auditoria, tendo analisado entre outros temas, o pagamento de remunerações temporárias de funções (RTF) a trabalhadores da empresa. A conclusão dos auditores foi no sentido de estas RTF serem legais, enquadrando-as como suplementos remuneratórios e, em consequência, entendeu que as mesmas não deviam integrar os cálculos de subsídios de férias e natal.

A empresa reagiu judicialmente a este entendimento, tendo, no entanto, suspenso o pagamento das RTF até decisão final, e mantendo a especialização destes gastos.

A rubrica “Encargos sobre Remunerações” agrega quer as contribuições para a CGA relativas às remunerações do pessoal em acordo de cedência de interesse público, quer as contribuições para a Segurança Social dos restantes colaboradores da empresa.

A rubrica “Despesas de saúde” engloba os gastos suportados a título de reembolso aos colaboradores beneficiários da ADSE bem como os gastos debitados diretamente à **Águas do Porto, EM**. Adicionalmente, com o orçamento de estado para 2015, a empresa passou a pagar à Administração Central do Serviço de Saúde (ACSS) os valores referentes aos regimes de capitação e de custo efetivo previstos naquele diploma, tendo o primeiro dos regimes vigorado no 1º semestre deste período.

Na rubrica “Outros Gastos com o Pessoal” encontra-se registado o gasto de acordo com o Decreto-Lei nº 57-B/84, de 20 de fevereiro, como complemento ao custo da refeição definido na Portaria n.º 376/09, de 6 de março, quando tomada no refeitório da empresa, bem como outras prestações de ação social.

21. Divulgações exigidas por diplomas legais

A **Águas do Porto, EM**, não tinha qualquer dívida em mora para com o Estado e outros entes públicos, em 31.12.2016.

22. Outras Informações

22.1. Proposta de aplicação dos resultados

A proposta de aplicação do resultado líquido do exercício de 2016, encontra-se apresentada no Ponto 3 do Capítulo IV deste Relatório.

22.2. Diferimentos

22.2.1. Ativo

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 têm a seguinte posição:

Diferimentos	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Seguros	47 002,07	20 697,24
Outros	202 451,16	88 396,21
	249 453,23	109 093,45

22.2.2. Passivo

Os saldos em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 têm a seguinte posição:

Diferimentos	2016	2015
Rendimentos a Reconhecer		
Ramais e outros executados	5 225 905,50	5 364 442,25
Ramais não executados	74 211,76	30 342,88
Rendas de Imóveis	3 477,16	8 367,46
	5 303 594,42	5 403 152,59

A rubrica “Ramais” corresponde aos valores pagos pelos clientes relativos a ramais de água, saneamento e águas pluviais executados pela empresa, cujo reconhecimento é efetuado de acordo com a taxa de depreciação do ativo subjacente (Nota 4 alínea a) e l)).

Rubrica	Valor do Subsídio	Reconhecimento Anos Anteriores	Reconhecimento no Ano	Saldo Rubrica
Ramais de água	4 984 676,98	2 722 034,48	196 940,64	2 065 701,86
Ramais de saneamento	5 405 039,14	2 291 369,17	215 716,97	2 897 953,00
Outros	675 002,04	386 466,49	26 284,90	262 250,65
Ramais não sujeitos a reconhecimento	74 211,76	0,00	0,00	74 211,76
	11 138 929,92	5 399 870,15	438 942,51	5 300 117,26

22.3 Gastos

22.3.1. Fornecimentos e Serviços Externos

Os fornecimentos e serviços externos suportados em 2016 e em 2015 foram os seguintes:

Fornecimentos e Serviços Externos	2016	2015
Subcontratos	2 790 070,14	2 064 238,13
Trabalhos especializados	1 578 439,58	1 415 365,00
Encargos de cobrança	363 526,12	367 852,32
Publicidade	98 070,14	112 253,29
Vigilância e segurança	110 002,87	108 321,01
Honorários	42 396,50	69 139,50
Conservação e reparação	350 658,24	255 858,33
Materiais	36 042,49	40 177,97
Eletricidade	1 057 466,41	1 478 173,84
Combustíveis e outros fluidos	126 361,98	134 199,48
Deslocações e estadas	18 841,38	26 943,55
Transportes de pessoal	14 011,50	12 107,56
Rendas e alugueres	400 330,42	389 173,41
Comunicação	891 482,07	964 096,41
Seguros	198 645,37	182 564,33
Contencioso e notariado	309,18	206,50
Limpeza, higiene e conforto	77 053,26	56 318,27
Outros fornecimentos e serviços externos	12 854,76	13 127,46
TOTAL	8 166 562,41	7 690 116,36

Em agosto de 2016 foi assinado o contrato de exploração das ETAR do Freixo e Sobreiros com a empresa “AMBIPORTO 2 - Tratamento de Efluentes, A.C.C.” com efeitos a 16 de setembro. Deste modo, a rubrica “Subcontratos” reflete o aumento do gasto suportado com a passagem da exploração de uma para as duas ETAR.

A rubrica “Subcontratos” integra ainda os gastos suportados com o contrato de exploração da ETAR do Freixo e com o tratamento de lamas da ETAR de Sobreiras até 15 de setembro, assim como os gastos relativos à manutenção do sistema informático de faturação e cobrança em regime de outsourcing e os gastos associados à impressão e envelopagem das faturas enviadas aos clientes.

A rubrica “Trabalhos Especializados” integra os gastos relacionados com prestações de serviços de assessoria técnica e outras, nomeadamente, as relacionadas com o sistema UBS. Inclui também o montante de €14.160, correspondente à remuneração do Revisor Oficial de Contas, pelos serviços de revisão legal das contas.

A rubrica “Encargos de Cobrança” abrange os gastos relativos aos recebimentos de clientes em entidades externas (CTT, SIBS, entre outros).

A rubrica “Vigilância e Segurança” engloba os gastos associados ao respetivo contrato de prestação de serviços.

A rubrica “Conservação e Reparação” inclui os montantes despendidos na reparação de automóveis e de equipamentos, bem como nos contratos de manutenção dos equipamentos.

O valor registado na rubrica “Eletricidade” respeita principalmente ao consumo de energia da ETAR de Sobreiras até 15 de setembro de 2016.

A rubrica “Rendas e Alugueres” corresponde essencialmente ao valor suportado com o aluguer de máquinas e de equipamentos, bem como ao aluguer de viaturas em regime de locação operacional.

Os gastos da rubrica “Comunicação” incluem todo o volume de correio necessário para prestar informação aos clientes da empresa, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, e as comunicações da rede móvel.

22.3.2. Outros Gastos

	2016	2015
Impostos	92 591,68	43 292,56
Outros	313 259,13	402 152,45
TOTAL	405 850,81	445 445,01

A rubrica “Impostos” engloba, entre outros, o IMI, o IUC, e as Taxas de Justiça.

A rubrica “Outros” integra essencialmente gastos relacionados com o abate de ativos fixos tangíveis, no montante de €87.223, na sequência da substituição da rede de água, saneamento e águas pluviais, gastos relativos a períodos anteriores, no montante de aproximadamente €49.087, donativos no montante de €56.000 e o montante de cerca de €87.000 referente a indemnizações pagas.

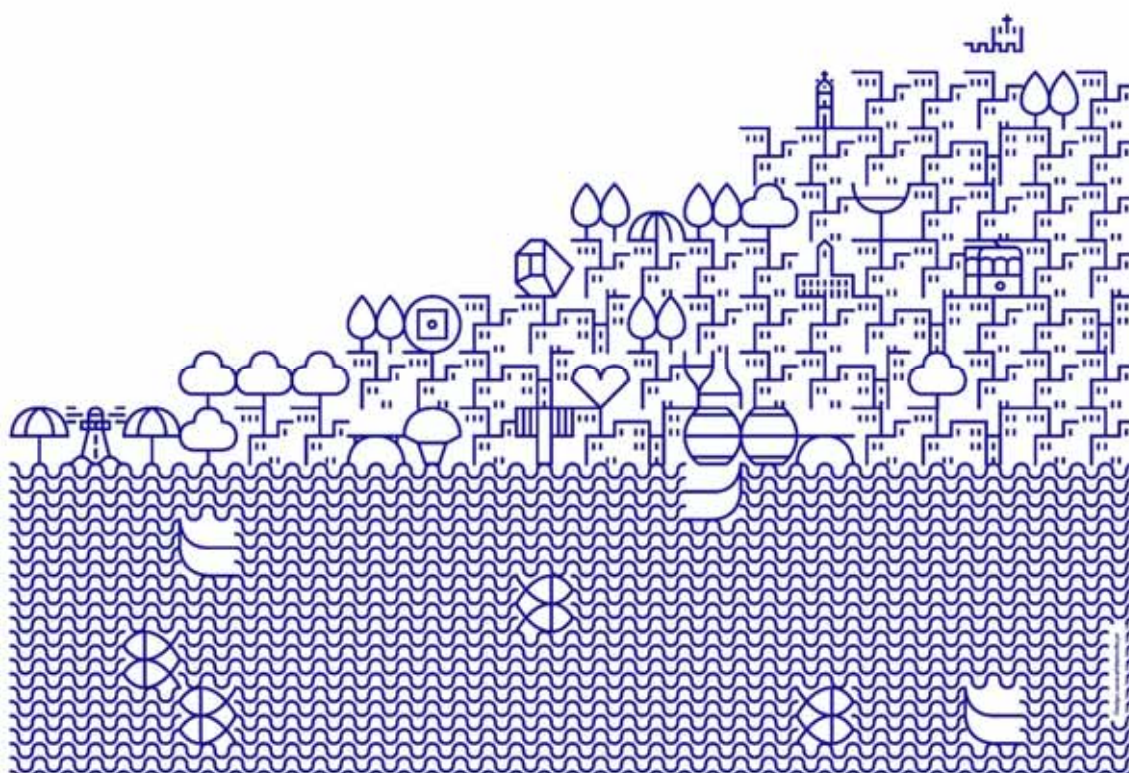
22.4. Compromissos Financeiros e Outras Contingências Não Incluídas no Balanço

No âmbito das intervenções efetuadas na via pública, o Banco Português de Investimento prestou, em nome da **Águas do Porto, EM**, garantias bancárias à empresa Estradas de Portugal, no valor de €294.017,19.

Adicionalmente, o Banco Santander Totta prestou à ARH do Norte, em nome da **Águas do Porto, EM**, duas garantias bancárias no montante de €50.000 cada, para garantir o pagamento imediato de quaisquer importâncias devidas por eventuais danos causados por erros ou omissões de projeto relativamente à drenagem e tratamento de efluentes ou pelo incumprimento das disposições legais e regulamentos aplicáveis, no que concerne às ETAR do Freixo e de Sobreiras.

CAPÍTULO VI

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL



1. ESTRUTURA DE GASTOS

COMPOSIÇÃO DOS GASTOS	Valor Orçamentado para 2016	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
CMVMC					
Mercadorias	8 678 742,97	8 534 402,51	7 942 912,11	-144 340,46	98,34%
Matérias	873 627,00	929 565,80	973 168,69	55 938,80	106,40%
Fornecimento e serviços externos	8 084 227,00	8 166 562,41	7 690 116,36	82 335,41	101,02%
Gastos com pessoal					
Remunerações	7 560 555,58	7 364 877,91	7 389 464,28	-195 677,67	97,41%
Encargos sociais	2 579 482,88	2 622 421,42	2 541 149,73	42 938,54	101,66%
Perdas por imparidade:					
Em dívidas a receber	771 632,24	680 615,76	653 732,46	-91 016,48	88,20%
Gastos de depreciação e de amortização	6 896 217,12	6 370 180,81	7 276 076,57	-526 036,31	92,37%
Provisões	44 525,81	513 964,77	638 296,42	469 438,96	1154,31%
Outros gastos e perdas					
Impostos	51 385,00	92 591,68	43 292,56	41 206,68	180,19%
Outros	537 306,98	313 259,13	402 152,45	-224 047,85	58,30%
Gastos e perdas de financiamento	0,00	2 818,89	2 019,78	2 818,89	N.A.
TOTAL	36 077 702,58	35 591 261,09	35 552 381,41	-486 441,49	98,65%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Valor Orçamentado para 2016	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Subcontratos	2 717 293	2 790 070,14	2 064 238,13	72 777,14	102,68%
Energia	844 272	1 057 466,41	1 478 173,84	213 194,41	125,25%
Trabalhos especializados	1 682 627	1 578 439,58	1 415 365,00	-104 187,42	93,81%
Comunicação	900 170	891 482,07	964 096,41	-8 687,93	99,03%
Encargos de cobrança	367 029	363 526,12	367 852,32	-3 502,88	99,05%
Rendas e alugueres	377 841	400 330,42	389 173,41	22 489,42	105,95%
Conservação e reparação	318 565	350 658,24	255 858,33	32 093,24	110,07%
Honorários	71 280	42 396,50	69 139,50	-28 883,50	59,48%
Seguros	184 300	198 645,37	182 564,33	14 345,37	107,78%
Publicidade	206 886	98 070,14	112 253,29	-108 815,86	47,40%
Vigilância e segurança	108 686	110 002,87	108 321,01	1 316,87	101,21%
Outros fornecimentos e serviços	305 278	285 474,55	283 080,79	-19 803,45	93,51%
TOTAL	8 084 227	8 166 562,41	7 690 116,36	82 335,41	101,0%

2. ESTRUTURA DE PROVEITOS

COMPOSIÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	Valor Orçamentado para 2016	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Tarifa disponibilidade água	6 866 707,53	6 817 510,24	6 555 489,92	-49 197,29	99,28%
Tarifa consumo de água	20 951 284,67	21 771 240,05	20 493 374,83	819 955,38	103,91%
Tarifa saneamento	7 038 268,49	7 531 762,29	7 108 816,16	493 493,80	107,01%
Tarifa disponibilidade saneamento	2 496 287,77	2 533 879,31	2 426 391,45	37 591,54	101,51%
Outras vendas e prestações de serviço	1 366 217,68	1 635 854,14	1 572 377,90	269 636,46	119,74%
TOTAL	38 718 766,14	40 290 246,03	38 156 450,26	1 571 479,89	104,06%

COMPOSIÇÃO DOS RESTANTES RENDIMENTOS	Valor Orçamentado para 2016	Valor Executado	Período Homólogo	Desvio Orçado	Taxa de Execução %
Trabalhos para a própria empresa	100 435,77	95 062,17	85 402,80	-5 373,60	94,65%
Subsídios à exploração	0,00	206 824,01	152 759,75	206 824,01	N.A.
Reversões de perdas por imparidade	0,00	8 082,93	101 462,56	8 082,93	N.A.
Reversões de provisões	0,00	96 102,26	928 769,61	96 102,26	N.A.
Outros rendimentos e ganhos					
Rendimentos suplementares	319 499,29	330 964,07	301 742,80	11 464,78	103,59%
Rendimentos em ganhos e investimento não financeiros	0,00	40 690,96	23 804,65	40 690,96	N.A.
Outros	2 637 178,65	3 139 786,79	3 728 607,00	502 608,14	119,06%
Juros, dividendos e outros rendimentos similares	164 444,13	153 629,28	186 584,90	-10 751,85	93,46%
TOTAL	3 221 557,84	4 071 205,47	5 509 134,07	849 647,63	126,37%

Porto, 31 de março de 2017

O Conselho de Administração

A Contabilista Certificada

(Frederico Vieira Martins Fernandes)

(Sílvia Barata Silva)

(Mário Henrique de Andrade e Silva Santos Pinto)

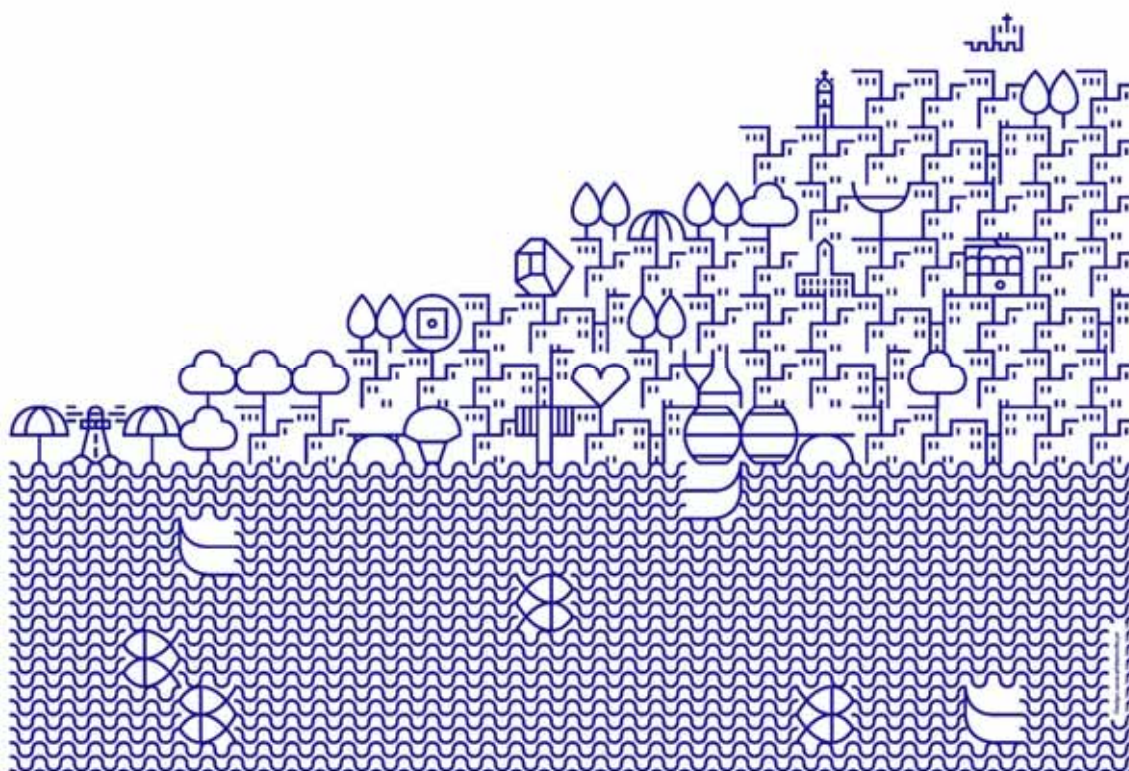
(Joaquim Sérgio Hora Lopes)

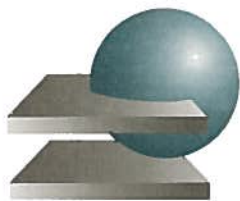
CAPÍTULO VII

RELATÓRIO E PARECER

DO FISCAL ÚNICO E CERTIFICAÇÃO

LEGAL DAS CONTAS





JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA
- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

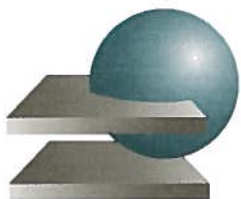
RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

1. Nos termos legais e estatutários, vimos submeter à Vossa apreciação o relatório da nossa atividade e parecer sobre os documentos de prestação de contas, apresentados pelo Conselho de Administração de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. (a Entidade), com referência ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.
2. No exercício das nossas funções, acompanhámos a evolução da Entidade e obtivemos do Conselho de Administração e dos Serviços as informações e os esclarecimentos solicitados.
3. De acordo com o n.º 2 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de Outubro, verificámos que a Entidade, apresentou o relatório de boas práticas de governo societário, conforme o disposto no n.º 1 do mesmo artigo, o qual cumpre, para um nível de segurança moderado, as exigências legais.
4. A análise do Relatório do Conselho de Administração e das Contas, permitem-nos firmar a convicção de que, com exceção quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, da Certificação Legal das Contas, aqueles documentos expressam de forma adequada a atividade de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M., em 2016 e a sua situação patrimonial no fim daquele ano, tendo o resultado líquido do exercício sido de 6.575.538,35 euros.
5. Em função do trabalho efetuado, procedemos à emissão da Certificação Legal das Contas nesta mesma data, com uma reserva e com uma ênfase.
6. Na sequência do exposto, somos de parecer que merecem aprovação os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2016, apresentados pelo Conselho de Administração, assim como a proposta de aplicação do resultado constante no relatório de gestão.

Porto, 31 de março de 2017

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por


(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 161.667.520,55 euros e um total de capital próprio de 125.687.287,66 euros, incluindo um resultado líquido de 6.575.538,35 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos da matéria referida na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de CMPEA – Empresa de Águas do Município do Porto, E.M., em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas de Contabilidade e Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Em 2011 foi substancialmente concluído o levantamento cadastral dos principais ativos fixos tangíveis subjacentes ao negócio da Entidade, com exceção da rede de águas pluviais entregue pelo Município do Porto em 2011, cujo valor líquido contabilístico ascende a aproximadamente 7.540.600 euros em 31 de dezembro de 2016.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

Ênfase

Não obtivemos o Contrato de Gestão Delegada para o período de 2016 por forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos 17.º e seguintes do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto. Não obstante, através do Contrato de Sociedade, a Câmara Municipal do Porto delegou na Entidade todos os poderes necessários ao cumprimento do objeto social, aprova anualmente os tarifários e tem conhecimento anualmente dos Instrumentos de Gestão Previsional, os quais definem os vetores estratégicos do negócio.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

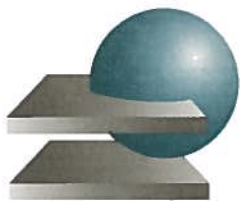
Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as normas de contabilidade e relato financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As



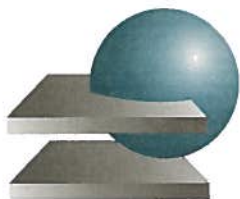
JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e



JOÃO ARAÚJO & ANTÓNIO OLIVEIRA

- SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS, LDA.

- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 25.º, n.º 6, al. j) da Lei 50/2012, de 31 de agosto, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Porto, 31 de março de 2017

João Araújo & António Oliveira, S.R.O.C., Lda.
representada por

(António Gerardo Pinheiro de Oliveira, R.O.C. n.º 945)